



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 26ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**14/06/2018
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 14/06/2018.**

26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 46/2018 - Não Terminativo -	SENADORA ANA AMÉLIA	8
2	MSF 49/2018 - Não Terminativo -	SENADOR ANTONIO ANASTASIA	64

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 47/2018 - Não Terminativo -	SENADOR ANTONIO ANASTASIA	130

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES		MDB	SUPLENTE
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Ailton Sandoval(8)(14)(26)(27)	SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

(2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

(3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

(4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

(5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

(6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

(7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

(8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

(9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

(10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

(11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

(12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

(13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

(14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

(15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).

(16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

(17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (Of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
- (27) Em 28.05.2018, o Senador Ailton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 14 de junho de 2018
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA
26ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridade
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 46, DE 2018

(nº 295/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina Democrática e Popular.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 295

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Os méritos do Senhor Flavio Marega que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de maio de 2018.

EM nº 00099/2018 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FLAVIO MAREGA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FLAVIO MAREGA**

CPF: 070.799.528-08

ID: 7560849 SSP-SP

1960 Filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega , nasce em 28 de maio, em Paranaíba/PR

Dados Acadêmicos:

1984	Direito pela Pontifícia Universidade Católica/SP
1985	CPCD - IRBr
1989	Pós-graduação em Orçamento Governamental, Fundação Getúlio Vargas/DF
1995	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, O Mecanismo Arbitral de Solução de Controvérsias Investidor-Estado nos Acordos Internacionais sobre Investimentos Estrangeiros: Implicações para o Brasil

Cargos:

1986	Terceiro-secretário
1992	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de segunda classe, por merecimento
2017	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1987	Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1987	Feira Internacional do Equador, diretor do pavilhão
1989	Feira de Intercâmbio Comercial Brasil/Argentina – ABRA'89, Diretor do Pavilhão
1990	Embaixada do Brasil em Riade, terceiro-secretário
1990	Feira Rebuild Kuwait, Bareine, diretor do pavilhão
1992	Delegação Permanente em Genebra, terceiro e segundo-Secretário
1995	Grupo Negociador sobre Serviços Financeiros, GATS/OMC, chefe de delegação
1995	Grupo de Negociação sobre Telecomunicações Básicas, GATS/OMC, chefe de delegação
1995	Grupo de Negociação sobre Serviços de Transporte Marítimo, GATS/OMC, chefe de delegação
1996	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, segundo e primeiro-secretário
1999	Divisão do Mercado Comum do Sul, subchefe
2000	Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL, chefe
2001	V e VI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE (CNB) em Montevidéu e Bruxelas; Grupo Técnico 2-Serviços e Grupo Técnico 3-Compras Governamentais, chefe de delegação
2001	Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, subchefe
2001	Reuniões do Grupo Negociador de Serviços da ALCA em 2001 e 2002, chefe de delegação
2001	Reuniões do Grupo de Serviços do Mercosul em 2001 e 2002, chefe de delegação
2001	Reuniões do Grupo Ad Hoc de Compras Governamentais do MERCOSUL em 2001 e 2002, chefe de delegação
2002	Embaixada em Washington, primeiro-secretário e conselheiro
2006	Coordenação-Geral de Contenciosos, coordenador-geral
2006	Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), chefe de

	delegação
2007	Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Painel de Implementação, chefe de delegação
2007	Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Apelação, chefe de delegação
2007	Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Apelação, chefe de delegação
2008	Embaixada em Londres, ministro-conselheiro
2008	78ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, chefe de delegação
2008	101ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, chefe de delegação
2008	34ª Reunião do Conselho Internacional do Açúcar, chefe de delegação
2009	102ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, chefe de delegação
2009	103ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, chefe de delegação
2009	80ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, chefe de delegação
2012	Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, chefe de delegação
2014	Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, chefe de delegação
2015	Embaixada no Reino da Arábia Saudita e na República do Iêmen, embaixador

Condecorações:

2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2009	Medalha Mérito Tamandaré
2010	Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador
2015	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGÉLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A ARGÉLIA

NOME OFICIAL:	República Argelina Democrática e Popular
GENTÍLICO:	Argelino
CAPITAL:	Argel
ÁREA:	2.381.741 km ²
POPULAÇÃO:	41,3 milhões (“Office national des statistiques”, jan/2018)
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe e tamazight (oficiais); francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (99%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo com chefias de Estado e de Governo distintas
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: Conselho da Nação, com 144 assentos; e Assembleia Nacional Popular, 462 assentos (8 para cidadãos no exterior)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abdelaziz Bouteflika (desde 1999)

CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Ahmed Ouyahia (desde 16/ago/ 2017)
CHANCELER:	Abdelkader Messahel (desde 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 159,1 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 609,6 bilhões
PIB PER CAPITA:	US\$ 3.852
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 14.760
VARIAÇÃO DO PIB:	3,8% (2015); 3,8% (2014); 2,8% (2013); 3,4% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,745 (83ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	75 anos
ALFABETIZAÇÃO (2014):	80,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	11,7% (<i>The World Factbook, CIA</i> , 2018)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar argelino (77,80 por US\$ 1,00)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Toufik Dahmani
BRASILEIROS NO PAÍS:	60
EMBAIXADOR EM ARGEL:	Eduardo Botelho Barbosa

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – ARGÉLIA (fonte: MDIC)										US\$ milhões FOB
BRASIL ➡ ARGÉLIA	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	1051,7	1142,5	1276,7	3215,5	2737,6	2095,8	4630,7	4274,7	2806,1	3499,3
Exportações	64,0	44,7	153,7	384,3	501,2	714,1	1493,7	1199,4	993,0	1186,0
Importações	987,7	1097,7	1123,0	2831,1	2236,4	1381,6	3136,9	3074,8	1813,0	2313,3
Saldo	-923,7	-1053	-969,3	-2446	-1735	-667,4	-1643	-1874	-820,0	-1127,3

Informação elaborada em 10/5/2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite. Revisado pelo Ministro Paulo Rocha Cypriano, em 10/5/2018.

APRESENTAÇÃO

Após o conflito civil da década de 1990, o governo do presidente Abdel Aziz Bouteflika, eleito em 1999, promoveu processo de reconciliação nacional que logrou reintegrar setores islamistas moderados no jogo político e consolidou o retorno do país à normalidade institucional.

A memória do conflito civil, o prestígio popular desfrutado por Bouteflika como pacificador da nação e o anúncio de reformas políticas e econômicas no país constituem as principais razões pelas quais os protestos populares ocorridos em janeiro de 2011, no contexto da chamada "Primavera Árabe", não resultaram em levante generalizado na Argélia.

Embora as medidas adotadas pelo regime argelino tenham logrado manter a estabilidade do país, analistas políticos têm coincidido quanto à necessidade de uma

renovação geracional nos principais postos de liderança, ainda em grande medida ocupados pela geração forjada na guerra de independência.

No campo econômico, a economia argelina se caracteriza por forte dependência do setor de hidrocarbonetos, pelo papel primordial do estado na atividade produtiva, e por elevados gastos públicos com subsídios a alimentos, combustíveis, eletricidade e habitação. A queda prolongada do preço do petróleo no mercado internacional é apontada como principal desafio a ser superado pela economia argelina.

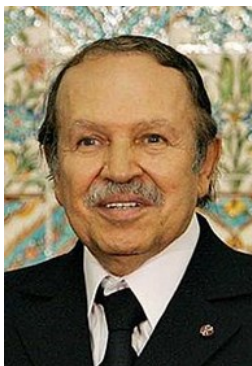
Na esfera social, o governo argelino defende a "função social do estado", valor compartilhado pela sociedade, que permitiu ao país atingir elevado índice de desenvolvimento humano. A Argélia está em 83º lugar entre um total de 188 países, e em terceiro lugar na África, atrás apenas de Seicheles e das Ilhas Maurício.

No plano externo, a Argélia apresenta-se como país não-alinhado, com histórico de atuação diplomática independente. A degradação da situação da segurança no entorno regional levou Argel, recentemente, a estabelecer como prioridade diplomática a promoção da paz e da segurança nos países vizinhos, em particular na Líbia e no Mali.

No âmbito bilateral, a progressiva estabilização da Argélia, desde o início dos anos 2000, aliada à renovada prioridade conferida pela política externa brasileira aos países árabes e africanos, possibilitaram significativo adensamento das relações entre os dois países, em especial nos domínios político, caracterizado pela sintonia no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, e econômico, em que a Argélia desponta como 2º parceiro comercial brasileiro na África e no mundo árabe. Essa fluidez do diálogo e a convergência de posições levaram ao estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico entre os dois governos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDELAZIZ BOUTEFLIKA
Presidente da República
Chefe do Estado



Abdelaziz Bouteflika nasceu em 2/3/1937 (81 anos), em Oujda, no Marrocos, originário de família da cidade argelina de Tlemcen. Ao terminar seus estudos secundários, ingressou na Frente de Libertação Nacional (FLN), principal movimento pela independência argelina. Na FLN, Bouteflika ocupou postos de relevância no comando da luta armada e na organização política. Sua rápida ascensão dentro do movimento fez com que fosse nomeado ministro já no primeiro governo independente (1962), ocupando a pasta da Juventude, Esporte e Turismo aos 25 anos.

No ano seguinte, passou a comandar a pasta dos Negócios Estrangeiros, na qual se manteve por 16 anos. Sua gestão como chefe da política externa argelina foi extremamente ativa. Nela, Bouteflika imprimiu personalidade terceiro-mundista ao país. Entre 1974 e 1975, presidiu a 29ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.

Próximo do então presidente Houari Boumediène, que governou a Argélia de 1965 a 1978, acabou perdendo força com sua morte, em 1978. Ao afastar-se da cena política argelina, em 1981, Bouteflika partiu em exílio nos Emirados Árabes, retornando em 1987. Em 1998, anunciou sua candidatura à Presidência da República como independente, amalgamando em torno de si forte coalizão de partidos encabeçada pela FLN.

Seu Governo, iniciado em 1999, é marcado pela bem-sucedida pacificação da Argélia, após período de violento conflito durante os anos 1990 (o chamado "decênio negro"). Bouteflika procedeu a uma política de anistia que logrou reintegrar setores islamistas moderados à vida política argelina, ao mesmo tempo em que manteve a proscrição a movimentos extremistas. A pacificação do país e os bons resultados econômicos ao longo dos anos 2000 renderam-lhe grande prestígio junto à população e possibilitaram-lhe seguidas reeleições em 2004, 2009 e 2014.

A saúde de Bouteflika, atualmente com 81 anos de idade, deteriorou-se após ter sofrido um AVC, em abril de 2013.

AHMED OUYAHIA
Primeiro-Ministro
Chefe de Governo



Ahmed OUYAHIA nasceu na Kabília, em 1952. Especializado em diplomacia, tornou-se membro da equipe de relações públicas da presidência no fim dos anos 70. Em 1978, trabalhou no departamento de África do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia. Em 1984, foi-lhe atribuído o cargo de conselheiro para relações exteriores do Chefe da missão permanente da Argélia na ONU, em Nova York. Também exerceu cargo de ministro da Justiça (2000) e foi primeiro-ministro entre 1995 e 1998, entre 2003 e 2006 e entre 2008 e 2012. Foi novamente nomeado ao cargo em agosto de 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argélia constitui importante parceiro do Brasil na África e no mundo árabe. As relações Brasil-Argélia destacam-se não apenas pela ênfase que os dois países têm atribuído ao relacionamento político bilateral e pela sintonia que mantêm no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, mas também pelo significativo intercâmbio comercial (a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano e no mundo árabe).

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Argélia, em 1962 e, naquele mesmo ano, foi aberta a Embaixada brasileira em Argel.

O relacionamento bilateral recebeu importante impulso durante a década de 1980. Destacam-se a visita do então presidente Figueiredo a Argel, em 1983, e do presidente Bejedid ao Brasil, em 1985. Dois anos mais tarde, realizou-se a I Reunião da Comissão Mista bilateral. O bom momento por que vinham passando as relações bilaterais foi prejudicado, contudo, pela instabilidade vivida pela Argélia durante a década de 1990, período conhecido como "decênio negro".

Após a pacificação interna e a estabilização político-institucional da Argélia, na virada da década de 1990 para os anos 2000, os dois países iniciaram processo de adensamento sem precedentes das relações bilaterais.

Constitui importante marco dessa nova etapa do relacionamento a visita do presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, a Brasília, em 2005. Na ocasião, Brasil e Argélia copresidiram a I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). O presidente Bouteflika manteve encontro bilateral com o presidente Lula, visitou o Senado Federal, a Câmara de Deputados e o Supremo Tribunal Federal e teve encontros com o então ministro da Defesa Nelson Jobim e com o Procurador-Geral da República. Ademais, o Brasil manifestou apoio à admissão da Argélia na Organização Mundial de Comércio (OMC). Foram assinados três acordos bilaterais (nas áreas de proteção vegetal; cooperação sanitária veterinária, e de isenção de vistos para pessoal diplomático e funcionários em serviço).

Em retribuição à visita do presidente Bouteflika a Brasília, o presidente Lula realizou visita de estado a Argel, em 2006, quando foram assinados acordos nas áreas comercial, de transporte e navegação marítima, de cooperação agrícola e de segurança sanitária. Desde então, os dois presidentes mantiveram encontros bilaterais em três outras oportunidades: em Abuja, em paralelo à I Cúpula África - América do Sul (AFRAS, hoje ASA - novembro/06); em Berlim, à margem da Cúpula do G-8 (junho/07); e em Pequim, por ocasião da abertura das Olimpíadas (agosto/08).

Também em 2006, foi retomado o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista) – criado em 1981 e que tivera apenas uma reunião em 1987 –, com a realização da II Comista Brasil-Argélia quando da visita do então chanceler argelino, Mohamed Bedjaoui, ao Brasil. Registre-se, ainda, que, desde 2005, o ex-chanceler Celso Amorim esteve em Argel em quatro oportunidades: périplo de preparação da Cúpula ASPA (2005); Cúpula LEA (2005); visita presidencial (2006); e visita ministerial (2008).

Realizaram-se, ademais, dois encontros ministeriais, em Nova Iorque, à margem da reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): em 2007, com o ex-chanceler Celso Amorim; e, em 2011, com o então chanceler

Antonio Patriota. São também dignas de nota a missão econômico-comercial e empresarial chefiada pelos então ministros Furlan e Rondeau, em novembro de 2005, e a visita do então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Argel, em janeiro de 2009, acompanhado de delegação empresarial de 96 representantes de diversos setores.

Durante a visita do então chanceler Celso Amorim a Argel, em junho de 2008, em retribuição à visita do então chanceler argelino Bedjaoui, em 2006, foi realizada a III Comista Brasil-Argélia. Na ocasião os dois países exprimiram sua disposição em transitar de um quadro de cooperação frutífera para uma relação estratégica reforçada. Foram também assinados seis acordos de cooperação, nos domínios de agricultura, tecnologia da saúde, proteção do meio ambiente e de cooperação técnica para produção de artesanato.

O então chanceler Mourad Medelci visitou o Brasil, por sua vez, em julho de 2010, quando copresidiu a IV Reunião da Comista entre os dois países. Na ocasião, foi também estabelecido o Mecanismo de Diálogo Estratégico com a Argélia, que abriu novas oportunidades para o relacionamento, uma vez que nele se previu o acompanhamento e apreciação abrangente das relações bilaterais e troca aprofundada de impressões sobre temas regionais e internacionais de relevo em nível de chanceleres. No continente africano, o Brasil possui esse tipo de mecanismo com apenas 3 países: Egito (2009); Argélia (2010) e Nigéria (2013).

Histórico recente

Brasil e Argélia continuam hoje a partilhar posições e interesses em questões internacionais de grande importância, como o fortalecimento do multilateralismo, a priorização do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais. Os dois países enfrentam desafios semelhantes, havendo múltiplas áreas em que podem desenvolver cooperação mutuamente vantajosa, inclusive na área econômico-comercial, em função das complementaridades entre as duas economias. Vale lembrar que a Argélia é importante fornecedora de hidrocarbonetos ao Brasil, que, por sua vez, exporta para o mercado argelino majoritariamente produtos semimanufaturados, em especial açúcar. Devido ao superávit estrutural em favor da Argélia no comércio com o Brasil, avalia-se haver espaço para ampliação da exportação de produtos brasileiros para o país em prol do maior equilíbrio do comércio bilateral.

É, por fim, interesse de ambos aprofundar, de forma crescente, um modelo de cooperação sul-sul equilibrado, que traga vantagens para ambas as partes, sem as assimetrias que costumam caracterizar o relacionamento de países do Sul com países desenvolvidos.

Foi, justamente essa convergência de interesses e visões que havia levado os dois governos ao estabelecimento, em 2010, do já mencionado Mecanismo de Diálogo Estratégico, no nível de ministros das Relações Exteriores.

Contudo, os primeiros anos da presente década, caracterizaram-se, em função de problemas de agenda e política interna de parte a outra, por hiato de cerca de cinco anos na troca de visitas de chanceleres entre os dois países. A constatação desse hiato levou o Brasil a elencar a redinamização do relacionamento com a Argélia entre as prioridades da política externa brasileira para a África.

Como etapa inicial dos esforços para redinamizar o relacionamento bilateral, o então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Sérgio Danese, realizou visita a Argel em abril de 2015. Na ocasião, além de manter encontro com seu homólogo, o SG foi recebido pelo chanceler Lamamra, pelos ministros de Energia e Obras Públicas e pelo secretário-geral do ministério da Defesa. O SG também participou de jantar com o presidente do grupo argelino CEVITAL, ocasião em que lhe foram apresentados os planos de investimento do grupo no Brasil. Como resultado da visita, foram aceleradas as negociações em torno do Acordo de Defesa, que vinha sendo negociado entre os dois países desde 2009. Foram igualmente identificadas iniciativas e áreas prioritárias para o aprofundamento das relações bilaterais, tanto no âmbito da cooperação como na vertente econômico-comercial.

Na sequência, o então ministro das relações exteriores Mauro Vieira, visitou Argel (out/2015). Na ocasião, o chanceler brasileiro copresidiu, com seu homólogo argelino, Ramtane Lamamra, a primeira reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico, que havia sido criado em 2010, mas até então não inaugurado. A visita do ministro Mauro Vieira representou a primeira visita de um chanceler brasileiro ao país em mais de 7 anos. Em retribuição, chegou a ser agendada a realização de visita do chanceler Ramtane Lamamra ao Brasil para o final de abril de 2016, adiada pelo lado argelino em função de problemas de agenda e da situação política interna no Brasil.

Em maio/2017, em seguimento à visita do ministro Mauro Vieira, o Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, acompanhado do Diretor do Departamento da África, Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, visitou Argel para a realização da IV Reunião de

Consultas Políticas Brasil-Argélia (I Reunião, em Brasília, em 2006; II Reunião em Argel, em 2008; e III Reunião em Brasília, em 2010).

Cooperação técnica

A cooperação técnica Brasil-Argélia é amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, assinado em Brasília em 1981. A Argélia se situa, historicamente, entre os principais parceiros da cooperação técnica brasileira na África, após os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Em passado recente, foram executados projetos nas áreas de agropecuária, meio ambiente e saúde (cirurgia cardíaca pediátrica e atendimento a pacientes com queimaduras).

Marco mais recente da cooperação foi o projeto de “Transferência de conhecimento para a produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral”, implementado pela ABC em parceria com a Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas e Joias e Similares (ABRAGEM) em Tamanrasset, cidade no extremo sul argelino, em região economicamente deprimida e com população predominantemente tuaregue. Entre as etapas programadas, a iniciativa realizou visita dos alunos formados à cidade de Ouro Preto, no Brasil, e exposição de seus produtos em Argel, na residência oficial do Posto. O projeto também contou com a inauguração de escola piloto de lapidação em Tamanrasset.

A escola em Tamanrasset sintetiza o tipo de cooperação que Brasil e Argélia buscam desenvolver, com ênfase na troca de conhecimentos e na capacitação técnica em prol do desenvolvimento. O projeto contou com grande visibilidade junto à imprensa e sociedade locais, além do reconhecimento das autoridades argelinas. Também digno de nota foi o engajamento argelino, inclusive financeiro, para a viabilização das atividades de capacitação na escola-piloto. Em ago/2014, o governo argelino anunciou aporte de cerca de US\$ 1,5 milhão. O projeto foi concluído com grande êxito em 2017.

Cooperação em matéria de saúde

Dentre as iniciativas exitosas da cooperação bilateral, também possui destaque o projeto de cirurgias cardíacas pediátricas, implementado pela ABC em parceria com o ministério da Saúde da Argélia. Do lado brasileiro, a principal instituição executora foi o Instituto Nacional do Coração (INC). A iniciativa, cujo objetivo era o fortalecimento do conhecimento de médicos argelinos em cirurgias cardíacas pediátricas e nos procedimentos pré-operatórios e pós-operatórios, permitiu operar mais de 140 crianças sem registro de óbito. Os resultados alcançados a tal ponto considerados positivos, que ministério do Trabalho e da Previdência Social argelino

solicitou a inclusão de seu hospital, a “Clínica Médico-cirúrgica infantil (CMCI) MOUHAMED TOLBA”, no projeto.

Cooperação em políticas sociais

Tema de particular importância política constituem os esforços do governo argelino voltados à substituição ou complementação do sistema de subsídios universais a produtos de primeira necessidade por sistema de assistência direcionado às camadas mais carentes da população. O tema foi objeto de missão de técnicos ao Brasil, em evento organizado pelo Banco Mundial, e de técnicos brasileiros a Argel em 2015. Em 2018, foi realizada videoconferência entre técnicos do ministério da Solidariedade Nacional, da Família e da Condição da Mulher da Argélia e do ministério do Desenvolvimento Social do Brasil, com apoio da ABC.

Cooperação educacional

Brasil e Argélia possuem, desde 1981, Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, que também embasa a participação de estudantes argelinos nos programas PEC-G e PEC-PG. A partir de 2015, a Argélia, pela primeira vez, passou a contar com duas estudantes selecionadas para o PEC-G, para os cursos de Medicina e de Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense (UFF), fazendo com que se tornasse o país se tornasse o primeiro do mundo árabe a enviar participantes ao PEC-G.

Cooperação em defesa

As Forças Armadas argelinas são consideradas as segundas maiores tanto no mundo árabe quanto na África, e se situam entre as maiores forças de dissuasão do mundo. Segundo o “Stockholm International Peace Research Institute”, no ano de 2015, o poderio militar da Argélia estava em 27º lugar entre 126 nações pesquisadas. A Rússia continua a ser o maior fornecedor de material de emprego militar para o país, e representa mais de 90% das compras argelinas de armas, seguida de França (3%) e Reino Unido (2%). O Brasil, portanto, ainda enfrenta o desafio de conquistar parcela desse importante mercado.

Iniciadas em 2009, as negociações sobre o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa encontram-se concluídas desde finais de 2015. O texto negociado encontra-se atualmente em análise na consultoria jurídica do ministério da Defesa Nacional da Argélia.

Cooperação humanitária

Mais recentemente, a embaixada do Brasil em Argel participou de quatro missões do corpo diplomático aos campos de refugiados saarauís de Tindouf (nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018), organizadas pelas agências, fundos e programas

das Nações Unidas atuantes naqueles campos, bem como de duas cerimônias, no porto de Orã, de recepção de víveres doados pelo Brasil e distribuídos pelo Programa Mundial de Alimentos. As 2.450 toneladas de arroz e 1.400 toneladas de feijão doadas pelo Brasil entre 2014 e 2016, com o apoio da Espanha, que arcou com os custos do transporte até a Argélia, situaram o país entre os dez maiores doadores para os refugiados saarauís naqueles anos.

Compartilhamento de custos

A Argélia constitui país com o qual o Brasil poderia prospectar modalidades inovadoras de cooperação técnica. Em busca da diversificação de sua matriz produtiva, o país tem-se mostrado, de forma recorrente, aberto a projetos em que o governo argelino poderia arcar com parte relevante dos custos, a exemplo do que ocorreu no projeto de Tamanrasset. A ABC já adotou modelo semelhante com alguns países da América Latina que têm arcado com os custos operacionais dos projetos (diárias e passagens dos técnicos). Essa modalidade de cooperação, ao não implicar, em regra, o pagamento pelos países cooperantes dos custos associados à transferência de conhecimentos técnicos, constitui opção atraente para diversos países.

ASSUNTOS CONSULARES

Há cerca de 60 brasileiros na Argélia, segundo as mais recentes estimativas. Em sua maioria, são funcionários de empresas multinacionais com contrato de curta e média duração (entre 6 meses e 2 anos), bem como seus cônjuges e dependentes. Somente cerca de 10 brasileiros residem na Argélia com expectativa de permanecer por mais de 2 anos, de acordo com estimativa da Embaixada do Brasil em Argel.

Devido à diminuta comunidade brasileira, não há Conselho de Cidadãos/Cidadania estabelecido no país. A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Argel. Não há consulados honorários. Em 2016, foi criada página da Embaixada em Argel no “Facebook”, como forma de ampliar canais de interlocução com a pequena comunidade brasileira na Argélia e com o público local, divulgando ações da diplomacia brasileira e outras informações de interesse geral.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Argélia.

POLÍTICA INTERNA

Após a independência, em 1962, a Argélia adotou regime de orientação socialista, dominado por partido único, a FLN, que mostrou sinais de esgotamento no final da década de 1980. Em outubro de 1988, eclodiram manifestações populares que demandavam maior abertura política. Em razão disso, em 1989, foi adotado sistema multipartidário no país. Aos eventos contestatórios e à abertura política observada no país ao final dos anos 1980 se convencionou chamar de "Primavera Democrática" argelina.

A crise institucional e as dificuldades econômicas da década de 1980 contribuíram para o fortalecimento do fundamentalismo islâmico na Argélia. Com a abolição da exclusividade da FLN como partido político, 20 novos partidos foram fundados, entre os quais a Frente Islâmica de Salvação (FIS), de orientação fundamentalista. A FIS venceu as eleições locais de 1990 (com 55% dos votos), e o primeiro turno das eleições para o Parlamento, em 1991. Frente às vitórias políticas da FIS, o então Presidente Chadli Bendjedid, pressionado pelas lideranças militares, dissolveu a Assembleia e, em seguida, renunciou (jan/1992), passando o poder a um Alto Conselho de Estado, presidido por Mohamed Boudiaf. Teve início, então, período de repressão à FIS, cassada pelas altas autoridades do Governo. O assassinato de Boudiaf, em junho de 1992, marcou o início de ciclo de violência terrorista que dominou a vida política argelina pelo restante dos anos 1990. Durante o chamado "decênio negro" ("décennie noire") estima-se que entre 100 e 200 mil argelinos tenham sido mortos.

Esse período conturbado ameaçou o estado argelino e o compeliu a adotar postura tímida no cenário internacional. As Forças Armadas, tradicional sustentáculo institucional do país, assumiram o comando do processo de pacificação. Ao mesmo tempo, o governo argelino procedeu à reinstitucionalização da vida política: após eleições presidenciais em 1995, aprovou nova reforma constitucional por referendo, em 1996 (85% dos votos); promulgou anistia parcial; e realizou novas eleições, em 1999, vencidas por Abdelaziz Bouteflika.

O governo Bouteflika logrou promover o alívio da situação de emergência política, social e econômica em que se encontrava o país desde 1988, colocando-o em via de relativa normalidade. O novo presidente argelino promoveu a "reconciliação nacional", pedra angular de sua obra política: reintegrou correntes islamistas moderadas ao jogo político, incorporando-as, inclusive, à coalizão de governo, e decretou anistia parcial, negociada secretamente com a insurgência e muito contestada pelas correntes liberais no país, mas que se demonstrou essencial à pacificação nacional. Em decorrência da estabilização política, Bouteflika foi reeleito

em 2004 (com 85% dos votos), em 2009 (com 90% dos votos) e em 2014 (com 82% dos votos), após o estabelecimento de emenda constitucional que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais (revogada em fev/2016). A pacificação alcançada pelo Governo deu espaço ao ressurgimento internacional da Argélia, após praticamente uma década de retração em face das ameaças que pesavam contra o estado.

A manutenção da estabilidade e a paz social, tão duramente alcançadas após a "década negra" dos anos noventa, constitui a preocupação dominante da liderança política. Em fevereiro de 2016, procedeu-se a revisão constitucional, conduzida pela presidência e referendada pelo parlamento, cujo texto não introduziu mudanças significativas no sistema político e na organização social da Argélia, mas reintroduziu o limite de dois mandatos presidenciais e o reconhecimento do tamazight como idioma oficial. A limitação dos mandatos não se aplica a Bouteflika, pois não retroage, o que abre espaço para um possível quinto mandato, caso a saúde do presidente o permita.

Primavera Árabe - manifestações populares

A Argélia esteve entre os primeiros países do mundo árabe a experimentar manifestações populares, logo nos primeiros dias de janeiro de 2011, após a eclosão dos protestos populares na Tunísia. A oposição, contudo, não logrou mobilizar as massas, em função, entre outros, dos seguintes fatores: a) ação repressiva moderada do aparato estatal (sem grande recurso à violência em comparação aos demais países da "Primavera Árabe"); b) anúncio de subsídios a produtos da cesta básica e estímulos à geração de emprego; e c) divisões internas na oposição. Além disso, analistas políticos estimam que, em decorrência da penosa memória do "decênio negro", haveria consenso, entre os grupos políticos mais expressivos no país, acerca da importância da via pacífica para transformações. Outro fator relevante foi, ainda, a imagem pública positiva do presidente Bouteflika e a relativa inclusão e reconciliação políticas alcançadas a partir de sua pacificação. Por fim, deve-se registrar que o regime também deu rápido início a seu próprio movimento em direção à maior abertura do sistema político. O "estado de emergência", que vigorava no país desde 1992, foi encerrado em fevereiro de 2011. Nova legislação foi elaborada no sentido de facilitar a criação de partidos; de estabelecer percentuais mínimos de mulheres no Parlamento; e de aumentar a composição do parlamento.

Eleições legislativas após a Primavera Árabe

Em maio de 2012, ocorreram eleições parlamentares sob a vigência de nova lei eleitoral, cujas inovações conferiram legitimidade interna e reconhecimento

internacional ao processo de transformação do cenário político argelino. Dentre as mudanças, destacam-se: a) o aumento do número de cadeiras no Parlamento; b) o estabelecimento de número mínimo de mulheres nas listas eleitorais; c) a supervisão das eleições por lista de magistrados (e não mais pelo Ministério do Interior); e d) o convite a organizações internacionais para envio de observadores (LEA, ONU, UE). De fato, as missões de observadores eleitorais fizeram avaliação geral positiva do pleito na Argélia, considerado livre e transparente. A comunidade internacional também elogiou as medidas introduzidas na legislação, que permitiram aumento significativo no número de mulheres no Parlamento: de 31 entre 389 assentos (8%) para 145 entre 462 assentos (31%). A Argélia teria avançado, segundo dados divulgados pela mídia local, do 122º para o 26º lugar no ranking de países cujos parlamentos contam com maior presença de mulheres, nível equiparado ao da Alemanha.

Apesar da reforma, houve pequena alteração na distribuição de cadeiras, que acabou por aumentar a vantagem dos principais partidos governistas, a saber, o FLN e o "Rassemblement National Démocratique" (RND, de centro-direita), que obtiveram 291 cadeiras do total de 462. A Aliança Argélia Verde (AAV), coalizão que reúne três partidos islamistas moderados ("Mouvement de la Société pour la Paix"/MSP – que rompeu com o governo em 2012 –, o "Ennahda" e o "El Islah"), perdeu uma cadeira, passando de 48 a 47.

Vale registrar que a possibilidade de o presidente Abdelaziz Bouteflika concorrer às eleições para o quarto mandato em 2014 ocupou o centro do debate político nacional durante boa parte de sua terceira presidência. Apesar de debilitado pelo AVC ocorrido em 2013, que gerou dúvidas sobre sua capacidade de governar, Bouteflika, sem ter feito campanha, foi reconduzido no cargo por ampla margem dos votos, em abril de 2014, (04/2014-04/2019), fato que ratificou sua liderança histórica e carismática.

No entanto, apenas metade dos eleitores compareceram às urnas. A partir do segundo semestre de 2017, mais de um ano e meio antes do próximo pleito, a ser realizado em 2019, o debate sobre novo mandato para Bouteflika voltou à baila. Contudo, as duas mudanças na chefia do governo argelino em 2017 (a escolha do primeiro-ministro é realizada pelo presidente e aprovada pelo parlamento) estiveram, segundo analistas, mais relacionadas ao ritmo das reformas econômicas do que a mudanças de rumo na política. Por outro lado, as eleições legislativas e locais de 2017 reforçaram a maioria absoluta e ascendência sobre a vida político-partidária do

país dos dois partidos da base de governo, a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o Movimento Nacional Democrático (RND).

Poder legislativo

O poder legislativo argelino é bicameral, composto por Assembleia Popular Nacional Popular (APN, câmara baixa), com 462 membros e pelo Conselho da Nação (CN, Senado), com 144 membros.

No Conselho da Nação, os representantes assumem mandatos de seis anos. Seus membros são escolhidos de duas formas: um terço é indicado pelo presidente eleito; e o restante é eleito por voto indireto pelas assembleias comunais. Já os representantes da Assembleia Popular Nacional são eleitos por voto universal direto para mandatos de cinco anos. O CN é instância revisora das decisões da APN.

O Parlamento não detém impacto significativo na formulação de políticas: a APN tem pouca iniciativa legislativa e a grande maioria das leis aprovadas são de iniciativa do Governo.

A Constituição concede ao chefe de estado papel central na gestão dos assuntos do país. Além disso, o presidente é o Comandante Supremo das Forças Armadas e ministro da Defesa.

Poder Judiciário

O sistema legal argelino inclui elementos tanto do direito civil francês quanto do direito islâmico. Atos legislativos podem ser revistos por Conselho Constitucional *ad hoc*, composto de servidores públicos e juizes da Suprema Corte da Argélia.

A mais alta instância do poder judiciário é a Suprema Corte, que consiste de 150 juizes indicados pelo Alto Conselho da Magistratura, órgão administrativo dirigido pelo presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Vários fenômenos, como a presença de movimentos extremistas islamistas em países vizinhos, ora reforçados pela chegada de combatentes do Estado Islâmico em retirada dos conflitos na Síria e no Iraque; a intensificação dos fluxos de migração de africanos do Sahel para a Europa, passando pela Argélia, muitos dos quais ali se instalando; o fortalecimento de redes criminosas nas proximidades das fronteiras do país, atuando no tráfico de armas e de entorpecentes, no contrabando, em sequestros e outros delitos, fizeram da Argélia país incontornável para a estabilidade no Norte da África, fato explorado pela diplomacia do país, em função da bem-sucedida experiência de superação do conflito com os extremistas dos anos 1990, consolidada pelas políticas de reconciliação nacional e de desradicalização do discurso religioso.

Ainda no plano externo, a Argélia apresenta-se como país não-alinhado, com histórico de atuação diplomática independente. A grave deterioração da situação de segurança em seu entorno regional ao longo dos últimos anos levou o país magrebino, contudo, a estabelecer como prioridade máxima de sua diplomacia a promoção da paz e da segurança nos países vizinhos. Recorde-se que, em janeiro de 2013, a crise de segurança regional chegou a atingir em cheio a Argélia: grupo terrorista atacou instalação petrolífera argelina em In Amenas, perto da fronteira com a Líbia, com saldo de 67 mortos.

Nesse contexto, a Argélia tem atuado no sentido de facilitar a obtenção de solução política para os conflitos regionais. De forma similar ao Brasil, a Argélia identifica como principal origem da volatilidade regional a intervenção externa realizada pela OTAN na Líbia, em 2011, desprovida de acompanhamento bem planejado para o período pós-conflito. Fiel a sua tradição diplomática de protagonismo regional e de rigorosa defesa do princípio da não-ingerência, a Argélia tem buscado conter as consequências da desestabilização líbia por meio da cooperação com países vizinhos e da facilitação do diálogo intralíbio, sempre em sintonia com os esforços de mediação conduzidos pela ONU. No plano da cooperação com os vizinhos, destaca-se a cooperação com a Tunísia, em áreas como inteligência e controle de fronteiras.

No Mali, Argel engajou-se, de forma particularmente ativa. O "Processo de Argel", iniciado em setembro de 2014, resultou no "Acordo de Paz e Reconciliação", assinado em Bamako, em maio de 2015, e ao qual, em junho de 2015, após nova rodada de negociações em Argel, aderiram os grupos reunidos em torno da Coordenação de Movimentos do Azawad (MCA), que relutavam em assinar definitivamente o acordo. A Argélia continua engajada junto às principais partes malinesas, com vistas à implementação e ao cumprimento dos termos acordados.

Os esforços argelinos de promoção da paz e da estabilidade regionais encontram entrave político no caráter relativamente tenso das relações com o Marrocos. Países que passaram relativamente incólumes pelas revoltas populares ocorridas no contexto da "Primavera Árabe", Argélia e Marrocos são vistos com frequência como pilares da estabilidade magrebina. Contudo, as rivalidades em torno da questão do Saara Ocidental têm, em certa medida, dificultado o enfrentamento comum dos graves problemas de segurança regional. De um lado, Rabat não abre mão da soberania sobre a região saaraui e propugna a autonomia relativa do território, sob a soberania marroquina. De outro lado, Argel é fervorosa defensora da realização de referendo popular sobre a independência política do povo local. O Governo

argelino reconhece a República Árabe Saaraui Democrática (RASD). Desde 1994, as fronteiras entre a Argélia e o Marrocos encontram-se fechadas.

A persistência da tensão entre Marrocos e Argélia também é vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento da União do Magrebe Árabe (UMA), organização criada em 1989 para promover a integração econômica sub-regional entre Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia.

Note-se, ainda, que, desde o início do quarto mandato de Bouteflika, em abril de 2014, se registra a busca por maior aproximação com países da África subsaariana, com destaque para a intensificação do fluxo de visitas de altos mandatários da região a Argel. A renovada prioridade concedida à área pela Argélia insere-se nos esforços de diversificação da matriz produtiva, em cenário de baixa prolongada nos preços dos hidrocarbonetos.

Essa necessidade também tem orientado a aproximação com parceiros emergentes como a China, que é, desde 2013, o maior fornecedor comercial da Argélia. Em 2014, os dois países assinaram Acordo de Parceria Estratégica, o primeiro celebrado pela China com um país árabe.

Apesar do movimento argelino em direção ao Sul, as tradicionais relações com os países mediterrâneos europeus seguem prioritárias. Os principais parceiros comerciais europeus da Argélia são a Espanha, a França e a Itália. O relevante papel do país para a estabilização da região tem impelido a Europa a buscar maior aproximação com Argel. Em setembro de 2015, por ocasião da visita da Alta Representante da UE para Política Externa e Segurança a Argel, foi anunciada a revisão dos termos do Acordo de Associação Argélia-União Europeia, assinado em 2005, que pouco antes passaram a ser vistos pelo governo argelino como assimétricos.

A França, ex-metrópole, é o principal parceiro argelino em cooperação bilateral. O passado colonial é, contudo, tratado como "página virada, mas não rasgada" da história argelina. Em que pese seu caráter ainda dúbio, as relações franco-argelinas, após deterioração durante o governo de Nicolas Sarkozy, experimentaram significativa melhora a partir do governo de François Hollande. Os dois países mantêm crescente intercâmbio de informações quanto à atuação de grupos radicais no Sahel. Embora não tenha participado diretamente da intervenção francesa no Mali, a Argélia permitiu a utilização de seu espaço aéreo por aeronaves militares francesas na ocasião.

Argel também intensificou a cooperação em matéria de segurança com os EUA, que ressaltou, durante o governo de Barak Obama, o papel de relevo do país magrebino na estabilização do Sahel e do Norte da África.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia argelina apresenta dependência histórica da exploração de hidrocarbonetos, que representam, grosso modo, cerca de 30% do PIB, 60% do orçamento público e 95% das receitas com exportações. A Argélia tem a décima maior reserva de gás natural do mundo e é o sexto maior exportador da *commodity*. Em termos de reservas comprovadas de petróleo, está em 16º lugar no mundo.

A receita fiscal auferida com a exportação de hidrocarbonetos permitiu à Argélia manter a estabilidade macroeconômica, acumular significativas reservas internacionais e a manter baixo endividamento externo, enquanto os preços internacionais estavam elevados. Com preço do petróleo baixo desde 2014, as reservas internacionais do país caíram pela metade para cobrir déficits interno e externo. O fundo de estabilização para a *commodity*, que chegou a 20 bilhões de dólares norte-americanos, em 2013, registrou seu valor mais baixo em 2017 (7 bilhões de dólares).

A situação resultante da queda acentuada e prolongada nos preços internacionais dos hidrocarbonetos obrigou o governo a repensar a forma e a intensidade da intervenção estatal na economia e no provimento do bem-estar social, em equilíbrio delicado entre os imperativos da modernização e da diversificação econômica, de um lado, e da paz e estabilidade sociais, de outro.

A solução da sensível equação macroeconômica argelina envolve a atração de capitais externos e a recuperação dos fluxos do comércio exterior. Nesse sentido, o país tem buscado parceiros externos para investir em sua economia. A imposição legal da fórmula 49/51%, segundo a qual investidores estrangeiros devem associar-se minoritariamente (máximo de 49%) a empresas locais, tem constituído, no entanto, fator inibidor da captação de investimentos externos diretos.

No que se refere à balança comercial, em geral, a redução nos investimentos públicos e, também, nas importações tiveram impacto negativo, não apenas sobre o comércio com o Brasil, mas também sobre as trocas com os demais parceiros argelinos. Quanto ao Brasil, em particular, a crise econômica nacional e a diminuição das cotações internacionais dos principais produtos agrícolas exportados também contribuíram para a redução na corrente bilateral de comércio com a Argélia. A partir

do segundo semestre de 2017, contudo, graças à recuperação parcial das cotações internacionais dos hidrocarbonetos, as exportações argelinas recuperaram-se, com consequente evolução positiva das trocas com o Brasil.

No relacionamento com o exterior, a União Europeia constitui o maior parceiro comercial argelino. As divisas geradas com a exportação de hidrocarbonetos transformaram a Argélia em importador histórico de bens de consumo, sobretudo equipamentos industrializados; produtos semimanufaturados e alimentos. Os maiores fornecedores da Argélia são China, França, Rússia, Itália e Alemanha. Em 2016, o Brasil posicionou-se em 10º lugar entre os fornecedores argelinos. Já no que se refere a exportações argelinas, os maiores compradores são: Itália, Espanha, Estados Unidos, França e Brasil.

Também relacionada à busca por melhoria do desempenho do comércio exterior argelino se insere a assinatura do Acordo da Área Africana de Livre Comércio Continental (ACFTA, na sigla em inglês), em março de 2018. A formação do bloco terá o potencial de ampliar as exportações da Argélia para outros países da África, o que poderá se traduzir em geração de emprego e em desenvolvimento econômico. Apesar do potencial de transformação associado à criação da ACFTA, com a formação do maior mercado único do mundo, que terá cerca de 1 bilhão e 200 milhões de consumidores e trabalhadores, analistas econômicos não acreditam que os resultados positivos da empreitada aparecerão de imediato. A eliminação de tarifas sobre 90% dos produtos negociados na região do bloco ao longo dos próximos 5 anos é vista como muito ambiciosa.

Outras medidas para melhoria do cenário econômico doméstico adotadas pelo governo Bouteflika foram a imposição de maior disciplina à política fiscal e a tentativa de progredir com a diversificação da economia. No mês de março de 2018, o FMI criticou, contudo, a decisão do primeiro-ministro Ahmed Ouyahia de recorrer a empréstimos do banco central (Banque d'Algérie) para cobrir déficits fiscais.

Em 2017, o presidente Bouteflika também anunciou que a Argélia investiria no desenvolvimento de fontes de energia não convencionais. Desde então, o país tem-se esforçado para ampliar indústrias não relacionadas à produção de hidrocarbonetos, mas em ambiente de negócios fortemente regulamentado e com crescimento econômico ainda condicionado pelo estado.

A recente tendência de recuperação dos preços internacionais do petróleo poderá, contudo, fazer com os esforços por maior diversificação da matriz produtiva do país esmoreçam.

Comércio e fluxos de investimentos bilaterais

Tradicionalmente deficitário para o Brasil, em função da importação de hidrocarbonetos (naftas para petroquímica e óleos brutos de petróleo), o comércio bilateral iniciou recuperação no segundo semestre de 2017, após período de queda. A melhoria se deve à recuperação relativa da economia argelina, em função do aumento recente das cotações internacionais dos hidrocarbonetos, além da paulatina recuperação da economia brasileira. Há alguns anos, a Argélia consolidou-se como o 2º maior parceiro comercial brasileiro no mundo árabe (após a Arábia Saudita) e também 2º maior parceiro comercial do Brasil na África (após a Nigéria).

Açúcar, óleo de soja, milho e carne respondem por mais de 90% das exportações brasileiras à Argélia. Os produtos brasileiros são adquiridos, em sua maioria (cerca de 70%), pelo grupo argelino CEVITAL. Nafta e óleo bruto de petróleo respondem por mais de 90% das importações brasileiras da Argélia e são adquiridos, em sua maior parte pela Braskem.

A troca de missões empresariais com maior frequência poderá contribuir para incrementos e diversificação do comércio bilateral, tornando-o menos dependente das oscilações nos preços internacionais das *commodities*. Mais recentemente, o Brasil empenhou-se, nesse sentido, em sua participação na 50ª edição da Feira Internacional de Argel, realizada em 2017, e na missão da Apex a Argel, em abril do mesmo ano, que contou com a participação de dezessete empresas brasileiras dos setores agroalimentar, de máquinas agrícolas, material de construção, equipamentos e produtos de laboratório, movelaria e alimentação animal.

Estima-se, ademais, que mudanças na lei de investimentos e a assinatura do acordo de cooperação e facilitação de investimentos poderão impulsionar os investimentos brasileiros na Argélia.

Empresas brasileiras já têm, contudo, ampliado sua participação em licitações públicas e na formação de parcerias com empresas locais ou de terceiros países atuando na Argélia. Destaca-se a associação entre a Randon e o grupo argelino Cevital, responsável por parcela substancial das importações de açúcar e óleo de soja do Brasil. A mesma empresa firmou parceria com a brasileira NEOBUS para a montagem local de carrocerias (em regime de CKD).

Além de grandes construtoras como a Andrade Gutierrez, que participou da construção do metrô de Argel e do viaduto de Constantine, e a Queiroz Galvão, a Weg está presente na Argélia por meio de representante local e tem buscado aumentar sua participação no mercado argelino de motores elétricos, em especial por meio de parceria com a Naftal, considerada prioritária nos planos de expansão de negócios da empresa na Argélia. A Naftal, responsável pela distribuição de mais de

90% da gasolina e do diesel no mercado argelino, lançou, recentemente, plano de desenvolvimento que prevê investimentos da ordem de US\$ 4 bilhões nos próximos anos.

Do lado argelino, o grupo CEVITAL é a maior empresa privada da Argélia (vendas anuais de USD 3,5 bilhões) e da África, na área agroalimentar. A corporação importa, como mencionado, a maior parte dos produtos brasileiros (cerca de 70% das importações argelinas de bens produzidos no Brasil, principalmente açúcar). Além de possuir rede própria de distribuição de produtos no país (supermercados), a CEVITAL também produz e exporta eletrodomésticos, produtos siderúrgicos, entre outros.

Em visita ao Brasil (7-8/11/2016), o presidente do Grupo CEVITAL, Issad Rebrab, cumpriu ampla agenda de encontros em Brasília, ocasião em que apresentou seus projetos de investimentos bilionários, no Brasil, na área de logística e transportes (transporte ferroviário e escoamento de grãos por terminal fluvial no Pará). Os projetos, caso concretizados, deverão reduzir sensivelmente o custo final das *commodities* agrícolas brasileiras na Argélia e em todo o Mediterrâneo tanto pelo encurtamento das distâncias entre produtores de grãos e consumidores finais, quanto pelo barateamento do frete em razão da garantia de carga nos dois sentidos (fertilizantes no sentido Argélia-Brasil e grãos no sentido Brasil-Argélia). Os projetos do grupo argelino, no entanto, enfrentam dificuldades, sobretudo na área de financiamento (na Argélia, a Cevital opera com capitais próprios, mas os investimentos no exterior dependem de montagem financeira).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1830: Invasão francesa; assinada Convenção que cede a Argélia à França

1832: Início da resistência à colonização francesa, sob a liderança de Al-Kader, entre outros

1848: Argélia é proclamada parte integrante da França na Constituição da II República

1914: Argélia fornece contingentes de soldados para combater na Europa até 1918

1928: Primeiras grandes medidas para restringir a imigração argelina em direção à França

1942: II Guerra Mundial; desembarque aliado na Argélia

1943: Ida do General De Gaulle a Argel, com promessa de reformas

- 1945:** Violenta repressão francesa contra manifestantes nacionalistas argelinos
- 1946:** Cresce movimento nacionalista; fundação de partidos independentistas moderados
- 1947:** Criação do primeiro braço armado para a luta anticolonialista
- 1954:** Início da revolução de independência com marcada atuação da Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu exército
- 1955:** François Mitterrand dá impulso à Guerra da Argélia
- 1960:** Reconhecimento pela ONU do direito argelino à independência
- 1962:** Assinatura dos Acordos de Evian, com cessar-fogo
- 1962:** Referendo aprova a independência da Argélia; Ahmed Ben Bella é eleito Presidente
- 1962:** Violência contra argelinos de origem francesa e início da emigração em massa
- 1965:** Ben Bella é deposto, em golpe de Houari Boumediène
- 1968:** Nacionalizações; Argélia adota regime socialista de economia planificada
- 1969:** Adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
- 1976:** Rompimento de relações com o Marrocos pela questão do Saara Ocidental (até 1988)
- 1976:** Constituição argelina aprovada por referendo com 99% de votos afirmativos
- 1978:** Morte do presidente Boumediène, sucedido dias depois por Chadli Bedjedid
- 1986:** Primeira reforma constitucional e flexibilização do sistema de partido único
- 1990:** Frente Islâmica de Salvação ganha eleições municipais e, em 1991, legislativas
- 1992:** Golpe militar anula eleições; onda de violência e terrorismo fundamentalista
- 1992:** O intelectual no exílio M. Boudiaf, chamado para a presidência, é assassinado
- 1999:** Primeira eleição de Abdelaziz Bouteflika como presidente
- 2004:** Reeleição de Abdelaziz Bouteflika para segundo mandato
- 2005:** Aprovação em referendo da Carta de Reconciliação Nacional
- 2007:** Atentados suicidas em Argel e no interior por grupo ligado à Al Qaeda (também em 2008)
- 2008:** Reforma constitucional suprime limite à reeleição do presidente.
- 2009:** Abdelaziz Bouteflika reeleito para terceiro mandato.
- 2011:** No contexto da "Primavera Árabe", o Governo argelino adota série de medidas para reforma político-institucional, entre as quais a suspensão do estado de emergência, em vigor no país havia 19 anos.
- 2012/Mai:** Realização de eleições legislativas para a Assembleia Popular Nacional.
- 2012/Set:** O presidente Bouteflika nomeia Abdelmalek Sellal como novo primeiro-ministro da Argélia.

- 2012/Nov:** Realização de eleições regionais e municipais.
- 2013/Jan:** Atentado terrorista a base de exploração de gás em In Aménas.
- 2014/Abr:** Reeleição de Abdelaziz Bouteflika para terceiro mandato.
- 2015/Jan:** Atentado terrorista contra embaixada argelina em Trípoli, Líbia.
- 2016/Fev:** Reforma constitucional reintroduz limite de dois mandatos presidenciais e reconhece o tamazight como idioma oficial.
- 2017/Mai:** Realização de eleições legislativas e locais.
- 2017/Mai:** O presidente Bouteflika nomeia Abdelmadjid Tebboune como novo primeiro-ministro da Argélia.
- 2017/Ago:** O presidente Bouteflika nomeia Ahmed Ouyahia como novo primeiro-ministro da Argélia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1962:** Estabelecimento de relações diplomáticas
- 1962:** Abertura de Embaixada em Argel
- 1983:** Visita do presidente João Figueiredo à Argélia
- 1985:** Visita do presidente Chadli Bendjedid ao Brasil
- 1987:** I Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista)
- 2003:** Ministra das Minas e Energias Dilma Rousseff visita Argel
- 2004:** Criação do Conselho Empresarial bilateral
- 2005/Fev:** Chanceler Celso Amorim visita Argel
- 2005/Mai:** Visita do presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil
- 2005/Mai:** Argélia na copresidência da Cúpula ASPA
- 2005/Nov:** Visita do ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Luis Fernando Foram, e do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, à Argélia
- 2006/Fev:** Visita do Presidente Lula da Silva à Argélia
- 2006/Abr:** II Reunião da Comista, em Brasília
- 2006/Abr:** Chanceler Mohamed Bedjaoui visita o Brasil
- 2006/Nov:** Encontro dos presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Abuja, à margem da Cúpula América do Sul-África (ASA)
- 2007/Mai:** Assinatura de MdE entre as empresas Sonatrach e Petrobras na área de energia, no contexto de visita do presidente da Petrobrás à Argélia
- 2007/Jun:** Encontro dos presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Berlin, à margem de reunião de cúpula do G-8

2008/Mar: Visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Argelinas, General Gaid Salah

2008/Jun: III Reunião da Comista, em Argel

2008/Ago: Encontro dos presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Pequim, durante os Jogos Olímpicos

2008/Dez: Encontro do chanceler Celso Amorim com seu homólogo argelino em Doha, à margem da conferência sobre o financiamento do desenvolvimento

2009/jan: Visita do ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel

2009: Reunião de seguimento da III Comista em Brasília

2010/Abr: Sr. SGEX, Embaixador Ruy Nogueira, visita Argel

2010/Jun: Missão da ABC visita Argel para analisar cooperação em desertificação e cítricos

2010/Jul: Visita do chanceler Mourad Medelci ao Brasil e realização da IV Reunião da Comista, em Brasília

2010/Set: Visita do ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel

2011/Set: Visita ao Rio de Janeiro do ministro de Energia e Minas da Argélia, Youcef Yousfi, para participar do Fórum "World Energy Leaders Summit"

2011/Set: Encontro do chanceler Antonio Patriota com seu homólogo argelino, Mourad Medelci, à margem do Debate Geral da 66a AGNU

2011/Out: Visita do então subsecretário de Assuntos Políticos III, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Argel, para reunião de

2012/Jun: Vinda ao Brasil do presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta) argelino, Abdelkader Bensalah, no contexto da Rio+20

2013/nov: missão cirúrgica brasileira visita Argel no contexto do projeto de cooperação "Capacitação Técnica em Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos Pediátricos".

2013/dez: Missão governamental e empresarial, chefiada pelo secretário-executivo do MDIC

2014/jun: missão brasileira negociadora de acordo ACFI visita Argel.

2015/abr: secretário-geral das Relações Exteriores realizou visita a Argel.

2015/ mai-jun: participação brasileira na 48ª Feira Internacional de Argel

2015/out: ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil visitou Argel.

2016/nov: visita ao Brasil (7-8/11/2016), o presidente do Grupo CEVITAL, Issad Rebrab

2017/abr: visita a Argel de missão da Apex Brasil com 18 empresários brasileiros

2017/mai: o Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu visitou Argel para a realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Argélia

2017/mai: participação brasileira na 50ª edição da Feira Internacional de Argel (8 a 13/5)

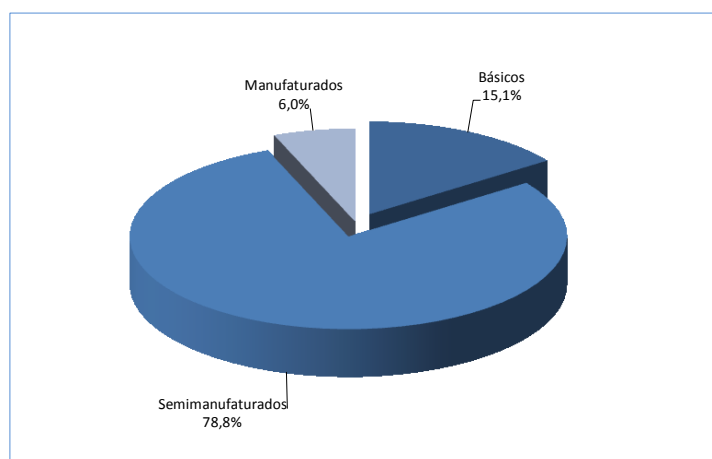
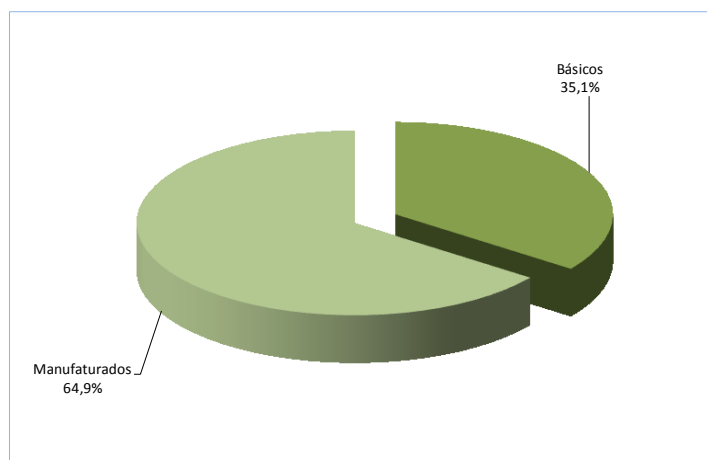
2017/out: participação brasileira no Salão de Pecuária e Equipamentos Agrícolas.

ACORDOS BILATERAIS

Título do ato	Data da celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular	21/5/2009	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima	8/2/2006	19/3/2010	21/12/2015
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo	8/2/2006	17/6/2009	2/2/2010

da República Argelina Democrática e Popular			
Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Popular	12/5/2005	28/10/2008	19/9/2008
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática Popular no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal	12/5/2005	29/10/2008	19/9/2008
Acordo de Cooperação Econômica ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular.	20/9/1987	21/12/1989	4/3/1991
Acordo para Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural	3/6/1981	20/11/1983	5/12/1983
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular.	3/6/1981	20/11/1983	5/12/1983

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

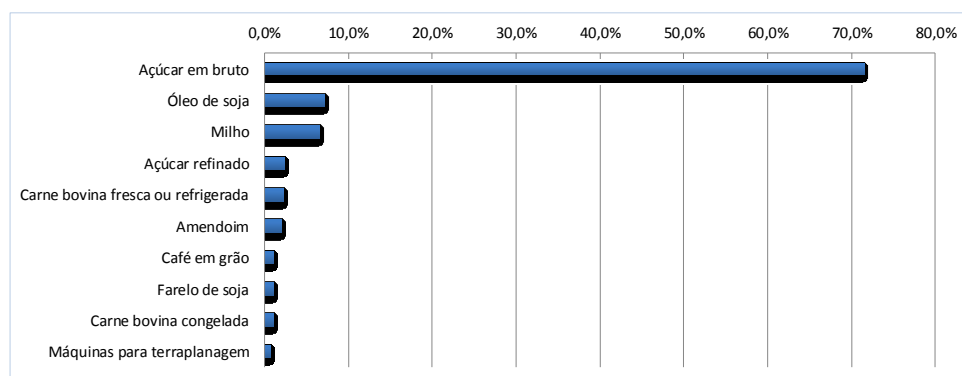
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Argélia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	515	51,9%	698	65,6%	848	71,5%
Óleo de soja	69	6,9%	89	8,4%	85	7,2%
Milho	160	16,1%	86	8,1%	79	6,7%
Açúcar refinado	2	0,2%	9	0,8%	29	2,4%
Carne bovina fresca ou refrigerada	62	6,2%	50	4,7%	27	2,3%
Amendoim	22	2,2%	19	1,8%	25	2,1%
Café em grão	8	0,8%	4	0,4%	13	1,1%
Farelo de soja	19	1,9%	0	0,0%	13	1,1%
Carne bovina congelada	23	2,3%	21	2,0%	13	1,1%
Máquinas para terraplanagem	10	1,0%	25	2,4%	9	0,8%
Subtotal	890	89,6%	1.001	94,1%	1.141	96,2%
Outros	103	10,4%	62	5,9%	45	3,8%
Total	993	100,0%	1.063	100,0%	1.186	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

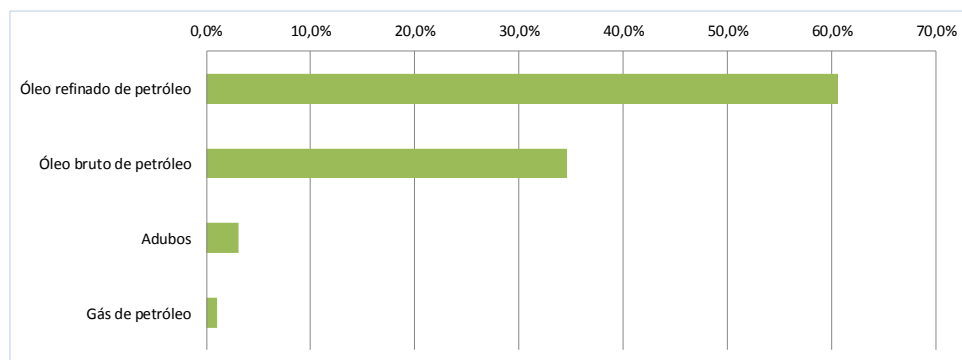


Composição das importações brasileiras originárias da Argélia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo refinado de petróleo	1.165	64,3%	984	60,7%	1.403	60,6%
Óleo bruto de petróleo	544	30,0%	560	34,5%	800	34,6%
Adubos	0	0,0%	27	1,7%	72	3,1%
Gás de petróleo	80	4,4%	41	2,5%	24	1,0%
Subtotal	1.789	98,7%	1.612	99,5%	2.299	99,4%
Outros	24	1,3%	9	0,5%	14	0,6%
Total	1.813	100,0%	1.621	100,0%	2.313	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

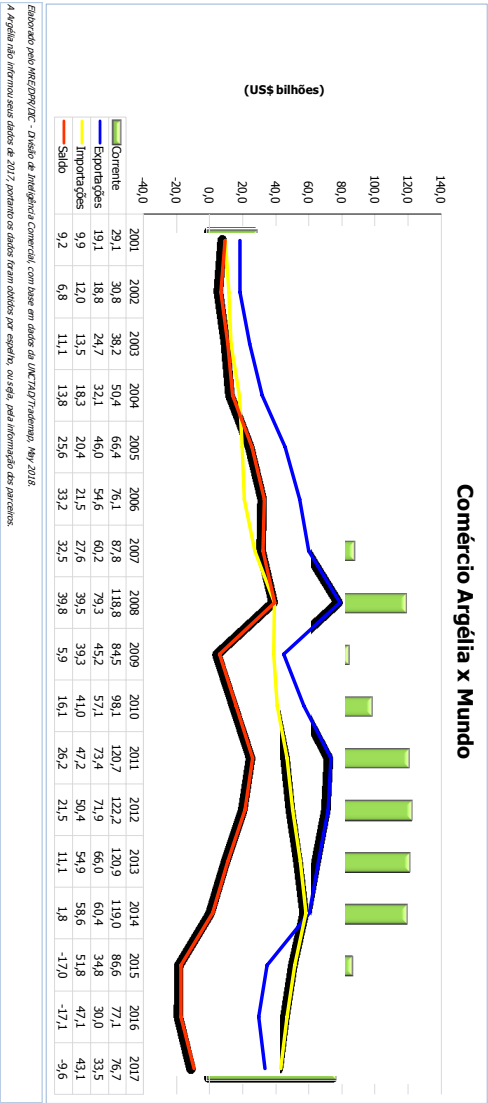
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Açúcar	279	67,6%	201	66,0%	Açúcar 67,6%
Milho	44	10,7%	33	10,8%	Milho 10,8%
Óleo de soja	27	6,5%	23	7,5%	Óleo de soja 7,5%
Carne bovina fresca ou refrigerada	14	3,4%	13	4,3%	Carne bovina fresca ou refrigerada 4,3%
Amendoim	9	2,2%	12	3,9%	Amendoim 3,9%
Carne bovina congelada	12	2,9%	9	3,0%	Carne bovina congelada 3,0%
Café em grão	3	0,7%	3	1,0%	Café em grão 1,0%
Máquinas para terraplanagem	5	1,2%	2	0,7%	Máquinas para terraplanagem 0,7%
Fibras de coco	1	0,2%	1	0,3%	Fibras de coco 0,3%
Frutas	0	0,0%	1	0,3%	Frutas 0,3%
Subtotal	394	95,4%	298	97,8%	
Outros	19	4,6%	7	2,2%	
Total	413	100,0%	305	100,0%	
Importações					
Óleo refinado de petróleo	667	69,8%	277	50,3%	Óleo refinado de petróleo 50,3%
Óleo bruto de petróleo	253	26,5%	205	37,2%	Óleo bruto de petróleo 37,2%
Gás de petróleo	3	0,3%	40	7,3%	Gás de petróleo 7,3%
Fertilizantes azotados	23	2,4%	25	4,5%	Fertilizantes azotados 4,5%
Álcoois acídicos	3	0,3%	2	0,4%	Álcoois acídicos 0,4%
Fosfatos de cálcio naturais	6	0,6%	0,1	0,02%	
Subtotal	955	99,9%	549	99,8%	
Outros produtos	1	0,1%	1	0,2%	
Total	956	100,0%	550	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

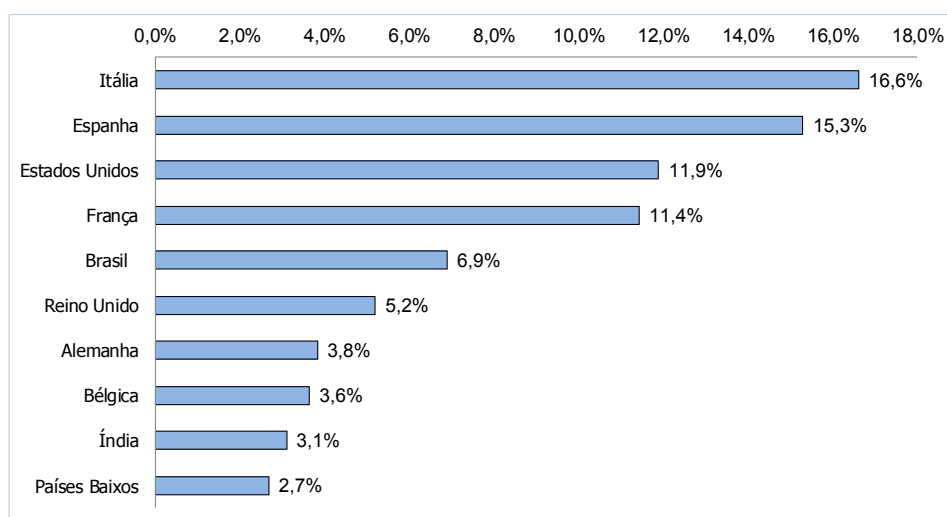


Principais destinos das exportações da Argélia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Itália	5,57	16,6%
Espanha	5,13	15,3%
Estados Unidos	3,99	11,9%
França	3,83	11,4%
Brasil	2,31	6,9%
Reino Unido	1,74	5,2%
Alemanha	1,29	3,8%
Bélgica	1,22	3,6%
Índia	1,04	3,1%
Países Baixos	0,90	2,7%
Subtotal	27,03	80,6%
Outros países	6,50	19,4%
Total	33,53	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

A Argélia não informou seus dados de 2017, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

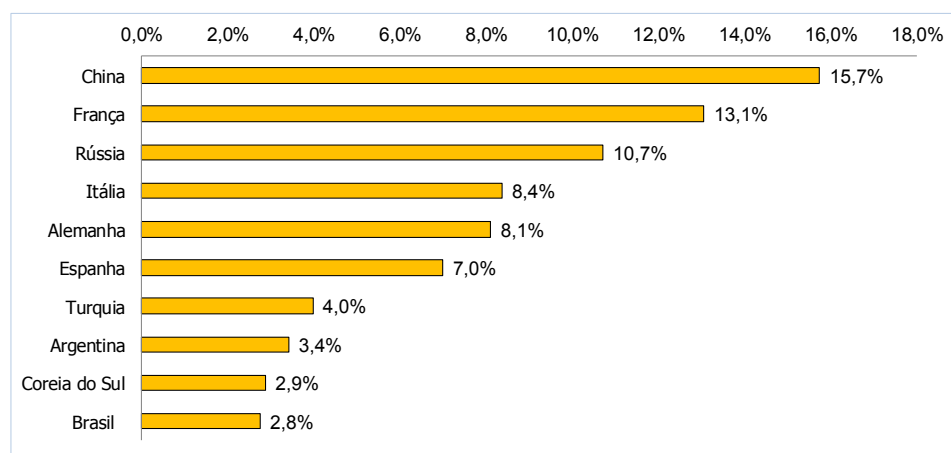


Principais origens das importações da Argélia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	6,79	15,7%
França	5,63	13,1%
Rússia	4,62	10,7%
Itália	3,61	8,4%
Alemanha	3,49	8,1%
Espanha	3,02	7,0%
Turquia	1,71	4,0%
Argentina	1,47	3,4%
Coreia do Sul	1,24	2,9%
Brasil	1,19	2,8%
Subtotal	32,76	76,0%
Outros países	10,36	24,0%
Total	43,13	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

A Argélia não informou seus dados de 2017, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

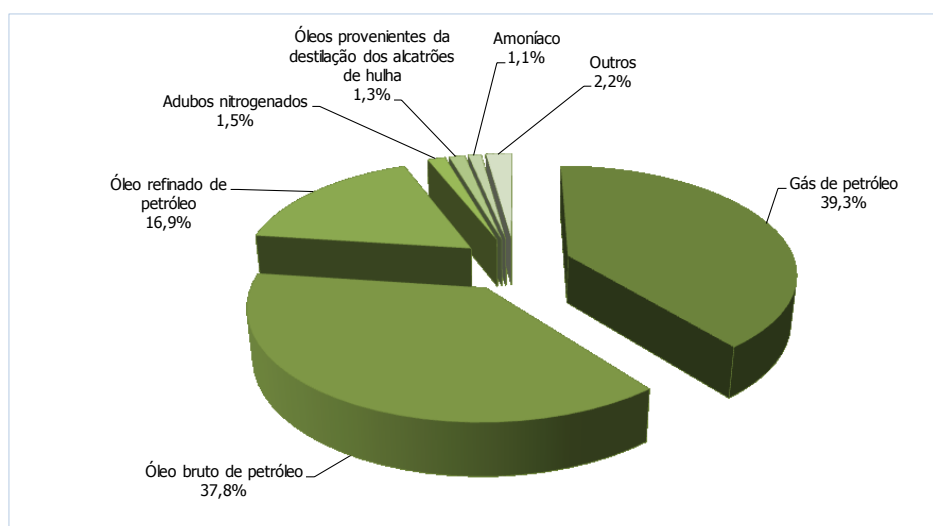


Composição das exportações da Argélia (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Gás de petróleo	11,79	39,3%
Óleo bruto de petróleo	11,33	37,8%
Óleo refinado de petróleo	5,06	16,9%
Adbos nitrogenados	0,45	1,5%
Óleos provenientes da destilação dos alcatrões de hulha	0,40	1,3%
Amoníaco	0,32	1,1%
Subtotal	29,34	97,8%
Outros	0,65	2,2%
Total	29,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

(1) Última posição disponível.

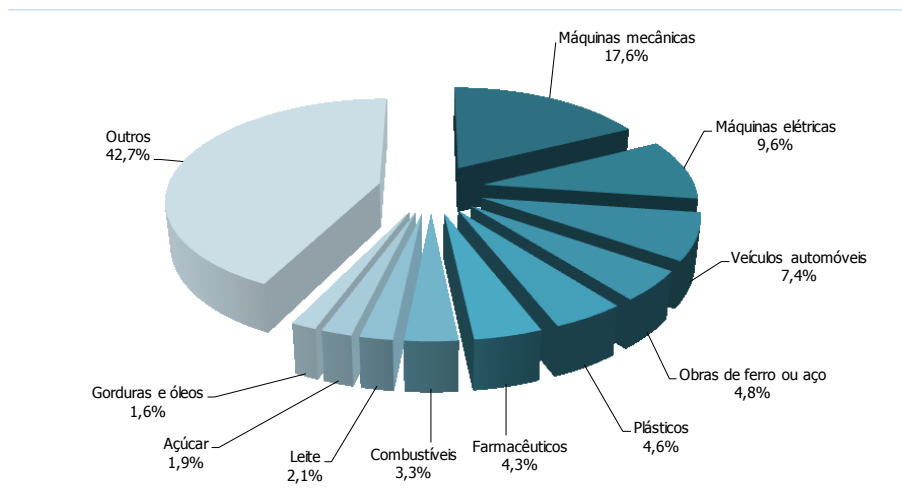


Composição das importações da Argélia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8,28	17,6%
Máquinas elétricas	4,54	9,6%
Veículos automóveis	3,49	7,4%
Obras de ferro ou aço	2,25	4,8%
Plásticos	2,18	4,6%
Farmacêuticos	2,02	4,3%
Combustíveis	1,56	3,3%
Leite	0,99	2,1%
Açúcar	0,91	1,9%
Gorduras e óleos	0,75	1,6%
Subtotal	26,96	57,3%
Outros	20,13	42,7%
Total	47,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Aviso nº 255 - C. Civil.

Em 29 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

EMBAIXADA DO BRASIL EM ARGEL**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR EDUARDO BOTELHO BARBOSA**

Transmito, a seguir, versão simplificada do relatório da minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Argel, de setembro de 2013, mês da minha chegada no posto, até abril de 2018. Antes de passar ao relato propriamente dito, permito-me fazer breves observações sobre desenvolvimentos internos e externos na Argélia que explicam, em certa medida, as condições em que a embaixada atuou nos últimos anos.

1 - CENÁRIOS INTERNO E INTERNACIONAL

2. Quando cheguei em Argel, a questão da reeleição do Presidente Abdelaziz Bouteflika já ocupava o centro do debate político nacional. Apesar de debilitado pelo AVC ocorrido um ano antes, que gerou dúvidas sobre sua capacidade de governar, Bouteflika, sem ter feito campanha, foi reconduzido no cargo por ampla margem dos votos, em abril de 2014, para cumprir um quarto mandato de cinco anos (04/2014-04/2019), ratificando sua liderança histórica e carismática. Contudo, apenas metade dos eleitores compareceram às urnas. A partir do segundo semestre de 2017, mais de um ano e meio antes do pleito de 04/2019, o debate sobre um novo mandato para Bouteflika voltou à baila, deixando patentes as dificuldades - ou resistências - na modernização e renovação do sistema prevaiente e dos quadros político-partidários, a despeito das promessas feitas nesse sentido após a "primavera árabe" argelina de 2011 e a revisão da Constituição em 2016. As duas mudanças na chefia do governo em 2017 - o primeiro-ministro é escolhido pelo presidente e aprovado pelo parlamento - estiveram mais relacionadas ao ritmo das reformas econômicas do que a mudanças de rumo na política. As eleições legislativas e locais realizadas em 2017 reforçaram a maioria absoluta e ascendência sobre a vida político-partidária do país dos dois partidos da base de governo, a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o Movimento Nacional Democrático (RND).

3. Em fevereiro de 2016, procedeu-se à revisão constitucional, ditada pela presidência e referendada pelo parlamento, cujo texto não introduziu mudanças

significativas no sistema político e na organização social da Argélia, para além da volta do limite de dois mandatos presidenciais e do reconhecimento do tamazight como idioma oficial. A limitação dos mandatos não se aplica a Bouteflika, pois não retroage. A preocupação dominante da liderança política é com a manutenção da estabilidade e a paz social, tão duramente alcançada após a "década negra" dos anos noventa. A Argélia defende a "função social do estado", valor compartilhado pela sociedade, que permitiu a este país atingir elevado índice de desenvolvimento humano.

4. No plano da balança comercial, a partir de 2014, a queda acentuada e prolongada nos preços internacionais dos hidrocarbonetos, dos quais a economia argelina é extremamentedependente, obrigou o governo a repensar a forma e a intensidade da intervenção estatal na economia e no provimento do bem-estar social, em um equilíbrio algo delicado entre os imperativos da modernização e diversificação econômica e da paz e estabilidade sociais. As reservas internacionais foram intensamente solicitadas, para cobrir os déficits internos e externos, e diminuíram sensivelmente. A redução nos investimentos públicos e nas importações afetou negativamente o comércio com o Brasil e demais parceiros argelinos. A crise econômica no Brasil e a diminuição das cotações dos principais produtos agrícolas exportados pelo nosso país para a Argélia também contribuíram para a redução na corrente bilateral de comércio. A partir do segundo semestre de 2017, contudo, graças à recuperação parcial das cotações internacionais dos hidrocarbonetos, as exportações argelinas melhoraram. As trocas com o Brasil apresentaram igualmente evolução positiva.

5. Quanto ao cenário externo, apesar de intensos esforços diplomáticos da comunidade internacional, alguns deles capitaneados pela Argélia, não se resolveram os conflitos no entorno argelino que representam ameaças claras para a segurança e a estabilidade deste país. Argel tornou-se, em anos recentes, parada obrigatória para os líderes, atores políticos e mediadores nas situações da Líbia e do Mali. Vários fenômenos - a presença de movimentos extremistas islamistas em países vizinhos, ora reforçados pela chegada decombatentes do Estado Islâmico em retirada dos conflitos na Síria e no Iraque; a intensificação dos fluxos de migração de africanos do Sahel para a Europa, passando pela Argélia, muitos dos quais aqui se instalando; o fortalecimento de

redes criminosas nas proximidades das fronteiras do país, atuando no tráfico de armas e de entorpecentes, no contrabando, em sequestros e outros delitos - fizeram da Argélia um país incontornável para a estabilidade no Norte da África, fato explorado pela diplomacia do país, que sempre recorda a bem-sucedida experiência de superação do conflito com os extremistas dos anos noventa, consolidada pelas políticas de reconciliação nacional e de desradicalização do discurso religioso. Diversas visitas de autoridades estrangeiras e funcionários internacionais a este país nos últimos anos, muitas das quais associadas a essa realidade, aumentaram a relevância deste posto como interlocutor interessado, estratégico e ativo nas dinâmicas relativas ao terrorismo, ao crime organizado e a migrações no Norte da África e na Bacia do Mediterrâneo.

6. Também no seio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, observou-se maior ativismo da diplomacia argelina, que foi bem-sucedida em costurar acordo entre os membros da organização, em setembro de 2016, para a redução da produção diária de petróleo, com vistas a uma recuperação dos preços do produto.

2 - AÇÕES REALIZADAS

2.1 - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

7. Dentre os aspectos mais relevantes para as relações políticas bilaterais, destaco a inauguração, em outubro de 2015, nesta capital, do Mecanismo de Diálogo Estratégico, no nível de Ministros das Relações Exteriores. A Argélia mantém tal mecanismo com poucos parceiros. Já a V Reunião da Comissão Mista, cuja organização caberia à parte argelina, não se realizou e seu agendamento foi prejudicado em mais de uma vez pela proximidade das eleições em um ou outro país, ou mesmo pela conjuntura política de cada um.

8. Quanto às visitas de altas autoridades, sobressaíram aquelas realizadas pela parte brasileira. Durante minha gestão, visitaram Argel: - o Sr. SGAO, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, acompanhado do Sr. D-DEAF, Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, para reunião de consultas políticas, em maio de 2017; - o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, em outubro de 2015, quando se realizou a I Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Argélia; - o Governador do Pará, em maio

de 2015; - o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, em abril de 2015; - o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), à frente de missão comercial, em dezembro de 2013.

9. A visita do ex-Ministro da Defesa, Raul Jungman a Argel, prevista para o mês de fevereiro de 2018, foi cancelada de última hora pela parte brasileira, por motivo de sua ida para o Ministério da Segurança Pública.

10. Visitas ao Brasil dos Ministros da Indústria e Minas, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca e da Solidariedade Nacional, Família e Condição da Mulher, solicitadas pelo lado argelino no final de 2016, acabaram não se realizando, por razões de agenda. Solicitação de visita do Chanceler Lamamra, no primeiro semestre de 2016, não pôde ser contemplada, em razão do momento político no Brasil.

11. Quanto aos acordos bilaterais negociados, destaco: - a conclusão das negociações e do texto do Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa, que aguarda assinatura; - a conclusão do Memorando de Entendimentos entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o Instituto Diplomático e das Relações Internacionais (IDRI), que aguarda ocasião oportuna para a assinatura; - a proposta, pelo Brasil, de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que segue sob o exame das autoridades argelinas.

12. Destaco, ainda, que efetuei diversas gestões em prol de candidaturas do Brasil ou de brasileiros a organizações internacionais, que, até onde se pôde apurar, sempre contaram com o apoio argelino. Ao que consta, há instrução na Chancelaria argelina de apoio automático a candidaturas brasileiras na ausência de outros compromissos que o impeçam.

13. Visitei com regularidade autoridades locais e representantes de agências internacionais, inclusive ministros de estado, para, conforme o caso, tratar da pauta bilateral e examinar possibilidades de intensificação do relacionamento entre os dois países, ou então, para trocar informações sobre a Argélia.

14. Junto com os demais embaixadores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Argel, participei, como palestrante do grupo, do primeiro seminário temático

organizado pela nova direção do Instituto Diplomático do Ministério dos Assuntos Estrangeiros (MAE), que foi dedicado ao exame daquela organização.

2.2 - PROMOÇÃO COMERCIAL

15. Em 2017, o Brasil manteve sua posição entre os dez maiores fornecedores argelinos. Nosso país aumentou sua importância como cliente da Argélia, passando da oitava posição em 2013 e 2014, para a quinta em 2016 e 2017. A pauta comercial é concentrada, com destaque para os derivados de hidrocarbonetos importados pelo Brasil e os agropecuários, principalmente açúcar, importados pela Argélia. Os fluxos são importantes, fazendo da Argélia o segundo parceiro comercial do Brasil no continente africano: em 2017, atingiram USD 3,5 bilhões, com um saldo tradicionalmente favorável à parte argelina. (O máximo foi atingido em 2011, quando totalizou USD 4,6 bilhões.)

16. Como parte do esforço de diversificar a pauta comercial e aumentar as vendas brasileiras, realizaram-se, durante minha gestão, as seguintes missões comerciais brasileiras a este país, com o apoio do Secom Argel: - Missão governamental e empresarial, chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC, e com a participação de funcionários da Apex e empresários brasileiros, em novembro-dezembro de 2013; - Missão da Apex Brasil, em abril de 2017, com funcionários daquela instituição e 18 empresários brasileiros.

17. O Secom Argel organizou a participação brasileira nas seguintes feiras e eventos comerciais: - 48ª Feira Internacional de Argel (maio-junho/2015); - 50ª Feira Internacional de Argel (maio/2017); - Salão de Pecuária e Equipamentos Agrícolas - SIMA-SIPSA (outubro/2017), em parceria com a Apex Brasil.

18. Tendo a Argélia sido incluída entre os países prioritários para as iniciativas da APEX, realizou-se missão preparatória daquela agência em Argel em janeiro de 2015. A missão comercial propriamente dita não veio a se realizar. Também foi cancelada missão cogitada para novembro de 2015.

19. Em 2017, o posto viu-se confrontado com as repercussões da operação "Carne Fraca", da Polícia Federal brasileira, que levou à suspensão temporária das importações de carne do Brasil pelas autoridades sanitárias argelinas. Tratei do assunto diretamente com o Secretário-Geral do Ministério da

Agricultura, do Desenvolvimento Rural e da Pesca, auxiliei na interlocução entre autoridades sanitárias argelinas e brasileiras e respondi a matérias equivocadas e tendenciosas da imprensa local, de forma a possibilitar a retomada das exportações brasileiras, presentemente normalizadas.

20. Durante minha gestão, dei todo o apoio cabível às empresas que prospectaram negócios neste país ou que aqui já se encontravam instaladas. Destaco a Andrade Gutierrez, que, após a conclusão das obras do viaduto "Salah Bey" de Constantine, iniciou negociação com o governo sobre adendo ao contrato com vistas à realização e pagamento de obras adicionais, não previstas inicialmente. Discordâncias entre as duas partes, por elas trazidas a meu conhecimento, foram transmitidas a essa SERE. Também na área de construção e engenharia civil, participei de algumas reuniões, em conjunto com a Embaixadora do Canadá nesta capital, com o Ministro dos Transportes e Obras Públicas e outras autoridades argelinas, em apoio ao projeto proposto pela empresa brasileira Queiroz Galvão, em parceria com a canadense Bombardier, para a construção de monotrilho em Argel. Auxiliei, ainda, no estabelecimento de contatos e realização de visitas, nesta capital, por executivos da empresa OAS.

21. Apoiei a exibição da aeronave KC-390, da Embraer, nesta capital, em 2017 e, em 2018, a visita de representantes da Embraer, que incluiu contatos com autoridades locais, entre elas do Ministério da Defesa Nacional, com dirigentes da Air Algérie e da Tassili Airways e com outras empresas. Em 2016, a Embaixada auxiliou a empresa WEG na organização da visita de seu presidente executivo a esta capital, promovendo contatos com altas autoridades do governo e com o primeiro escalão de empresas públicas, que resultaram na decisão da firma de se instalar neste país por meio de parceria envolvendo sócio privado e empresas públicas.

22. Apoiei, ainda, os esforços do Grupo Cevital, maior grupo privado argelino e maior importador de produtos brasileiros, de expandir seus negócios no Brasil, por meio de projetos que representavam, claramente, ganhos para as economias de ambos os países. Facilitei, assim, as visitas do presidente executivo do grupo, Issad Rebrab, a altas autoridades no Brasil, incluindo o Sr. Presidente da República, Michel Temer, e ministros de Estado.

2.3 - COOPERAÇÕES TÉCNICA E HUMANITÁRIA

23. Nos últimos anos, coincidindo com a minha missão, houve sérias limitações nas atividades da Agência Brasileira de Cooperação, que prejudicaram a execução de projetos de cooperação técnica bilaterais com este país. Busquei sensibilizar as partes envolvidas no projeto "Transferência de Conhecimentos para a Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral", de modo a garantir sua continuidade após a inauguração da escola-piloto de lapidação em Tamanrasset, em novembro de 2013. A revisão do projeto por meio da assinatura de adendo em fevereiro de 2015, que resolveu dificuldades relacionadas aos serviços de interpretação dos instrutores brasileiros, permitiu que evoluísse como previsto, com a realização de módulos relativos à atividade produtiva, ao desenho de joias e à organização de cooperativas, finalizados em 2017. O projeto incluiu visita dos alunos formados à cidade de Ouro Preto, no Brasil, e exposição de seus produtos em Argel, na residência oficial do Posto. O aporte de recursos consideráveis e o empenho das autoridades argelinas, inclusive de nível ministerial, na conclusão do projeto deixaram evidente sua importância para o governo deste país, por seu impacto na geração de empregos e renda em região deprimida do sul do país.

24. Ainda em novembro de 2013, veio a Argel missão cirúrgica prevista no projeto de cooperação "Capacitação Técnica em Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos Pediátricos". Realizaram cirurgias e participaram do II Simpósio Internacional Argélia-Brasil em Cirurgia Cardíaca. Não se executaram outras atividades desde então.

25. O governo tem avançado, ainda que lenta e cautelosamente, dada a extrema sensibilidade política do tema, em sua intenção de substituir ou complementar o sistema de subsídios universais a produtos de primeira necessidade com sistema de assistência às camadas mais carentes da população. O tema foi objeto de uma missão de técnicos ao Brasil, em evento organizado pelo Banco Mundial, e de técnicos brasileiros a esta capital em 2015. Tem sido igualmente discutido em reuniões que mantive com ministros relevantes para o tema, que levaram à realização, em abril de 2018, de uma videoconferência entre técnicos do Ministério da Solidariedade Nacional, da Família e da Condição da Mulher da Argélia e do nosso Ministério do Desenvolvimento Social,

com o apoio da ABC. A Embaixada começou também a explorar possibilidades de cooperação trilateral na área de formação profissional em conjunto com o Escritório da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial na Argélia.

26. Participei, pessoalmente ou representado por meus colaboradores diplomáticos, de quatro missões do corpo diplomático aos campos de refugiados saarauís de Tindouf, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018, organizadas pelas agências, fundos e programas das Nações Unidas atuantes naqueles campos, bem como de duas cerimônias, em Orã de recepção de víveres doados pelo Brasil e distribuídos pelo Programa Mundial de Alimentos. As 2.450 toneladas de arroz e 1.400 toneladas de feijão doadas pelo Brasil entre 2014 e 2016, em conjunto com a Espanha, que arcou com os custos do transporte até o Porto de Orã, situaram nosso país entre os dez maiores doadores para os saarauís naqueles anos.

2.4 - DIFUSÃO CULTURAL

27. Também a área cultural padecia das restrições orçamentárias enfrentadas por essa SERE e da falta de recursos humanos, principalmente no início de minha gestão. Em 2014, foi possível realizar, na residência, evento relativo à inauguração da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, com o apoio de firma brasileira. Dada a paixão do argelino pelo futebol, acentuada pela presença na Copa da seleção argelina, e a simpatia pela Brasil, procurei e fui convidado por diversos veículos da mídia local para falar do Brasil e do campeonato, o que permitiu ampla divulgação do evento e me beneficiou no início da minha gestão, em termos de visibilidade.

28. Aproveitei as celebrações do Sete de Setembro, realizadas também na residência, para expor algumas de nossas riquezas culturais, incluindo apresentação de capoeira por grupo local e exibição de vídeos musicais.

29. Em 2017, apoiei, juntamente com a DAV, a participação de filme brasileiro no Festival Internacional de Cinema de Argel. O filme "Era o Hotel Cambridge" recebeu menção especial do júri do festival.

2.5 - TEMAS CONSULARES

30. Em 2016, criou-se página da Embaixada no Facebook, ampliando, assim, os canais de interlocução do posto com a

pequena comunidade brasileira na Argélia e com o público em geral, divulgando ações de nossa diplomacia e outras informações de interesse geral.

31. Continuou o desafio de triagem dos pedidos de visto de turista por cidadãos argelinos que conheceram brasileiras por canais virtuais. Tais situações apresentam, em muitos casos, características de casamentos de conveniência e tentativa de imigração ilegal. Trata-se de fenômeno observado em outros países do Oriente Médio e Norte da África, que tem demandado atenção crescente do setor consular do posto.

2.6 - TEMAS ADMINISTRATIVOS

32. A Residência da Embaixada do Brasil em Argel, espaçosa e confortável, é uma imponente construção de estilo mourisca muito admirada pelos seus visitantes. Por ser antiga, exige cuidados constantes. Zelei pela manutenção e recuperação desse próprio nacional realizando, de maneira praticamente contínua durante toda minha missão no posto, reformas e reparos, de maior ou menor porte, com recursos da Secretaria de Estado ou das verbas da Embaixada. A piscina, contudo, devido ao excessivo desgaste dos mosaicos, encontra-se em estado irrecuperável.

3. - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES

33. As exigências de que todos os contatos com autoridades públicas da administração direta ou indireta sejam solicitadas por meio da Chancelaria dificultam e burocratizam a ação da Embaixada. As missões diplomáticas e representações de organismos internacionais em Argel se queixam rotineiramente dessa praxe, sem que haja possibilidade de contorná-la. A qualidade do relacionamento com a Chancelaria local é, portanto, determinante para a missão da Embaixada.

34. O Estado argelino, assistencialista e intervencionista, moldado pelas origens socialistas da Argélia independente, interfere frequentemente no setor empresarial, inclusive privado, e no importador. Há certa desconfiança em relação ao mundo exterior que é refletida na dificuldade para uma abertura verdadeira aos mercados internacionais e no controle minucioso do investimento estrangeiro. Essas

características requerem uma atuação ativa da Embaixada junto às autoridades nos temas econômico-comerciais.

35. Mesmo desfrutando de relações entre os dois governos consideradas excelentes, o dinamismo do relacionamento bilateral é, na Argélia, particularmente dependente dos contatos em alto nível, sejam eles visitas de autoridades, reuniões ou missões oficiais. Procurei, durante a minha gestão, mesmo ciente da difícil conjuntura interna brasileira, incentivar o maior número possível de visitas. Do mesmo modo, quando cabível, convidei a parte argelina a visitar o Brasil.

36. Dada a atitude reservada das autoridades argelinas, a troca de informações e opiniões pelo corpo diplomático aqui estabelecido é de especial utilidade no acompanhamento e na análise dos principais acontecimentos neste país. Por iniciativa minha, os embaixadores dos países dos BRICS começaram a reunir-se periodicamente. Incentivei, do mesmo modo, encontros regulares dos embaixadores da CPLP. Reativei o "Grupo de reflexão" composto, presentemente, além de mim, pelos embaixadores de México, Coreia do Sul, Índia, África do Sul, Quênia, Espanha e Suíça, que se encontra, normalmente, a cada mês, para analisar os temas da atualidade.

37. Nos últimos anos, as restrições no posto em seus recursos humanos e financeiros teve reflexo direto nas iniciativas de cooperação técnica bilateral e de promoção comercial e cultural.

Eduardo Botelho Barbosa, Embaixador

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 46, de 2018 (nº 295/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.*



RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega, tendo nascido em 28 de maio de 1960 em Paranavaí/PR.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica/SP em 1984, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1985 e foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático – CAD – em 1995. Em 2005 completou o Curso de Altos Estudos – CAE – do Instituto Rio Branco, tendo apresentado, com sucesso, a tese: “O Mecanismo Arbitral de Solução de Controvérsias Investidor-Estado nos Acordos Internacionais sobre Investimentos Estrangeiros: Implicações para o Brasil”.

Tornou-se Terceiro Secretário em 1986, ascendeu a Segundo Secretário em 1992 e a Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1999. Foi promovido a Conselheiro, em 2004, a Ministro de Segunda Classe, em 2007 e a Ministro de Primeira Classe, em 2017, todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de subchefe da Divisão do Mercado Comum (1999); chefe do Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do Mercosul (2000); subchefe da Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros (2001), Coordenador-Geral na Coordenação-Geral de Contenciosos (2006).

Em missões no Exterior, serviu, entre outras, na Embaixada do Brasil em Riade (1990), na Delegação Permanente em Genebra (1992); Delegação Permanente junto à Aladi, Montevideu (1996); Embaixada em Washington (2002); Embaixada em Londres (2008) e na Embaixada no Reino da Arábia Saudita e na República do Iêmen (2015). Chefiou a delegação do Brasil a várias reuniões internacionais como as do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-União Europeia (2001); do Grupo de Serviços e do Grupo Ad-Hoc de Compras Governamentais do Mercosul (2001 e 2002); Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (2006 e 2007); Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (2007); várias sessões dos Conselhos das Organizações Internacionais do Café e do Cacau, 34ª Reunião do Conselho Internacional do Açúcar (em 2008 e 2009) e Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE (em 2012 e 2014).



SF/18604.97112-48

Foi agraciado com diversas condecorações como a Ordem de Rio Branco (Comendador, 2007); Medalha Mérito Tamandaré (2009); Ordem do Mérito Naval (Comendador, 2010); Ordem do Mérito Aeronáutico (Comendador, 2012) e Ordem de Rio Branco (Grã-Cruz, 2015).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Argélia.

Segundo o documento, a Argélia conta com população de 41,3 milhões de pessoas e os idiomas lá falados são o árabe e o tamazight (oficiais), e o francês. Os dados econômicos apresentados, de 2015, revelam um Produto Interno Bruto – PIB – de cerca de US\$ 159,1 bilhões e PIB *per capita* de US\$ 3.852. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – está em 0,745, conferindo-lhe a 83ª posição entre 188 países. A expectativa de vida na Argélia é de 75 anos e os índices de desemprego e de alfabetização estão em cerca de 11,7% (em dados de 2017) e 80,2% (2014), respectivamente.

Após o conflito civil da década de 90, foi promovido processo de reconciliação nacional que logrou reintegrar setores islamistas moderados à vida política do país, tendo sido consolidada a normalidade institucional na Argélia. A economia argelina caracteriza-se por forte dependência do setor de hidrocarbonetos, pelo papel primordial do estado na atividade produtiva, e por elevados gastos públicos com subsídios em geral. O governo argelino defende a “função social do estado”, o que contribui para que a Argélia esteja em 83º lugar em desenvolvimento humano entre 188 países, e em terceiro lugar na África, apenas atrás de Seicheles e das Ilhas Maurício. No plano externo, a Argélia apresenta-se como país não-alinhado, com histórico de atuação diplomática independente. A degradação da situação da segurança no entorno regional levou Argel, recentemente, a conceder prioridade à promoção da paz e da segurança nos países vizinhos, em particular na Líbia e no Mali.

As relações Brasil-Argélia destacam-se não apenas pela ênfase que os dois países têm atribuído ao relacionamento político bilateral e pela sintonia que mantêm no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, mas também pelo significativo intercâmbio comercial, já que a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano e no mundo árabe.



SF/18604.97112-48

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Argélia em 1962, e naquele mesmo ano, foi aberta a Embaixada brasileira em Argel. Os dois países compartilham posições e interesses em questões internacionais de importância, como o fortalecimento do multilateralismo, a priorização do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais. Há complementaridades entre as duas economias, sendo a Argélia importante fornecedora de hidrocarbonetos ao Brasil, que, por sua vez, exporta para o mercado argelino majoritariamente produtos semimanufaturados, em especial açúcar. Devido ao superávit estrutural em favor da Argélia no comércio com o Brasil, avalia-se haver espaço para ampliação da exportação de produtos brasileiros para o país em prol do maior equilíbrio do comércio bilateral. É interesse de ambos aprofundar, de forma crescente, um modelo de cooperação sul-sul equilibrado, que traga vantagens para ambas as partes, sem as assimetrias que costumam caracterizar o relacionamento dos países do sul com países desenvolvidos. Quanto à posição argelina no tocante aos conflitos regionais, a Argélia tem atuado no sentido de facilitar a obtenção de solução política para tais conflitos. Assim como o Brasil, ela identifica como principal origem da volatilidade regional a intervenção externa realizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN na Líbia, em 2011, sem um acompanhamento bem planejado para o período pós-conflito.

Mais de 90% das exportações brasileiras à Argélia consistem de açúcar, óleo de soja, milho e carne. O Brasil importa daquele país nafta e óleo bruto de petróleo. Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18604.97112-48

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 49, DE 2018

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 307

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Os méritos do Senhor Haroldo de Macedo Ribeiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de junho de 2018.

EM nº 00106/2018 MRE

Brasília, 28 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

Aviso nº 269 - C. Civil.

Em 4 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO

CPF.: 042.174.701-34

ID.: 5580 MRE

1962 Filho de Afonso de Araújo Ribeiro e Maria José de Macedo Ribeiro, nasce em Belo Horizonte/MG.

Dados Acadêmicos:

1985	Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
1990	Curso de Mestrado em Direito Constitucional/UFG
1991	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata/IRBr.
1992	Embaixada em Quito, estágio profissionalizante.
1994	Embaixada em Paris, viagem-prêmio do CPCD (Université Paris II - Panthéon-Assas).
1997	Especialização em Integração Europeia, Collège d'Europe, Bruges/Bélgica.
2000	Curso da OMC de Política Comercial para Países Membros da ALADI, Montevidéu/Uruguai.
2000	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas/IRBr, aprovado em 1º lugar.
2008	Curso de Altos Estudos/IRBr - "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros", menção "Com louvor".

Cargos:

1992	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2003	Primeiro-secretário
2007	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe
2017	Ministro de primeira classe

Funções:

1992-95	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-97	Departamento de Integração Latino-Americana, assessor.
1997-2000	Missão junto à Comunidade Europeia, Segundo-secretário.
2000-04	Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul, Segundo e Primeiro-secretário.
2004-06	Coordenação-Geral de Contenciosos, subchefe.
2006-07	Departamento Econômico, coordenador.
2007-08	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, assessor.
2008-11	Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, Conselheiro e Ministro de segunda classe.
2011-13	Gabinete do Ministro de Estado, assessor.
2013-17	Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, assessor.
2017	Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete.

Publicações:

1993	"O Mercosul Social", in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial, março de 1993, Brasília/DF.
------	--

- 1993 "I Programmi di Sviluppo Nell'Ambito del Mercosud", in Quaderni IILA, Serie Economia, nº 12, Milão/Itália.
- 1994 "Mercosur and the Environment", in Agenda 21 and Latin America: the Challenge of Implementing Environmental Law and Policy, E-IDB Publications, Santiago/Chile.
- 1995 "Os Limites do Executivo", in Relatório Final do Seminário Mercosul: Desafios da Conjuntura e a Participação da Sociedade na Integração, Florianópolis/SC.
- 2005 "Solução de Controvérsias Comerciais Internacionais", in Desafios do Direito Internacional Contemporâneo, FUNAG, Brasília/DF.
- 2007 L'Avenir Selon Georges Bernanos", com Roberto Carvalho de Azevêdo, in L'Economie Politique nº 35, Paris/França.
- 2009 "O Brasil e o Contencioso na OMC", com Roberto Carvalho de Azevêdo, Tomo I, Série GVLaw, São Paulo/SP.
- 2013 "O Contencioso dos Pneus Reformados: Articulação Interinstitucional e Diplomacia Interna", com Bruno Guerra Carneiro Leão, in O Sistema de Solução de Controvérsias na OMC: uma Perspectiva Brasileira, FUNAG, Brasília/DF.

Publicações:

- 2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
- 2013 Ordem da Inconfidência, Minas Gerais, Medalha de Honra.
- 2013 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial.
- 2013 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador.
- 2016 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha.
- 2017 Medalha Mérito Santos-Dumont, Aeronáutica
- 2017 Medalha do Pacificador, Exército
- 2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Setentrional

BÉLGICA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A BÉLGICA	
NOME OFICIAL:	Reino da Bélgica
GENTÍLICO:	belga
CAPITAL:	Bruxelas
ÁREA:	30.528 km²
POPULAÇÃO:	11,338 milhões de habitantes (2016)
IDIOMA OFICIAL:	holandês, francês, alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano: 58% (religião da Família Real); agnósticos: 20%; outras cristãs: 7%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional federal
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral
CHEFE DE ESTADO:	Philippe da Bélgica (desde julho de 2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Charles Michel (desde outubro de 2014)
CHANCELER:	Didier Reynders (desde dezembro de 2011)
PIB NOMINAL:	US\$ 467,955 bilhões (2016)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 526,430 bilhões (2016)
PIB PER CAPITA:	US\$ 41,271 mil (2016)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 46, 428 mil (2016)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	1,5% (2016); 1,4% (2015); 1,4% (2014); 0,2% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,89 – 21º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	81,1 anos
ALFABETIZAÇÃO:	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	7,3%
UNIDADE MONETÁRIA:	euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Dirk Loncke (desde 23/08/16)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	48.000

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MDIC

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BÉLGICA (US\$ mil) (MDIC)									
Brasil → Bélgica	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	2.299	2.295	2.862	5.028	4.291	5.811	5.603	4.612	4.886
Exportações	1.746	1.791	2.144	3.886	3.137	3.959	3.593	2.989	3.175
Importações	553	504	718	1.147	1.154	1.851	2.010	1.622	1.692
Saldo	1.193	1.287	1.426	2.744	1.983	2.108	1.583	1.356	1.483

Informação elaborada em 07 de maio de 2018, pelo Secretário Danilo Zimbres. Revisada pelo Conselheiro Leandro Estevão em 22/05/2018

APRESENTAÇÃO

O Reino da Bélgica é Estado federado, localizado na Europa ocidental. O país situa-se ao norte da Europa, às margens do Mar do Norte, e faz fronteira com os Países Baixos, a Alemanha, a França e Luxemburgo. País altamente urbanizado, sua capital é a cidade de Bruxelas. Atualmente, a população da Bélgica é de cerca de 11,34 milhões de habitantes, distribuídos em território de 30.528 km².

Chamada Bélgica em função da província romana da *Gallia Belgica*, a região tornou-se, a partir da Idade Média, importante centro comercial e cosmopolita da Europa. Em 1830, ocorreu a secessão dos Países Baixos, durante a Revolução Belga.

A Bélgica é monarquia constitucional, com sistema parlamentar de governo, divida em três regiões altamente autônomas: o Flandres, a Valônia e a região de Bruxelas. Além das três regiões, três comunidades (a Comunidade flamenga, a Comunidade francófona e a Comunidade germanófona) compõem o Estado Federal Belga, em modelo que incorpora regiões geográficas e comunidades linguísticas no sistema federativo.

Tendo sido um dos seis países fundadores da União Europeia (UE), a Bélgica sedia a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. A Bélgica é, ainda, país fundador da Zona do Euro; da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Reino da Bélgica é membro do Benelux, conjuntamente com os Países Baixos e Luxemburgo, e parte integrante do espaço Schengen europeu. A cidade de Bruxelas, além de sediar diversos órgãos da União Europeia, é sede da OTAN.

PERFIS BIOGRÁFICOS



**Philippe
Rei dos Belgas**

O Rei Philippe nasceu em Bruxelas, em 15 de abril de 1960, filho do Rei Alberto II e da Rainha Paola. Em 1978, ingressou na Escola Real Militar, onde se formou piloto de caça e obteve o título de segundo-tenente. Em 1983, fez estágio no Trinity College, na Universidade de Oxford, antes de seguir para Stanford, onde obteve o título de mestre em ciência política. Em 1989, foi promovido a coronel e, em 1990, nomeado "Grand Cordon" da Ordem de Leopoldo. Em 1993, foi nomeado presidente de honra do "Office Belge du Commerce Extérieur," predecessor da "Agence pour le Commerce Extérieur". Entre 1993 e 1997, exerceu o cargo de presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável, órgão criado após a Conferência Rio-92. Em 1994, prestou juramento de posse como senador "de direito" – por ser filho do rei, sem direito a voto. Em 1998, criou o Fundo Príncipe Philippe, com o objetivo de facilitar o diálogo entre as três comunidades belgas. Em 2003, tornou-se presidente de honra da BIO - "Société belge d'Investissement pour les pays en développement". Em 2010, foi promovido a "Lieutenant général" e "Vice-amiral". Entre 2000 e 2013, realizou diversas missões comerciais ao exterior. Com a abdicação do rei Alberto II, no dia 21 de julho de 2013, acedeu ao trono, sob o título Sua Majestade o Rei dos Belgas. Casado desde 1999 com a princesa Mathilde, tem 4 filhos.



Charles Michel
Primeiro-ministro

Nasceu em 21 de dezembro de 1975, em Namur (Valônia), filho de Martine e Louis Michel. Em 1998, aos 23 anos, graduou-se em Direito pela Universidade Livre de Bruxelas (ULB), com posterior especialização na Universidade de Amsterdam. Aos 18 anos, elegeu-se Conselheiro na Província do Brabant valão. Em 1999 foi eleito para a Câmara de Representantes (equivalente à Câmara Federal), pelo partido Movimento Reformador (MR). Em 2000 foi nomeado ministro dos Assuntos Interiores e da Função Pública da Valônia. Aos 25 anos, foi o mais jovem ministro da história do país. No mesmo ano, elegeu-se conselheiro comunal de Wavre (Valônia) e, dois anos depois, em 2004, foi designado secretário de Urbanismo e Normas. No mesmo ano, foi nomeado porta-voz do MR. Em 2006, foi eleito prefeito de Wavre e reeleito deputado federal pela Província do Brabant valão. Entre dezembro de 2007 e novembro de 2011, ocupou o Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento (durante os gabinetes de Guy Verhofstadt, Yves Leterme, Herman Van Rompuy). Em janeiro de 2011, elegeu-se presidente do Movimento Reformador, sucedendo ao seu rival Didier Reynders, após crise desencadeada no partido pelo mau desempenho nas eleições de 2010. Em 27 de junho de 2014, foi designado pelo rei "coformador" do governo, juntamente com o presidente de Flandres, Kris Peeters. Em 11 de outubro de 2014, aos 38 anos, após o acordo partidário que permitiu a formação de bloco majoritário no Parlamento, Charles Michel assumiu o cargo de primeiro-ministro, tornando-se o mais novo chefe de governo da Bélgica desde 1840.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, quase simultânea, dos dois países. O Rei Alberto I visitou o Brasil em 1920 e, desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira – sobretudo no ramo siderúrgico, que teve na Companhia Belgo-Mineira um de seus empreendimentos pioneiros no País.

A diplomacia belga busca diversificar suas opções externas, para além dos eixos tradicionais de sua atuação, ao aproximar-se das nações emergentes. O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ser ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão da localização central e da estrutura de distribuição e de transportes belga.

As relações entre Brasil e Bélgica encontram-se, ademais, ancoradas em valores convergentes sobre a configuração da ordem internacional (multilateralismo, democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, entre outros) e em tradicionais fluxos de comércio e investimentos bilaterais.

O último encontro presidencial bilateral ocorreu em 2015, em Bruxelas, à margem da Cúpula CELAC-UE. Desde 2017, mantiveram reuniões bilaterais com seus homólogos belgas em Bruxelas os ministros da Agricultura, Blairo Maggi, da Fazenda, Henrique Meirelles, e dos Transportes, Maurício Quintella. O chanceler belga Didier Reynders visitou o Brasil em 2013.

As relações comerciais entre ambos os países têm dimensão quantitativa e alto grau de complementaridade. Apesar da pequena dimensão relativa, a Bélgica foi o 12º maior destino das exportações brasileiras em 2017.

Em 2017, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 4,9 bilhões, com queda de 1,8% com relação ao ano de 2016. As exportações brasileiras para a Bélgica foram de US\$ 3,175 bilhões, e as importações desde a Bélgica, de US\$ 1,692 bilhões. O saldo comercial bilateral manteve-se favorável ao Brasil, alcançando US\$ 1,483 bilhões, que constituiu o 14º principal superávit brasileiro com parceiros mundiais e o 2º maior entre os parceiros comerciais da União Europeia.

A pauta comercial entre Brasil e Bélgica é caracterizada pela exportação de produtos básicos e *commodities* e pela importação de produtos de maior valor agregado. A pauta de exportações belgas para o mercado brasileiro concentra-se em setores como vacinas, inseticidas, sulfato de amônio, gás natural e automóveis. Já a pauta de exportações brasileiras para o mercado belga concentra-se em produtos como fumo, suco de laranja, café, minérios de ferro e pasta de celulose.

A posição estratégica da Bélgica e de seus portos (como Antuérpia, Gand e Liège) oferece condições competitivas de acesso ao mercado da UE. Grandes empresas brasileiras fazem uso da rede intermodal de transportes que parte da Bélgica para distribuir seus produtos no mercado europeu. Muitas delas instalaram grandes centros de distribuição em torno dos portos belgas.

Conforme o Relatório de Investimento Direto no País, de 2018, do Banco Central brasileiro, a Bélgica realizou US\$ 103 milhões em investimentos diretos no Brasil no quinquênio 2013-2017, tendo aportado US\$ 241 milhões no quinquênio anterior (2008-2012).

Não obstante a tradicional postura de favorecer a abertura ao comércio internacional, a Bélgica acompanha com atenção às negociações agrícolas entre o Mercosul e a União Europeia.

Há produtivo diálogo entre Brasil e Bélgica sobre questões da agenda política multilateral. No ano corrente, o Brasil está apoiando a candidatura da Bélgica a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o biênio 2019-2020. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro não permanente do Conselho de Segurança no mandato 2022-2023. Ademais, o país apoiou os candidatos brasileiros a juiz da Corte Internacional de Justiça, mandato 2018-2027, e ao Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ/ONU), mandato 2018-2020. A Bélgica tem indicado ser favorável, em princípio, à candidatura brasileira para acesso à OCDE.

Assuntos consulares

Estima-se haver, residindo na Bélgica, cerca de 48 mil brasileiros, que são atendidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas. Não há Consulados Honorários no país. As cidades que reúnem o maior número de brasileiros, turistas ou residentes, são Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Ghent. Ressalta-se, nesse quadro, a existência do Conselho de Cidadania da Bélgica e do Luxemburgo (CCBL), que é órgão que representa os interesses e as necessidades dos brasileiros naqueles países, servindo como canal entre os nacionais e as autoridades brasileiras em ambos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Bélgica.

POLÍTICA INTERNA

A estrutura política da Bélgica caracteriza-se por modelo que busca assegurar a coesão da sociedade belga e administrar as idiossincrasias linguístico-culturais do país. A partir da reforma constitucional de 1963, o país foi dividido em três regiões (francesa, flamenga e Bruxelas-Capital), com elevado grau de autonomia relativa ao governo federal. Essa premissa explica o intrincado panorama da administração pública, no qual se confundem as competências dos âmbitos federal, regional e comunitário, com a atuação dos partidos políticos, divididos em opções ideológicas, e, no seio destas, em facções linguístico-culturais.

Ao longo de sua história, o Estado belga tem passado por reformas constitucionais que o transformou de organização institucional unitária clássica para uma federação descentralizada *sui generis*. A partir da reforma de 1970, que aprofundou a federalização, a Constituição nacional determinou que a Bélgica passaria a compreender três comunidades: a francesa, a flamenga e a germânica. Também dispôs que o país seria dividido em três regiões: Valônia, Flandres e Bruxelas. As principais instituições federais são o Governo Federal e o Parlamento Federal. As comunidades e as regiões dispõem dos seus próprios poderes Legislativo e Executivo.

As três comunidades belgas mantêm competências sobre os seguintes temas: ensino, cultura, apoio à juventude e determinados aspectos da política de saúde. As três

regiões são igualmente competentes em domínios relacionados a obras públicas, agricultura, emprego, ordenamento do território e meio ambiente.

Cada comunidade e região é dotada de assembleia parlamentar, eleita diretamente a cada cinco anos, e de um governo, responsável perante essa assembleia. Atualmente, a Bélgica, além do Parlamento Federal, conta com cinco assembleias legislativas:

a) Conselho da Região Bruxelas-Capital, ou Parlamento Bruxelense, com 89 membros eleitos diretamente pela população em listas unilinguísticas, que se repartem, no seio da assembleia, em dois grupos linguísticos;

b) Conselho Regional Valão, ou Parlamento Valão, com 75 membros eleitos diretamente nas províncias da Valônia;

c) Conselho Flamengo, ou Parlamento Flamengo, representando simultaneamente a Comunidade e a Região Flamengo, com 124 membros, dos quais 118 são eleitos diretamente pela população das províncias flamengas e 6, pelo grupo flamengo do Conselho da Região de Bruxelas-Capital. Quando o Conselho Flamengo atua no âmbito das atribuições regionais, os 6 deputados oriundos de Bruxelas não possuem direito a voto;

d) Conselho da Comunidade Francesa, ou Parlamento da Comunidade Francesa, que se compõe de 94 conselheiros, dos quais 75 são eleitos pelo Conselho regional valão e 19, eleitos pelo grupo linguístico francês do Conselho da Região de Bruxelas-Capital;

e) Conselho da Comunidade Germânica, com 25 membros eleitos diretamente pela população dos cantões do leste.

Aos cinco Conselhos correspondem, portanto, cinco governos locais, eleitos pelas assembleias e responsáveis perante elas. Os membros dos governos, no entanto, não necessariamente devem ser membros das assembleias legislativas. Cada governo deve, em seu seio, eleger um presidente, que é a autoridade executiva máxima regional ou comunitária. Esse presidente deve prestar juramento ao rei, que ratifica a escolha.

O Parlamento Federal tem estrutura bicameral. Até 1993, a Câmara dos Deputados e o Senado detinham as mesmas competências e os projetos de lei deviam ser votados e adotados pelas duas assembleias. A revisão constitucional de 1993, porém, introduziu mudanças nesse quadro. O Senado passou a exercer competências em igualdade com a Câmara em quatro grandes áreas: institucional, internacional, financeiro

e jurisdicional. Nesses casos, há bicameralismo pleno. Nas demais áreas, o Senado pode discutir projetos de leis e propor emendas, mas é a Câmara de Deputados que tem a autoridade última. Nessas circunstâncias, o Parlamento funciona em regime de bicameralismo atenuado, nos termos do artigo 78 da Constituição belga. Há, ainda, matérias para as quais a Câmara de Deputados tem competência exclusiva, entre as quais as leis de orçamento e execução orçamentária.

O atual governo foi formado após as eleições de 2014, na qual os nacionalistas flamengos do partido NV-A lograram a maioria dos votos (20,26%), seguidos pelo Partido Socialista francófono (11,67%). Após as eleições, para impedir um impasse semelhante ao ocorrido em 2010 – quando, à luz das divergências entre os dois partidos, o país permaneceu 541 dias sem governo oficial –, os partidos de centro-direita NV- A, CD&V, Open Vld e MR formaram um governo de coalizão.

Tratou-se da primeira vez em 26 anos em que os socialistas foram excluídos do governo federal. Dada a preponderância de partidos flamengos (NV-A, CD&V e Open Vld) na composição da coalizão, a chefia de governo coube a Charles Michel, líder do partido liberal MR, único partido francófono a integrar a coalizão.

Em 2018, serão realizadas eleições regionais e, em 2019, eleições federais e para o Parlamento Europeu. Um dos principais temas de campanha poderá ser a questão identitária, assim como a questão migratória. Segundo dados do governo belga, 9% da população (ou seja, 1,057 milhão de pessoas) é estrangeira.

POLÍTICA EXTERNA

A Bélgica tem buscado maior projeção internacional ao engajar-se na promoção dos grandes temas globais, como a prevenção de conflitos, o combate ao terrorismo, a proteção dos direitos humanos e o fortalecimento da governança global. Insere-se nesse quadro o empenho belga em lograr, em junho próximo, a eleição dos próximos membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Apesar da troca de governo em 2014, Didier Reynders, do MR, permaneceu como vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, posição que ocupava na gestão de Elio Di Rupo. Reynders comanda uma diplomacia com ênfase econômico-

comercial, dedicada, também, a promover os valores liberais e os direitos humanos. São organizadas, com frequência, missões comerciais lideradas pelo chanceler, por ministros da área econômica ou por membros da família real. Desde o início do atual governo, há registro de visitas aos seguintes países: Canadá, China, Catar, Cingapura, Colômbia, Emirados Árabes, Irã, Malásia, Peru e Polônia. Não obstante a orientação econômica, em alguns casos as visitas adquiriram maior significado político, em razão da presença do casal real ou devido à sensibilidade da região visitada e dos temas tratados, como foi o caso da missão político-empresarial liderada por Reynders ao Irã, no final de 2015.

Durante encontro com embaixadores acreditados junto ao Reino da Bélgica, no ano passado, o chanceler ressaltou as prioridades de seu Ministério para os próximos anos. No campo político, deu ênfase às relações com a União Europeia e às ações de segurança coletiva no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ressaltou, ainda, a importância das relações com os Estados Unidos e com as ex-colônias belgas na África. Os países da África central são o principal destino das políticas de cooperação e desenvolvimento da diplomacia belga.

Com relação à crise de segurança e à ameaça terrorista, a Bélgica defendeu reforçar a abordagem comunitária, baseada na colaboração entre forças de segurança e na troca de informações entre os diferentes serviços de inteligência da Europa e demais partes do mundo.

União Europeia

Desde a eleição do presidente francês Emmanuel Macron, o governo belga tem buscado maior aproximação com as posições favoráveis a um aprofundamento da integração europeia. O primeiro-ministro Charles Michel tem defendido a necessidade de “Europa a duas velocidades”, na qual haveria integração mais acelerada entre as economias que integram a zona do euro. A seu ver, os temas estratégicos para o continente, com impacto direto na vida de seus cidadãos, seriam a consolidação do mercado único, o setor energético, a harmonização fiscal e a ênfase no comércio internacional.

Na vertente política, o primeiro-ministro belga tem sustentado que a UE deveria criar um mecanismo de revisão por pares (“peer review”) do Estado de Direito, que permitiria ao bloco desenvolver boas práticas e corrigir deficiências de maneira

colegiada. A Bélgica também é favorável ao desenvolvimento pela Europa de “uma capacidade de defesa crível”, capaz de “reduzir ameaças e lutar contra o terrorismo”.

Rússia

O governo belga iniciou 2018 buscando reaproximação cautelosa com Moscou, após três anos de vigência das sanções europeias contra a Rússia. O primeiro-ministro ressaltou que as sanções europeias não estariam surtindo efeito e que a Rússia permanecia sendo uma potência dinâmica e influente, com a qual se faz necessário reconstruir o relacionamento. Na avaliação do primeiro-ministro, as sanções apenas estariam facilitando a aproximação do país com potências regionais, em detrimento da Europa.

Após as alegações de uso de agente nervoso em Salisbury no Reino Unido, o governo belga somou-se aos países que expulsaram diplomatas russos de suas capitais. O primeiro-ministro Charles Michel classificou o episódio de inaceitável e pediu respeito à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e outros instrumentos jurídicos internacionais.

Síria

A Bélgica integrou a coalizão militar liderada pelos EUA contra o Estado Islâmico no Iraque e na Síria. Além dos esforços militares na Síria, o país também tem apoiado os esforços de reconstrução e ajuda humanitária no país. Desde 2017, a Bélgica comprometeu-se a doar 143 milhões de euros em assistência humanitária para a Síria e os países vizinhos que abrigam refugiados sírios.

Após as ações militares dos governos dos EUA, da França e do Reino Unido contra instalações de armas químicas na Síria, em abril de 2018, o governo belga condenou o uso de armas químicas, classificando-o como violação do direito internacional.

Irã

A Bélgica tem favorecido a manutenção do acordo nuclear com o Irã, o que não afastaria exame crítico de outras questões, tais como o programa de mísseis balísticos e as supostas ações do Irã no Oriente Médio.

Sahel

O governo belga intensificou a política externa para o Sahel e a África ocidental. Após o anúncio da abertura de quatro novas embaixadas na África ocidental no início do ano, o primeiro-ministro participou, em fevereiro do corrente ano, da Conferência de Alto Nível sobre o Sahel, da qual participam chefes de estado e de governo da União Europeia e do G-5 Sahel (Mali, Burkina Fasso, Mauritânia e Níger) e as Nações Unidas. Na ocasião, as autoridades belgas assinalaram que a segurança da região é prioridade para a Bélgica, na medida em que a região na fronteira com a Líbia constitui área relevante para o futuro da situação europeia no tocante à crise migratória.

Balcãs ocidentais

A Bélgica tem desempenhado papel ativo nos debates europeus sobre os Balcãs Ocidentais. O primeiro-ministro Charles Michel realizou visitas oficiais à Sérvia e à Albânia em 2018. A Bélgica considera que qualquer nova rodada de admissão de novos membros na UE deva ser precedida de nova rodada de aprofundamento da integração entre aqueles membros. Durante visita à Sérvia em 2018, o primeiro-ministro belga sustentou que o país está diante de escolha estratégica ao buscar aproximar-se da UE.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Apesar da dimensão da população e do território, a Bélgica registra elevada renda per capita. O país conta com setores de indústria e serviços de grande diversificação e eficiência, que lhe permitem notável inserção relativa na economia mundial. A presença de grandes portos (Antuérpia e Ghent estão entre os maiores do continente) e a localização geográfica central em relação à Europa e às principais rotas de comércio internacional permitiram ao país transformar-se em líder dos setores de logística e distribuição.

A Bélgica beneficia-se, também, de ambiente de negócios relativamente livre e confiável, em que se destacam os baixos custos de empreendedorismo e a presença de força de trabalho qualificada, multilíngue e adaptada às exigências do mercado global. A Bélgica promoveu, no início do século XIX, excelente rede de portos, canais, ferrovias e estradas para interligar suas indústrias com mercados consumidores nos vizinhos europeus.

As principais regiões industriais concentram-se, atualmente, na região de Flandres, no entorno da capital Bruxelas e nas duas maiores cidades da Valônia - Liège e Charleroi. À exceção do carvão, a Bélgica possui poucos recursos naturais. Os mais tradicionais setores da indústria estão presentes na economia belga, com destaque para aço, têxteis, refino, processamento de alimentos, fármaco-químicos, automóveis, eletrônicos e fabricação de máquinas. A indústria representa somente 22% do PIB belga. A maior parte da economia baseia-se no setor de serviços, responsável por 77% da riqueza produzida atualmente no país. A agricultura representa apenas 1% do PIB. A capital, Bruxelas, sede de instituições europeias e internacionais de relevo, além de elevado número de representações diplomáticas e de empresas multinacionais, tem praticamente toda a sua economia fundamentada no setor de serviços.

Segundo autoridades belgas, em 2017, o PIB da Bélgica cresceu 1,7%, o melhor desempenho dos últimos seis anos. O crescimento da economia em 2017 teria sido em grande medida sustentado pelo aumento do consumo privado. As boas perspectivas de crescimento da zona do euro levaram as autoridades a projetar crescimento em 2018 em 1,8%. As estimativas apontam para a redução da carga tributária e para o aumento do poder de compra, do ritmo de geração de empregos e da média dos salários.

Em 2017, a inflação elevou-se de 1,8% para 2,2%, acima da média dos países da zona do euro. A inflação foi determinada, sobretudo, pelo preço do petróleo, em particular do aumento do custo do óleo para aquecimento domiciliar. Os alimentos também pressionaram o índice inflacionário. Para 2018, as autoridades belgas preveem o recuo da inflação para patamar em torno de 1,7%, em razão da valorização do euro e da redução do custo da energia.

A taxa de desemprego atingiu 7,3% em 2017. A economia criou 69,4 mil empregos no período, em parte estimulada pela redução da carga tributária na folha salarial. Em 2018, a Bélgica deve registrar aumento de 1,2% da oferta de postos de trabalho, equivalente a cerca de 57 mil vagas, sobretudo no setor de serviços. O governo estima que a taxa de desemprego deva cair para 6,9% em 2018.

O déficit público em 2017 sofreu redução, de 2,9%, em 2016, para 1,2% do PIB em 2017. Trata-se do menor déficit registrado em nove anos. A redução do déficit decorreu do aumento dos pagamentos de impostos corporativos antecipados, da queda da contribuição belga ao orçamento da UE e da redução do desemprego. Na avaliação do Banco Nacional da Bélgica, o déficit em 2018 deverá atingir 1,3%.

Em termos de formação bruta de capital fixo, cerca de um quarto das empresas belgas indicam que o aumento dos investimentos é prioridade nos próximos três anos, sendo que 40% avaliam que suas máquinas e seus equipamentos incorporam tecnologia de ponta em seus respectivos setores. No entanto, o setor público belga registra redução na capacidade de investimentos, o que estaria relacionado ao esforço de ajuste orçamentário.

O ambiente econômico favorável poderá oferecer oportunidade para que a Bélgica persista em medidas de austeridade, incluindo reformas do setor público e do mercado laboral. Apesar da redução na relação dívida/PIB, que alcançou 102,8% em 2017, a redução da relação dívida/PIB para 60% está projetada para 2032, caso a Bélgica mantenha o esforço de ajuste orçamentário.

O comércio internacional, sobretudo intra-europeu, mantém-se no cerne da economia belga. Em 2017, a Bélgica exportou cerca de US\$ 450 bilhões, dos quais 77,3% foram destinados à União Europeia, 10% à Ásia e 7,4% às Américas. O principal setor exportador é o químico-farmacêutico, seguido pelo de equipamentos de transportes e maquinário. No mesmo ano, importou cerca de US\$ 428 bilhões, dos quais 71% são

originários da UE, 15% da Ásia e 11% das Américas. Os principais produtos importados são o químico, o de equipamentos de transportes e o de minérios.

Nas relações bilaterais, destaca-se o caráter complementar das economias de Brasil e Bélgica. Há interesse, no lado belga, em produtos e serviços em setores nos quais a Bélgica conta com reconhecida "expertise", tais como infraestrutura, logística, transportes e alta tecnologia. O Brasil, por sua vez, está em condições de diversificar a pauta de exportações – atualmente concentrada em fumo, suco de laranja, café, minérios de ferro e pasta de celulose – e suprir demandas belgas em setores tais como petróleo e derivados, automóveis e autopeças, ouro, aço, alumínio, tratores, polietileno, farelo de soja, trigo e diamantes, entre outros.

A Bélgica registra o segundo maior estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil (US\$ 63 bilhões), atrás apenas dos EUA. Destacam-se, como principais destinos, os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Além da AB InBev, empresa multinacional belgo-brasileira de bebidas líder mundial no segmento de cervejas, cabe recordar: a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; a aquisição, pela subsidiária argentina do grupo belga Solvay, da Braskem; e o início das operações em São Paulo, em 2012, da rede belga de padarias "Le Pain Quotidien".

O empresariado brasileiro é atraído pela posição estratégica da Bélgica e do porto de Antuérpia, ponto de acesso ao importante mercado europeu. A maior parte das empresas brasileiras encontra-se no país em razão dos centros de distribuições instalados estrategicamente perto dos importantes portos belgas. Empresas como Citrosuco, Zilor, Votorantim e Braskem fazem uso da rede intermodal de transportes que parte de Antuérpia para distribuir seus produtos no mercado europeu.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) Brasil-Bélgica em US\$ milhões								
	Estoque ¹	Fluxo						
	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Origem: Bélgica	63.622 (2º)	91	75	420	656	473	347 (23º)	989 (13º)
Origem: Brasil	615 (25º)	-	-	1	582	63	79 (21º)	8 (33º)

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1830	Independência em relação aos Países Baixos
1831	Criação do Reino da Bélgica, com regime de monarquia constitucional. Proclamado o rei Leopoldo I (1831-1865)
1865	Início do reinado de Leopoldo II (1865-1909)
1884	Conferência de Berlim outorga ao país o Estado Livre do Congo
1908-1934	Reinado de Alberto I (1908-1934)
1914-1918	Apesar da neutralidade belga, os alemães invadem seu território. Formação de um gabinete de guerra e transferência da sede do governo para Antuérpia e Havre. Libertação do país em 1918. Incorporação de Ruanda e Burundi, ex-colônias alemãs
1934	Início do reinado de Leopoldo III (1934-1951)
1939-1945	Ocupação alemã de 1940 a 1944. O rei Leopoldo III entrega-se prisioneiro. Estabelecido governo no exílio em Paris e, posteriormente, em Londres. Regência do príncipe Carlos
1948	Constituição do Benelux, união aduaneira com Países Baixos e Luxemburgo
1949	Adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
1950	Plebiscito aprova a volta do rei Leopoldo III, que delega poderes ao príncipe herdeiro Balduino I (1930-1993)
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
1957	Membro da Comunidade Econômica Europeia
1960-1962	Independência do Congo, Ruanda e Burundi
1977	Reconhecimento de 3 regiões semiautônomas: Flandres, Valônia, Bruxelas
1980	Autonomia parcial de Flandres e Valônia
1992	Parlamento aprova Estado federal. Bélgica ratifica o Tratado de Maastricht, que cria a União Europeia
1993	Morte do rei Balduino I. Alberto II, seu irmão, assume o trono
2002	Adoção do euro
2006	Partidos moderados de origem democrática-cristã, tanto na região de Flandres (CD&V) quanto na região da Valônia (CDH), são os grandes vencedores nas eleições comunais
2007	Eleições legislativas federais, em junho. Segue-se longo processo de negociações partidárias para composição do novo gabinete de governo
2008	Yves Leterme toma posse como novo primeiro-ministro. Participam do novo

	governo os principais partidos belgas em clima de grande desconfiança e de apoio popular baixo
2009	Von Rompuy assume como primeiro-ministro. É designado, em novembro, o primeiro presidente do Conselho de Ministros da Europa. Com sua saída, Yves Leterme é novamente levado à chefia do governo belga
2010	Demissão do governo Yves Leterme. Governo provisório
2014	Charles Michel assume como primeiro-ministro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1830	Reconhecimento do Reino da Bélgica
1863	Laudo Arbitral do rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha (Questão Christie). Favorável ao Brasil
1890	Reconhecimento, pelo Reino da Bélgica, da República do Brasil
1911	Fundação da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, a mais antiga câmara de comércio bilateral da Bélgica
1918	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica do Rio de Janeiro
1920	Rei Alberto I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado Minas Gerais. Têm início conversações que levarão à criação da companhia Belgo-Mineira
1921	A Companhia Siderúrgica Mineira se associa à belga ARBED e passa a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
1938	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica de São Paulo
1993	Início da parceria da belga Sonaca com a Embraer na produção de peças de motor e fuselagem de aeronaves
1999	Missão ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial
2000	Visita ao Brasil do ministro da Defesa, André Flahault. Conversações sobre intercâmbio de aeronaves, peças e acessórios e equipamento militar
2001	Instalação da Sobraer, sucursal da belga Sonaca, em São José dos Campos. Produção da fuselagem central de conexão de asas de aeronaves da Embraer
2004	Fusão da belga Interbrew com a brasileira Ambev, que resulta na Inbev, a maior produtora mundial de cerveja
2005	Inauguração da Sopeçaero, em S.J. dos Campos, do grupo belga Sonaca, com a Airbus e a Eletra Holding Overseas, para fabricação de placas de alumínio para aeronaves; II missão ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial. Visita empresas belgas no Brasil (Sobraer, Parafix, Katoen Natie, Tractebel)
2007	Aprovação de documento belga que prevê maior prioridade da política externa belga à América Latina e Caribe, com ênfase no Brasil; visita do secretário-geral da Chancelaria belga para conversações sobre o adensamento da relação belgo-brasileira e a elaboração de plano de ação direcionado para o Brasil; participação de cinco aviões fabricados pela Embraer (3 Xingu e 2 ERJ) no desfile militar da Data Nacional da Bélgica (21/7)
2009	Visita do então presidente Lula à Bélgica
2010	Visita ao Brasil do príncipe Philippe

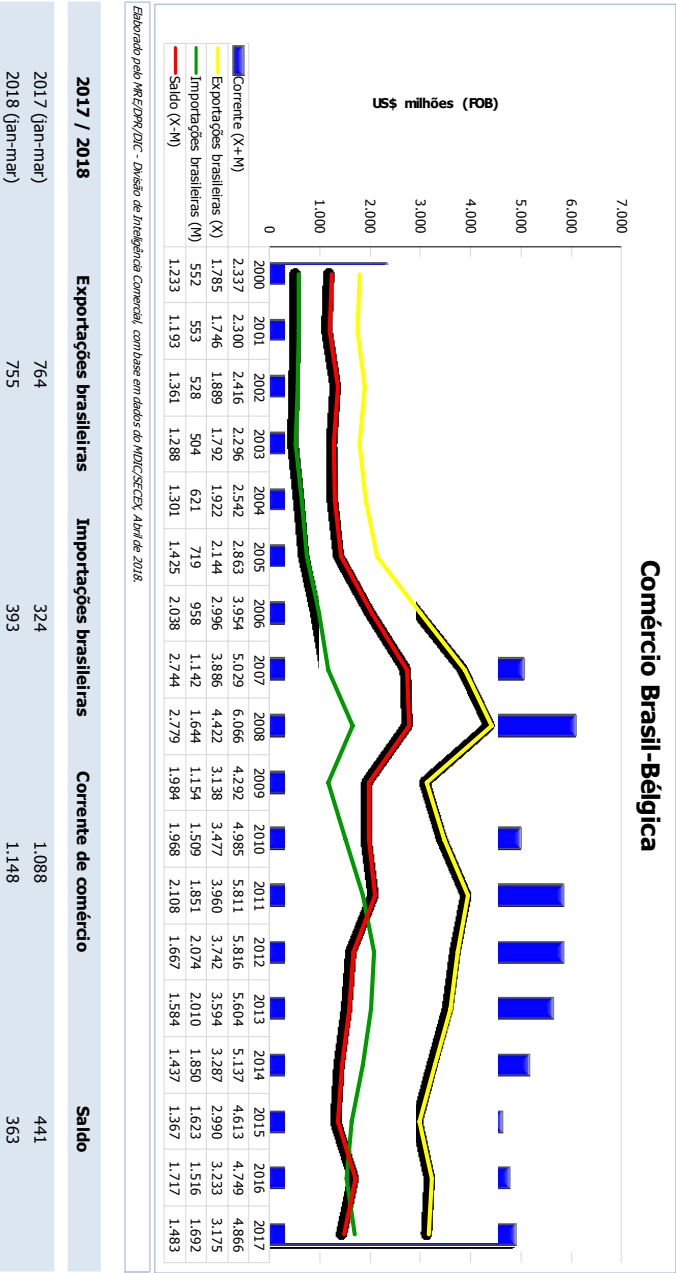
2011	Visita da então presidente da República, Dilma Rousseff, à Bélgica
2012	Visita da então ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann
2013	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo)
2014	Encontro entre a então presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Elio Di Rupo, em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia
2015	Encontro entre a então presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas	04/10/2009		Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	04/10/2009	20/04/2014	24/09/2014
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica	04/10/2009		Em Ratificação
Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica	04/10/2009	17/09/2014	14/06/2013
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/05/2009		Tramitação Congresso Nacional
Convenção Adicional Alterando a Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final, de 23/06/1972.	20/11/2002	18/10/2007	31/12/2007
Acordo entre o Brasil e a Bélgica sobre Transporte Aéreo	18/11/1999	23/12/2002	03/12/2001
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial.	12/03/1985	02/02/1987	11/02/1987
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir	29/11/1983	29/11/1983	13/12/1983

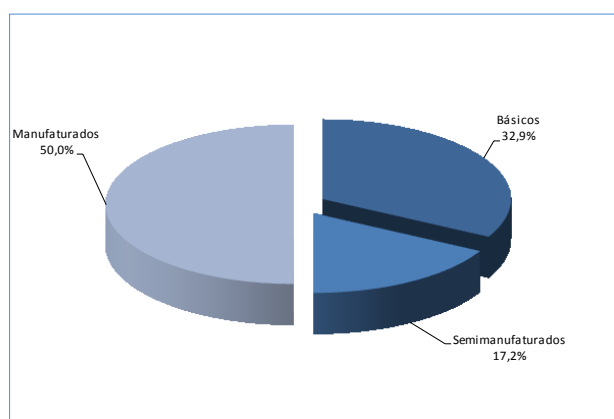
Veículos Automotores.			
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda.	23/06/1972	12/07/1973	09/08/1973
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas.	12/10/1965	12/10/1965	03/03/1966
Acordo Cultural.	06/01/1960	17/04/1965	ND
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de maio de 1953 ao Tráfico Ilícito de Drogas.	08/05/1958	08/07/1958	ND
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns.	27/02/1957	01/04/1957	14/05/1957
Acordo para Regular a Aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de maio de 1953.	12/11/1956	12/11/1956	ND
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	10/01/1955	14/07/1957	01/08/1957
Tratado de Extradicação.	06/05/1953	14/07/1957	01/08/1957
Tratado de Comércio e Navegação.	22/09/1834	ND	Em Vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

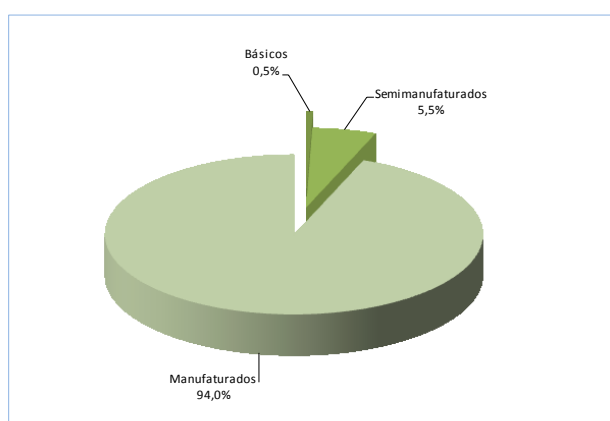


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



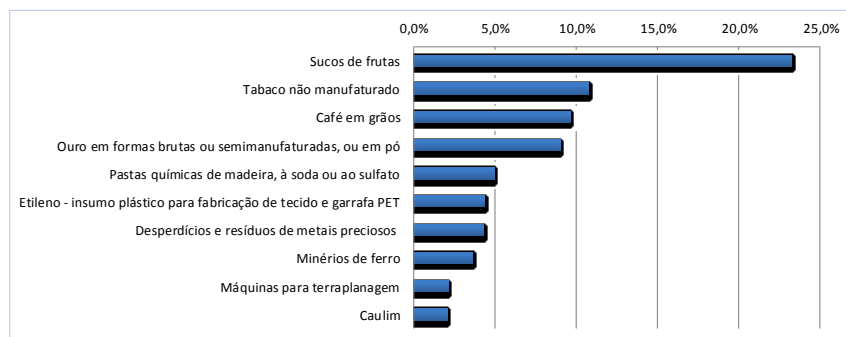
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Bélgica (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sucos de frutas	655	21,9%	713	22,1%	738	23,2%
Tabaco não manufaturado	397	13,3%	455	14,1%	342	10,8%
Café em grãos	406	13,6%	342	10,6%	305	9,6%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	38	1,3%	314	9,7%	287	9,0%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	132	4,4%	132	4,1%	156	4,9%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	139	4,6%	147	4,6%	137	4,3%
Desperdícios e resíduos de metais preciosos	90	3,0%	122	3,8%	135	4,3%
Minérios de ferro	170	5,7%	77	2,4%	115	3,6%
Máquinas para terraplanagem	8	0,3%	25	0,8%	67	2,1%
Caulim	76	2,5%	63	2,0%	65	2,1%
Subtotal	2.111	70,6%	2.391	74,0%	2.348	74,0%
Outros	878	29,4%	842	26,0%	827	26,0%
Total	2.990	100,0%	3.233	100,0%	3.175	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

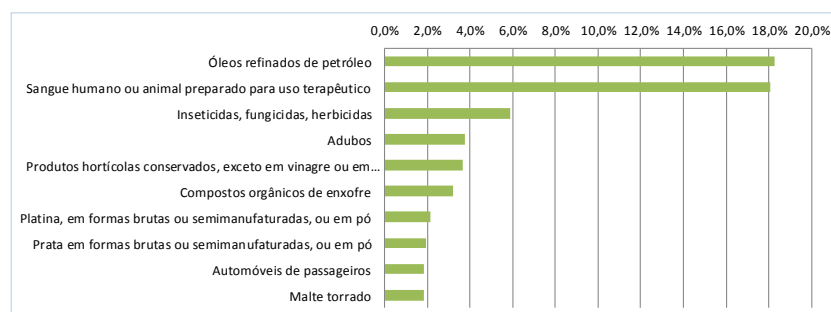


Composição das importações brasileiras originárias da Bélgica (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos refinados de petróleo	6	0,3%	17	1,1%	309	18,3%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	278	17,1%	324	21,4%	306	18,1%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	108	6,7%	105	6,9%	99	5,9%
Adubos	74	4,6%	83	5,5%	63	3,7%
Produtos hortícolas conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético	40	2,5%	53	3,5%	62	3,6%
Compostos orgânicos de enxofre	103	6,3%	79	5,2%	54	3,2%
Platina, em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	23	1,4%	27	1,8%	37	2,2%
Prata em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	31	1,9%	36	2,4%	33	1,9%
Automóveis de passageiros	73	4,5%	44	2,9%	32	1,9%
Malte torrado	50	3,1%	36	2,3%	31	1,8%
Subtotal	786	48,4%	804	53,0%	1.025	60,6%
Outros	837	51,6%	713	47,0%	667	39,4%
Total	1.623	100,0%	1.516	100,0%	1.692	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

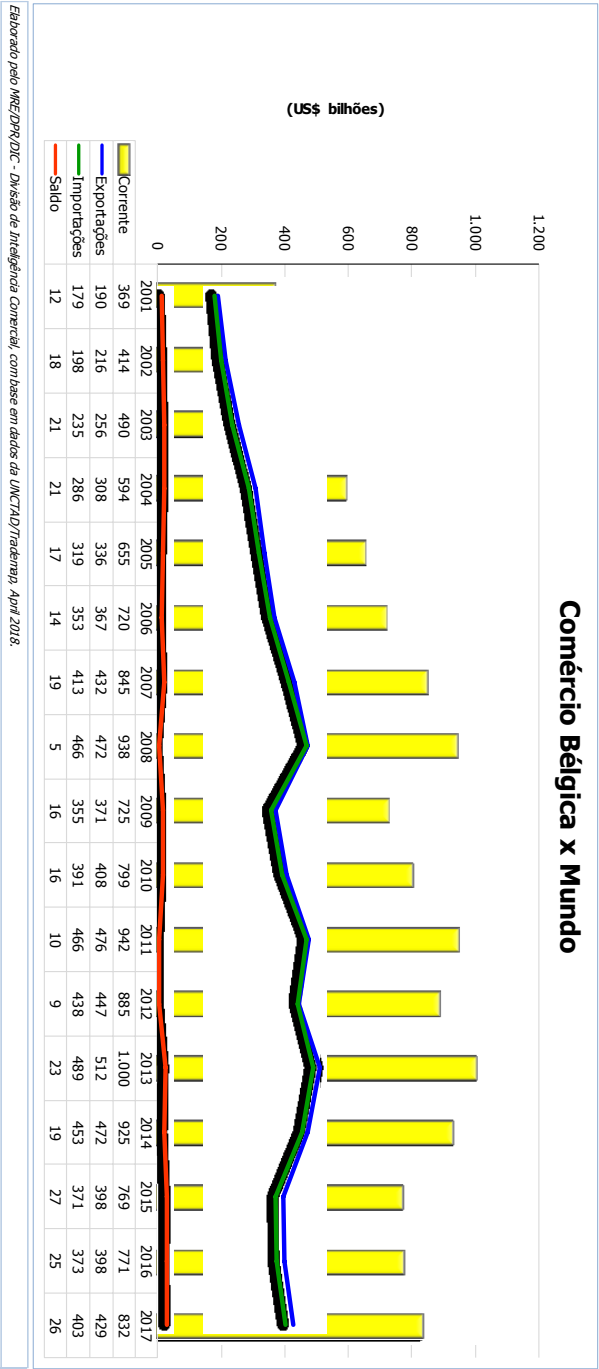


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Sucos de frutas	189	24,7%	159	21,0%	Sucos de frutas 21,0%
Tabaco não manufaturado	32	4,2%	110	14,6%	Tabaco não manufaturado 14,6%
Café em grãos	94	12,3%	74	9,8%	Café em grãos 9,8%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	34	4,4%	46	6,1%	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato 6,1%
Ouro	51	6,7%	46	6,0%	Ouro 6,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	36	4,7%	36	4,8%	Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET 4,8%
Seminanufaturados de ferro ou aço	0	0,0%	24	3,1%	Seminanufaturados de ferro ou aço 3,1%
Farelo de soja	3	0,4%	19	2,5%	Farelo de soja 2,5%
Minérios de ferro	36	4,8%	18	2,4%	Minérios de ferro 2,4%
Madeira compensada	12	1,6%	18	2,4%	Madeira compensada 2,4%
Subtotal	488	63,9%	549	72,7%	
Outros	276	36,1%	206	27,3%	
Total	764	100,0%	755	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Óleos refinados de petróleo	21	6,4%	60	15,4%	Óleos refinados de petróleo 15,4%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	38	11,8%	40	10,3%	Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico 10,3%
Platina	12	3,7%	21	5,3%	Platina 5,3%
Produtos hortícolas conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético	14	4,2%	19	4,9%	Produtos hortícolas conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético 4,9%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	10	3,2%	19	4,8%	Inseticidas, fungicidas, herbicidas 4,8%
Compostos orgânicos de enxofre	17	5,2%	15	3,7%	Compostos orgânicos de enxofre 3,7%
Fertilizantes	23	7,2%	11	2,9%	Fertilizantes 2,9%
Prata	10	2,9%	9	2,4%	Prata 2,4%
Medicamentos em dose	9	2,7%	9	2,3%	Medicamentos em dose 2,3%
Polipropileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	4	1,4%	8	1,9%	Polipropileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET 1,9%
Subtotal	158	48,8%	211	53,8%	
Outros produtos	166	51,2%	182	46,2%	
Total	324	100,0%	393	100,0%	

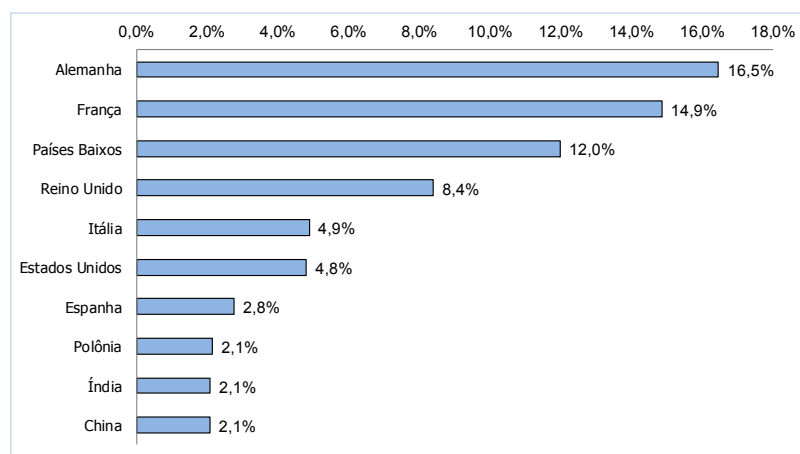
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC/SECEX(Alcovweb), Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Bélgica
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	71	16,5%
França	64	14,9%
Países Baixos	51	12,0%
Reino Unido	36	8,4%
Itália	21	4,9%
Estados Unidos	21	4,8%
Espanha	12	2,8%
Polônia	9	2,1%
Índia	9	2,1%
China	9	2,1%
...		
Brasil (18º lugar)	4	0,9%
Subtotal	306	71,3%
Outros países	123	28,7%
Total	429	100,0%

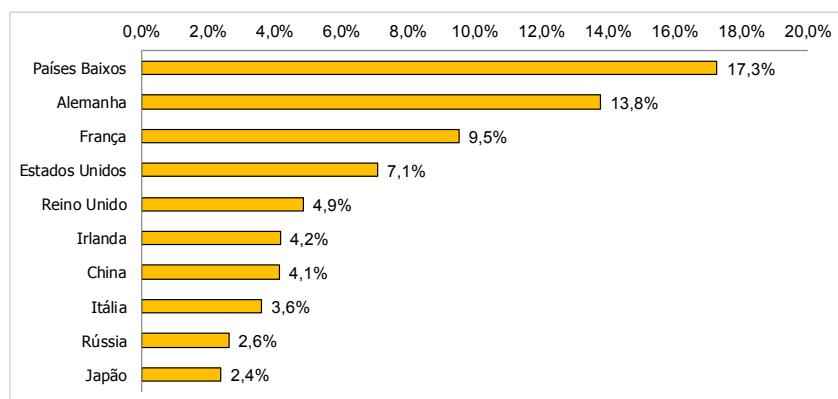
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Bélgica
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Países Baixos	70	17,3%
Alemanha	55	13,8%
França	38	9,5%
Estados Unidos	28	7,1%
Reino Unido	20	4,9%
Irlanda	17	4,2%
China	17	4,1%
Itália	15	3,6%
Rússia	11	2,6%
Japão	10	2,4%
...		
Brasil (24º lugar)	3	0,7%
Subtotal	282	70,1%
Outros países	121	29,9%
Total	403	100,0%

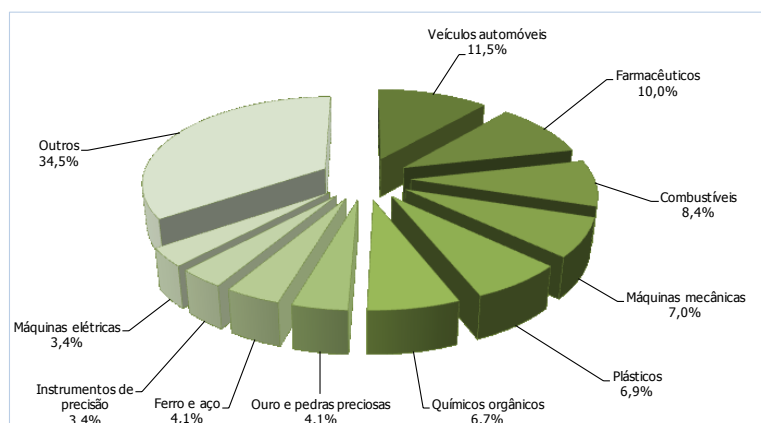
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Bélgica (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Veículos automóveis	49	11,5%
Farmacêuticos	43	10,0%
Combustíveis	36	8,4%
Máquinas mecânicas	30	7,0%
Plásticos	30	6,9%
Químicos orgânicos	29	6,7%
Ouro e pedras preciosas	18	4,1%
Ferro e aço	18	4,1%
Instrumentos de precisão	15	3,4%
Máquinas elétricas	14	3,4%
Subtotal	281	65,5%
Outros	148	34,5%
Total	429	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

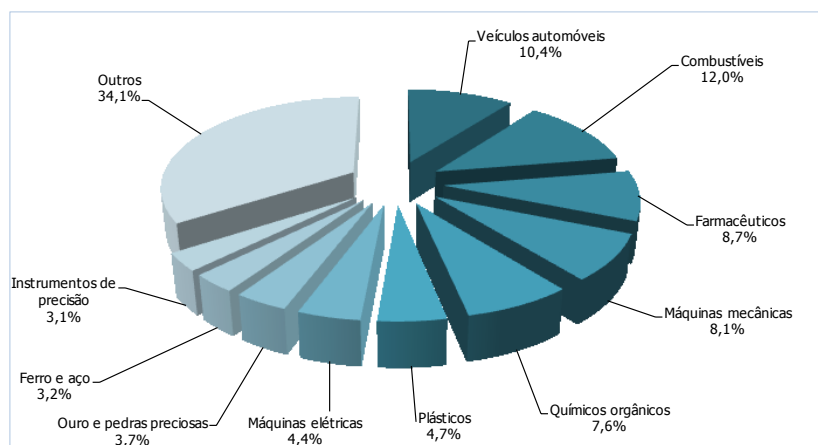


Composição das importações da Bélgica (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Veículos automóveis	42	10,4%
Combustíveis	48	12,0%
Farmacêuticos	35	8,7%
Máquinas mecânicas	32	8,1%
Químicos orgânicos	30	7,6%
Plásticos	19	4,7%
Máquinas elétricas	18	4,4%
Ouro e pedras preciosas	15	3,7%
Ferro e aço	13	3,2%
Instrumentos de precisão	13	3,1%
Subtotal	265	65,9%
Outros	138	34,1%
Total	403	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Bélgica

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,47%	1,71%	1,89%	1,69%	1,46%
PIB nominal (US\$ bilhões)	468,15	494,73	562,23	587,70	612,94
PIB nominal "per capita" (US\$)	41.388	43.582	49.272	51.238	53.162
PIB PPP (US\$ bilhões)	510,41	528,46	550,66	572,09	591,86
PIB PPP "per capita" (US\$)	45.124	46.553	48.258	49.877	51.333
População (milhões habitantes)	11,31	11,35	11,41	11,47	11,53
Desemprego (%)	7,85%	7,18%	6,99%	6,76%	6,71%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,20%	1,60%	1,52%	2,01%	1,74%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,096%	0,098%	0,346%	0,240%	0,454%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,952	0,833	0,826	0,840	0,826

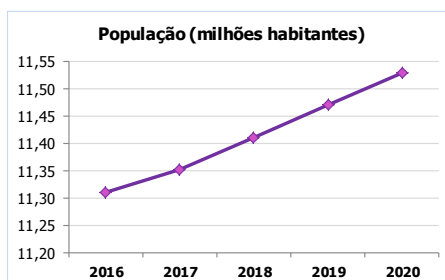
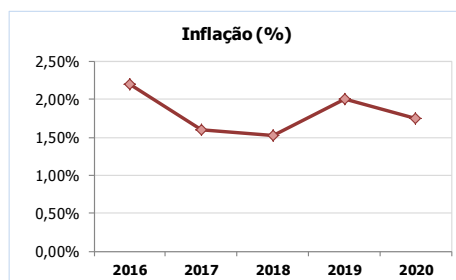
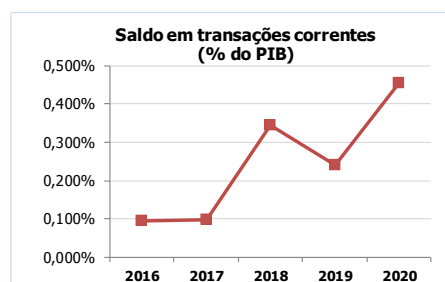
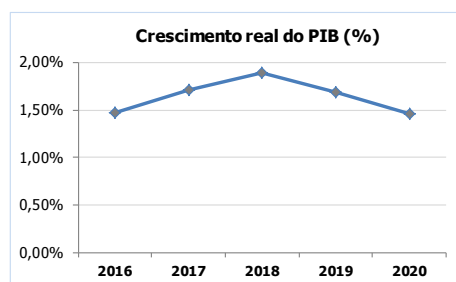
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	0,7%
Indústria	21,8%
Serviços	77,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LUXEMBURGO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS SOBRE LUXEMBURGO	
NOME OFICIAL:	Grão-Ducado de Luxemburgo
GENTÍLICO:	luxemburguês
CAPITAL:	Luxemburgo
ÁREA:	2.586,4 km²
POPULAÇÃO:	599,42 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Luxemburguês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos: 70,4%; não religiosos: 26,8%
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral; Câmara dos Deputados
CHEFE DE ESTADO:	Grão-duque Henri Bourbon (desde outubro de 2000)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Xavier Bettel (desde dezembro de 2013)
CHANCELER:	Jean Asselborn (desde julho de 2004)
PIB NOMINAL:	US\$ 58,63 bilhões (2016)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA):	US\$105,80 bilhões (2016)
PIB NOMINAL <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 100,73 mil (2016)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 102,38 mil (2016)
VARIAÇÃO DO PIB:	3,1% (2016); 2,9% (2015); 5,8% (2014); 3,7% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,89. (19º)
EXPECTATIVA DE VIDA:	81,7 anos
ALFABETIZAÇÃO:	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	6,0%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Carlo Krieger
COMUNIDADE BRASILEIRA:	3.600 (est)

**Maio de
2018**

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LUXEMBURGO (US\$ mil) (MDIC)									
Brasil → Luxemburgo	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	96.963	14.407	94.103	73.753	69.553	136.257	481.780	362.583	368.488
Exportações	65.867	3.772	52.792	25.489	42.004	83.343	242.033	191.134	217.739

Importações	31.096	10.635	41.311	48.264	27.549	52.941	239.747	171.449	150.749
Saldo	34.771	-6.863	11.481	-22.775	14.455	30.429	2.826	19.685	66.990

Informação elaborada pelo Secretário Danilo Zimbres, em 16/05/2018. Revisada pelo Conselheiro Leandro Zenni Estevão, em 21/05/2018.

APRESENTAÇÃO

Luxemburgo é país continental da Europa ocidental. Oficialmente chamado de Grão-Ducado de Luxemburgo, faz fronteira com a Bélgica, ao norte e ao oeste; com a Alemanha, ao leste; e com a França, ao sul. País de pequenas dimensões, sua capital é a cidade de Luxemburgo. A capital, ao lado de Bruxelas e Estrasburgo, é uma das três capitais oficiais da Europa. Em Luxemburgo, está sediada a Corte Europeia de Justiça, corte suprema da Europa.

Em 1815, Luxemburgo foi reconhecido como estado autônomo pelo Congresso de Viena. Com o Tratado de Londres de 1839, perdeu metade de seu território para a Bélgica em troca de maior autonomia. A partir de 1842, participou com a Prússia de uma União Aduaneira (*Zollverein*). O crescimento econômico do país e de toda a região, à época, decorreu em grande parte da exploração de minas de carvão.

A independência completa do país ocorreu em 1867. Em 1918, Luxemburgo estreitou suas relações com a Bélgica e estabeleceu, em 1921, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (UEBL).

Ocupado pela Alemanha durante as duas Guerras Mundiais, Luxemburgo rompeu sua neutralidade criando, em 1944, com a Bélgica e os Países Baixos, a união aduaneira Benelux, ainda hoje em vigor.

A participação luxemburguesa no processo de integração europeia foi ativa desde os primórdios. O Grão-Ducado integrou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e foi um dos membros fundadores da atual União Europeia. Em 1999, aderiu à zona do euro. A partir dos anos 60, o crescimento do Grão-Ducado como importante mercado financeiro, no contexto do processo europeu de integração, tornou a cidade de Luxemburgo, apesar de sua população reduzida (cerca de 77.000 habitantes), cosmopolita.

PERFIS BIOGRÁFICOS
Henri de Luxemburgo
Grão-duque de Luxemburgo



Nasceu em Betzdorf, Luxemburgo, e é o chefe de estado do Grão-Ducado. É o filho mais velho de Jean, grão-duque de Luxemburgo entre 1964 e 2000, e da princesa Joséphine-Charlotte da Bélgica. É primo do atual rei da Bélgica, Philippe. Tornou-se grão-duque de Luxemburgo em 7 de outubro de 2000. É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra e realizou treinamento militar na Royal Military Academy Sandhurst, na Inglaterra. É membro do Comitê Olímpico Internacional e da “Mentor Foundation” (criada pela Organização Mundial da Saúde). Ostenta a patente militar de coronel no Exército Luxemburguês e major honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido. Casado, desde 1981, com María Teresa Mestre y Batista, é pai de quatro filhos e uma filha.

Xavier Bettel
Primeiro-ministro



Nasceu em 1973, em Luxemburgo, e graduou-se em direito Público e Europeu na Universidade de Nancy. Ingressou no Partido Democrático (DP, liberal-centrista) em 1989. Em 1999, aos 26 anos, logrou eleger-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados de Luxemburgo (pela circunscrição "Centre"). Foi reeleito em 2004, 2009 e 2013. No Parlamento, foi designado vice-presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos (2004-2013) e também vice-presidente da Comissão de Inquérito sobre as atividades dos serviços de segurança do estado (2012-2013). Entre 2009 e 2011, foi líder da bancada do DP e desde janeiro de 2013, presidente do partido. No plano local, Xavier Bettel integrou o Conselho Comunal da Municipalidade de Luxemburgo (2000 a 2005) e foi vereador entre 2005 e 2011. Nas eleições locais de 2011, foi eleito prefeito de Luxemburgo, cargo que manteve até a designação à chefia do governo do Grão-Ducado. Em 4 de dezembro de 2013, foi designado primeiro-ministro e ministro do Estado de Luxemburgo, cargo em que permanece até atualmente.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo foram estabelecidas em 1911. Mantêm relevante relacionamento no plano econômico, com destaque para investimentos nos setores siderúrgico e financeiro.

O apoio brasileiro à primeira eleição de Luxemburgo para um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro 2012, para os anos de 2013 e 2014, e as visitas ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, em 2013, 2016 e 2018, contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais.

O grão-duque Henri realizou visita de estado ao Brasil em novembro de 2007, acompanhado da grã-duquesa Maria Teresa. O programa da visita incluiu passagens por Ouro Preto, São Paulo, Ribeirão Preto e Vitória. Em São Paulo, o grão-duque fez pronunciamento na abertura de dois seminários sobre a promoção de negócios e serviços financeiros. Visitou, na região de Ribeirão Preto, a usina Santa Elisa de produção de etanol. No Espírito Santo, participou da inauguração das obras de ampliação da usina siderúrgica de Tubarão, do grupo siderúrgico Arcelor-Mittal.

O grão-duque realizou também visitas ao Brasil em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20, e em 2016, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI). Cabe lembrar que, como membro do COI, participou da eleição que escolheu o Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.

Em novembro de 2014, o Ministério das Finanças e a Câmara de Comércio do Grão-Ducado de Luxemburgo organizaram missão político-empresarial multisetorial ao Brasil. A delegação luxemburguesa, chefiada pelo grão-duque herdeiro, o príncipe Guillaume de Luxemburgo, e conduzida pelo ministro das Finanças, Pierre Gramegna, apresentou seminário em São Paulo sobre os aspectos econômicos e financeiros da relação bilateral. A visita culminou com reunião entre o grão-duque herdeiro e o então vice-presidente Michel Temer.

Em 11 de junho de 2015, a então presidente da República Dilma Rousseff e o primeiro-ministro Xavier Bettel encontraram-se em Bruxelas, à margem de encontro da CELAC. O encontro ensejou oportunidade para discussão de temas do relacionamento bilateral, entre os quais a atualização de acordo sobre dupla tributação, a utilização de Luxemburgo como plataforma comercial de empresas brasileiras e o novo acordo sobre

serviços aéreos. Na ocasião, Xavier Bettel transmitiu convite para visita oficial da então presidente da República ao Grão-Ducado.

Em 2017, o embaixador Carlo Krieger apresentou suas cartas credenciais e tornou-se o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil, após decisão de governo de inaugurar a primeira Embaixada residente na América Latina. Em se considerando o número reduzido de Missões Diplomáticas do Grão-Ducado, a decisão revelou a importância que o país atribui ao Brasil.

Em março de 2018, o ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus de Luxemburgo, Jean Asselborn, realizou visita a Brasília e manteve encontro de trabalho com o ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão, e foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados. Na ocasião, foi inaugurada oficialmente a sede da nova Embaixada de Luxemburgo em Brasília (a primeira do país na América Latina), quando o ministro Jean Asselborn proferiu discurso em que ressaltou o excelente estado das relações bilaterais e a relevância do Brasil para seu país. A inauguração oficial da representação diplomática em Brasília ocorreu em contexto de adensamento das relações bilaterais e ampliação dos investimentos de Luxemburgo no Brasil.

Mais recentemente, em abril de 2018, o ministro Gilberto Kassab recebeu em audiência o vice-primeiro-ministro de Luxemburgo, Étienne Schneider, tendo-se assinalado o forte interesse brasileiro em manter parcerias internacionais na área espacial e satelital.

Diversas empresas luxemburguesas estão presentes no Brasil, como a Arcelor-Mittal, maior produtora mundial de aço. Outro importante setor de cooperação é a aviação comercial, uma vez que a empresa luxemburguesa de transporte aéreo LUXAIR opera aviões da EMBRAER, adquiridos em 2004.

Por fim, cabe ressaltar que Luxemburgo mantém laços com a língua portuguesa. A emigração portuguesa para o país iniciou-se em meados dos anos 1960. Atualmente constituem a maior comunidade de estrangeiros do país, com 80.000 luso-luxemburgueses, representando cerca de 16% do total da população de Luxemburgo.

Assuntos consulares

Em Luxemburgo, a comunidade brasileira é estimada em 3.600 indivíduos. Ressalta-se a existência do Conselho de Cidadania da Bélgica e do Luxemburgo (CCBL), órgão que representa os interesses e as necessidades dos brasileiros naqueles países, servindo como canal entre os nacionais e as autoridades brasileiras em ambos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício de Luxemburgo.

POLÍTICA INTERNA

O Grão-Ducado do Luxemburgo é monarquia constitucional parlamentar, cuja Constituição data de 1868. O sistema político luxemburguês conta atualmente com chefe de estado, o grão-duque Henri Albert Gabriel Félix Marie Guillaume, com função honorífica, embora constitucionalmente investido de poder executivo, e chefe de governo, o primeiro-ministro Xavier Bettel. O poder executivo é de fato exercido pelo primeiro-ministro, escolhido pelo grão-duque, que lidera o Conselho de Ministros.

A Câmara dos Deputados, órgão legislativo unicameral, tem 60 membros, eleitos para mandato de cinco anos, por sufrágio universal direto obrigatório para os cidadãos com mais de 18 anos. O país divide-se em quatro circunscrições eleitorais, 12 cantões e 105 comunas, das quais 12 comunas têm estatuto de cidade, sendo Luxemburgo a mais importante.

Desde 1919, o Partido Cristão Social (CVS), de orientação democrata-cristão tradicional (centro-direita), tem sido a força dominante na política local, estando à frente de praticamente todos os gabinetes de ministros, à exceção de dois períodos (1940-1945 e 1974-1979). O Partido Operário Socialista Luxemburguês (LSAP, social-democrata), o Partido Verde e o Partido Democrático (DP, centro-direita) são os outros dois partidos de expressão. Desde 2004, o LSAP tem sido parceiro nas coalizões de governo chefiadas pelo CVS.

O ex-primeiro-ministro, o democrata-cristão Jean-Claude Juncker, permaneceu no cargo de 1995 a fins de 2013. Atualmente, Juncker é o presidente da Comissão Europeia. Nas eleições de 20 de outubro de 2013, embora o Partido Cristão

Social tenha obtido a maior votação (33,68% dos votos), a legenda anunciou que passaria à oposição, pois sua participação relativa no Parlamento diminuiu em comparação a anos anteriores.

O novo governo - liderado pelo Partido Democrático de Xavier Bettel, e integrado pelo LSAP e pelos Verdes – tem reproduzido valores e políticas tradicionais luxemburguesas: rigoroso controle do gasto público, reforma fiscal, com redução seletiva da carga tributária, e fomento e defesa da praça financeira do país, que tem influência significativa na política local. O governo adota, ainda, medidas para tornar a administração pública mais efetiva e eficiente.

A coalizão liderada pelo DP tem apertada maioria parlamentar. Divergências ideológicas entre os partidos da coalizão fragilizam a aliança e limitam a capacidade do governo de aprovar medidas. Embora tenha adotado postura mais cautelosa em seu primeiro ano, o gabinete de Xavier Bettel adotou postura mais ativa a partir de 2014, implementando, por exemplo, medidas de consolidação fiscal e criando comitê de risco sistêmico com vistas a supervisionar o setor financeiro do país.

Em junho de 2015, os eleitores recusaram (por 72% a 22%), em referendo, emenda à constituição cuja principal mudança estenderia o voto, em eleições nacionais, para grande número de estrangeiros residentes de longo-prazo no país.

Luxemburgo realizará eleições gerais em outubro de 2018. Pesquisas de opinião recentes mostram que o DP e o LSAP têm perdido apoio popular, o que beneficia o CSV. A estabilidade política do país, entretanto, traço marcante de Luxemburgo, indica que eventual troca de governo não deverá levar a mudança significativa na condução da política luxemburguesa.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Grão-Ducado do Luxemburgo é influenciada por sua geografia e seu *status* como praça financeira internacional. A dimensão do Grão-Ducado e sua posição geográfica privilegiada entre a França e a Alemanha colocam como grande relevância da sua política externa a proeminência da integração europeia.

O país foi pioneiro no processo de integração continental, participando ativamente da fundação do Benelux (1944) e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952).

Em 1957, junto com a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália e os Países Baixos, assinou o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), embrião do que viria a tornar-se a União Europeia.

A cidade de Luxemburgo é uma das três sedes oficiais das instituições europeias, como Bruxelas e Estrasburgo. Luxemburgo é ainda membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1961. Embora membro ativo desses organismos internacionais, Luxemburgo tem atuação internacional discreta, dedicando atenção especial aos temas econômicos e financeiros internacionais.

No terreno da defesa, a despeito do pequeno tamanho de suas forças armadas, Luxemburgo tem prestado contribuição a missões de paz. Participou, dentre outras, da UNPROFOR e ISOFOR (antiga Iugoslávia), SFOR (Bósnia e Herzegovina) e ISAF (Afeganistão).

Em 2012, Luxemburgo elegeu-se pela primeira e única vez, com apoio brasileiro, para mandato não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio de 2013-2014.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Estima-se que, em 2017, o PIB real de Luxemburgo teria crescido à taxa de 2,96% e que o PIB do país tenha totalizado US\$ 60 bilhões. As previsões da OCDE são de manutenção de taxas robustas de crescimento do PIB real, de cerca de 3-4% ao ano, tanto em 2018, quanto em 2019. Luxemburgo tem atualmente o segundo maior PIB per capita do mundo (US\$ 100,73 mil). A forte demanda interna, associada ao bom desempenho do setor financeiro, deve impulsionar as exportações em 2018. O sólido crescimento da economia tem permitido a Luxemburgo aperfeiçoar ainda mais seu ambiente fiscal, com redução de impostos e outras medidas que fortalecem sua posição como terceiro maior centro financeiro da Europa (atrás de Londres e Zurique).

Segundo dados do Banco Central de Luxemburgo, no terceiro trimestre de 2017, o Grão-Ducado registrou superávit na balança de pagamentos de EUR 2,2 bilhões. O déficit de EUR 864 milhões no comércio de bens foi amplamente compensado pelo superávit de EUR 6,3 bilhões na exportação de serviços. Nesse caso, trata-se de aumento de 12,8% com relação ao superávit do terceiro trimestre de 2016.

Em 2016, aproximadamente 83% das exportações luxemburguesas destinaram-se a outros países da UE (Alemanha: 23%; Bélgica: 17%, França: 15%). Das exportações para o exterior da UE, 3% destinam-se à Suíça e outros 3 % aos Estados Unidos. Com relação às importações, 77% provêm de países da UE (Bélgica: 29%; Alemanha: 24%; França: 10%). Das que provêm de países de fora da Europa, destacaram-se as dos Estados Unidos (7%) e as da China (6%).

O Brasil é o principal parceiro comercial de Luxemburgo na América Latina, ainda que o fluxo de comércio seja modesto quando comparado aos fluxos de investimentos. O Brasil é importante destino de recursos originados da praça financeira de Luxemburgo, origem do terceiro maior fluxo de capital para o País desde 2012, caindo para o quarto lugar em 2017 (US\$4,3 bilhões). Até 2011, Luxemburgo integrou a lista de "regimes fiscais privilegiados" da Receita Federal (em particular em razão do regime aplicado às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de "holding company").

Entre os países que detêm as maiores posições de investimento direto no Brasil, Luxemburgo consta na 4ª posição, com ingressos de investimentos diretos da ordem de US\$ 4,305 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Os principais setores beneficiados por investimentos originados de Luxemburgo são os seguintes: (a) comércio, exceto veículos; (b) eletricidade, gás e outras utilidades; (c) extração de petróleo e gás natural; (d) metalurgia; (e) extração de minerais metálicos; (f) armazenamento e atividades auxiliares de transportes; (g) veículos automotores, reboques e carrocerias; (h) serviços financeiros e atividades auxiliares; (i) produtos alimentícios.

Nos últimos anos, o Grão-Ducado tem sofrido pressão de outros membros da UE e da Comissão Europeia no que se refere à regulamentação de seu setor financeiro e de suas vantajosas leis tributárias, em especial, após a divulgação dos denominados "Panama Papers".

A praça bancária de Luxemburgo gerencia cerca de US\$4 trilhões. Não obstante o peso do setor financeiro no país, líderes locais têm buscado alternativas para diversificar a economia, antes que o atual modelo se esgote, em particular no setor de transporte aéreo e marítimo, assim como em alta tecnologia.

Em termos do intercâmbio bilateral, a corrente de comércio somou US\$ 72 milhões em 2017, com déficit comercial de US\$ 9,8 milhões para o Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1354	O condado de Luxemburgo torna-se ducado.
1437	A dinastia dos condes de Luxemburgo passa aos Habsburgos da Espanha.
1715	Os principados do Norte passam ao poder dos Habsburgos da Áustria.
1815	A partir do Congresso de Viena, Luxemburgo transforma-se em Grão-Ducado atribuído ao rei da Holanda, Guilherme de Nassau, passando a integrar a Confederação Germânica.
1831	A parte sul do território passa para a Bélgica e o restante fica na posse do rei da Holanda, embora integrado à Confederação Germânica.
1839	Tratado de Londres confirma o estatuto de independência do Luxemburgo, conferido pelo Congresso de Viena.
1867	Após dissolução da Confederação Germânica, Luxemburgo alcança a soberania, sob o estatuto de neutralidade.
1868	Constituição define o país como monarquia constitucional parlamentarista.
1914-1918	Na I Guerra Mundial, a Alemanha ocupa o Grão-Ducado, violando o status de neutralidade do país.
1921	Luxemburgo estabelece União Econômica com a Bélgica e adere à Liga das Nações.
1940-1944	Durante a II Guerra Mundial, é novamente ocupado por tropas alemãs e a família real, que apoiara os Aliados, exila-se na Inglaterra.
1945	Luxemburgo é membro fundador da ONU.
1946	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos formam União Aduaneira, o Benelux.
1948	O Grão-Ducado abandona a neutralidade, unindo-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1964	O grão-duque Jean d'Aviano substitui a grã-duquesa Charlotte, que reinava desde 1919 - A poderosa indústria siderúrgica faz do país um centro de imigração.
1992	O país ratifica o Tratado de Maastricht, que prevê a aceleração da integração econômica, monetária e política da União Europeia.
2000	Ascensão do grão-duque Henri como Chefe de Estado do

	Luxemburgo.
2007	O Grão-Ducado é classificado pelo Institute for Management Development (IMD) como a quarta economia mais competitiva do mundo.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

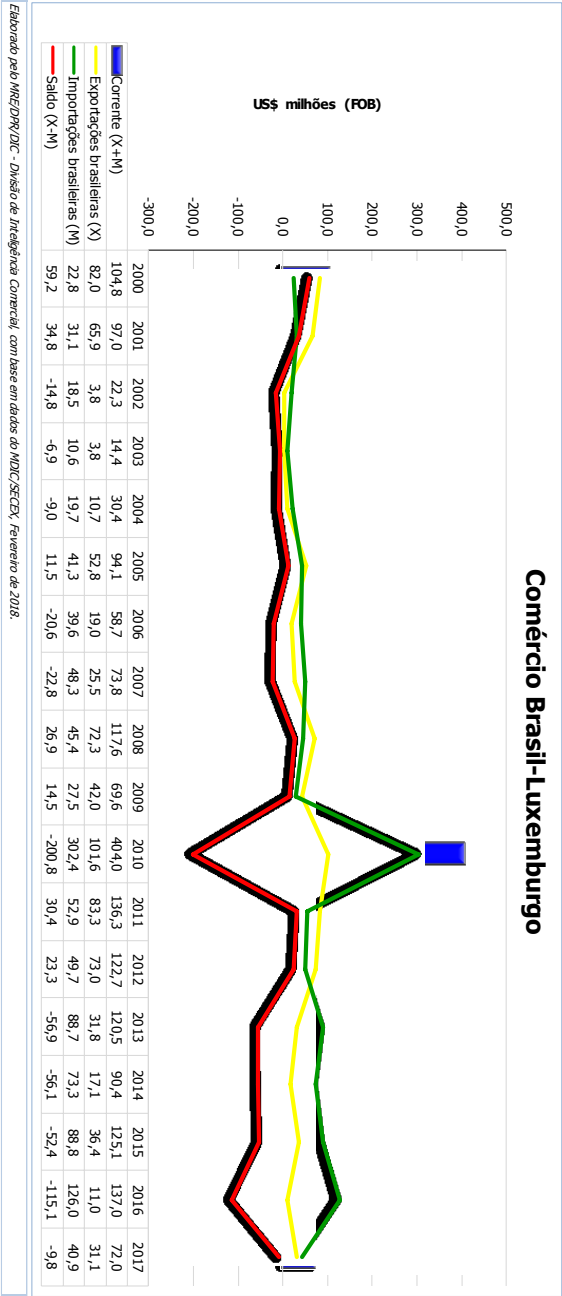
1911	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo.
1942	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro Jean, como convidado oficial do Governo brasileiro.
1955	Acordo por troca de notas para criação de uma Comissão Mista Brasil-União Econômica Belgo-Luxemburguesa de Desenvolvimento Econômico.
1956	Visita oficial do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira a Luxemburgo.
1965	Visita oficial do grão-duque Jean e da grã-duquesa Charlotte ao Brasil.
1985	O então secretário de estado para os Negócios Estrangeiros, para o Comércio Exterior e para a Cooperação, Robert Goebbels, chefiou a Missão Especial luxemburguesa às cerimônias de posse do presidente José Sarney.
1990	O vice-primeiro ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação, Jacques F. Poos, chefiou a Missão especial luxemburguesa às cerimônias de posse do presidente Fernando Collor de Mello.
1992	O primeiro-ministro Jacques Santer chefiou a Delegação luxemburguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.
2001	Visita ao Brasil da vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Lydie Polfer, em novembro.
2007	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
2007	Visita do grão-duque Henri e da grã-duquesa Maria Teresa.
2012	Visita do grão-duque Henri ao Brasil, por ocasião da Rio+20.
2014	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro, Guillaume de Luxemburgo, acompanhado da princesa Stéphanie de Lannoy e do ministro das Finanças, Pierre Gramegna.
2015	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o primeiro-ministro Xavier Bettel em Bruxelas, à margem de reunião da CELAC.
2016	Visita do grão-duque Henri, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.
2017	Embaixador Carlo Krieger apresenta, em 26 de junho, suas cartas credenciais ao presidente Michel Temer

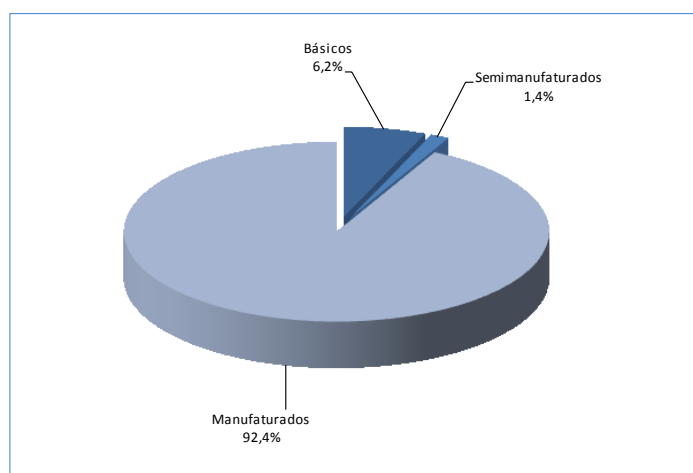
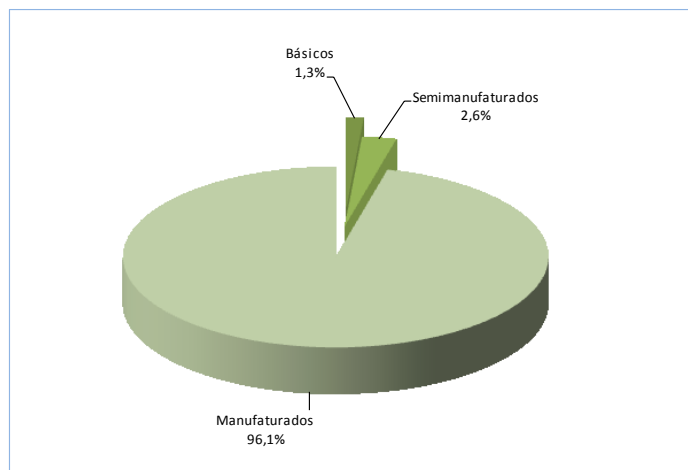
2017	Luxemburgo passa a ter embaixador residente em Brasília, com escritório provisório nas dependências da Embaixada da Bélgica
2017	O Congresso Nacional aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo
2018	Inauguração da Embaixada do Grão-Ducado em Brasília
2018	Visita do chanceler Jean Asselborn ao Brasil
2018	Visita do vice-primeiro-ministro Étienne Schneider ao Brasil

ATOS BILATERAIS

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data da promulgação
Ajuste Administrativo relativo às Modalidades de Aplicação do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo	18/02/2015	09/04/2018	03/07/2017
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo.	22/06/2012	09/04/2018	03/07/2017
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.	08/11/1978	23/07/1980	20/08/1980
Convenção sobre Seguros Sociais.	16/09/1965	01/08/1967	11/07/1967
Acordo sobre Passaportes	24/08/1957	24/09/1957	29/11/1957



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

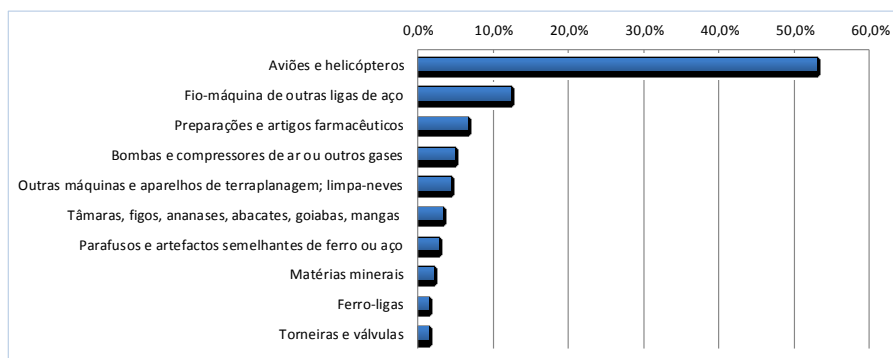
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Luxemburgo (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aviões e helicópteros	23,80	65,4%	0,00	0,0%	16,47	52,9%
Fio-máquina de outras ligas de aço	4,11	11,3%	3,17	28,9%	3,83	12,3%
Preparações e artigos farmacêuticos	1,61	4,4%	1,69	15,4%	2,02	6,5%
Bombas e compressores de ar ou outros gases	0	0,0%	0,77	7,0%	1,48	4,8%
Outras máquinas e aparelhos de terraplanagem; limpa-neves	0	0,0%	0	0,0%	1,38	4,4%
Tâmaras, figos, ananases, abacates, goiabas, mangas	0,45	1,2%	0,75	6,9%	1,01	3,3%
Parafusos e artefactos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	0,81	2,6%
Matérias minerais	0,82	2,2%	0,91	8,3%	0,64	2,1%
Ferro-ligas	0,16	0,5%	0,14	1,3%	0,44	1,4%
Torneiras e válvulas	0,39	1,1%	0,31	2,8%	0,42	1,4%
Subtotal	31,34	86,1%	7,75	70,7%	28,50	91,6%
Outros	5,04	13,9%	3,21	29,3%	2,61	8,4%
Total	36,38	100,0%	10,96	100,0%	31,11	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

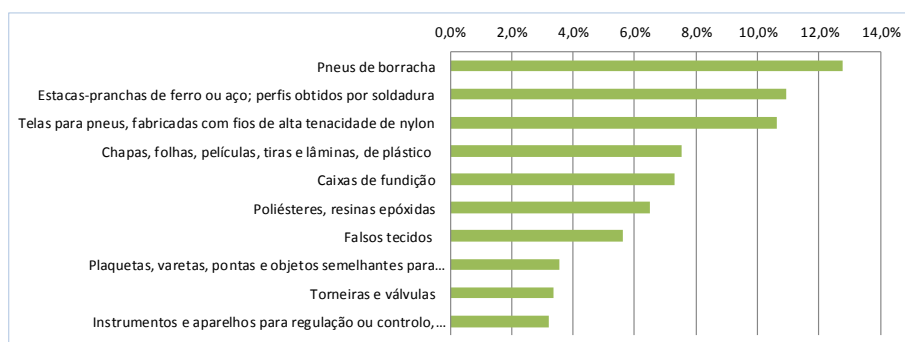


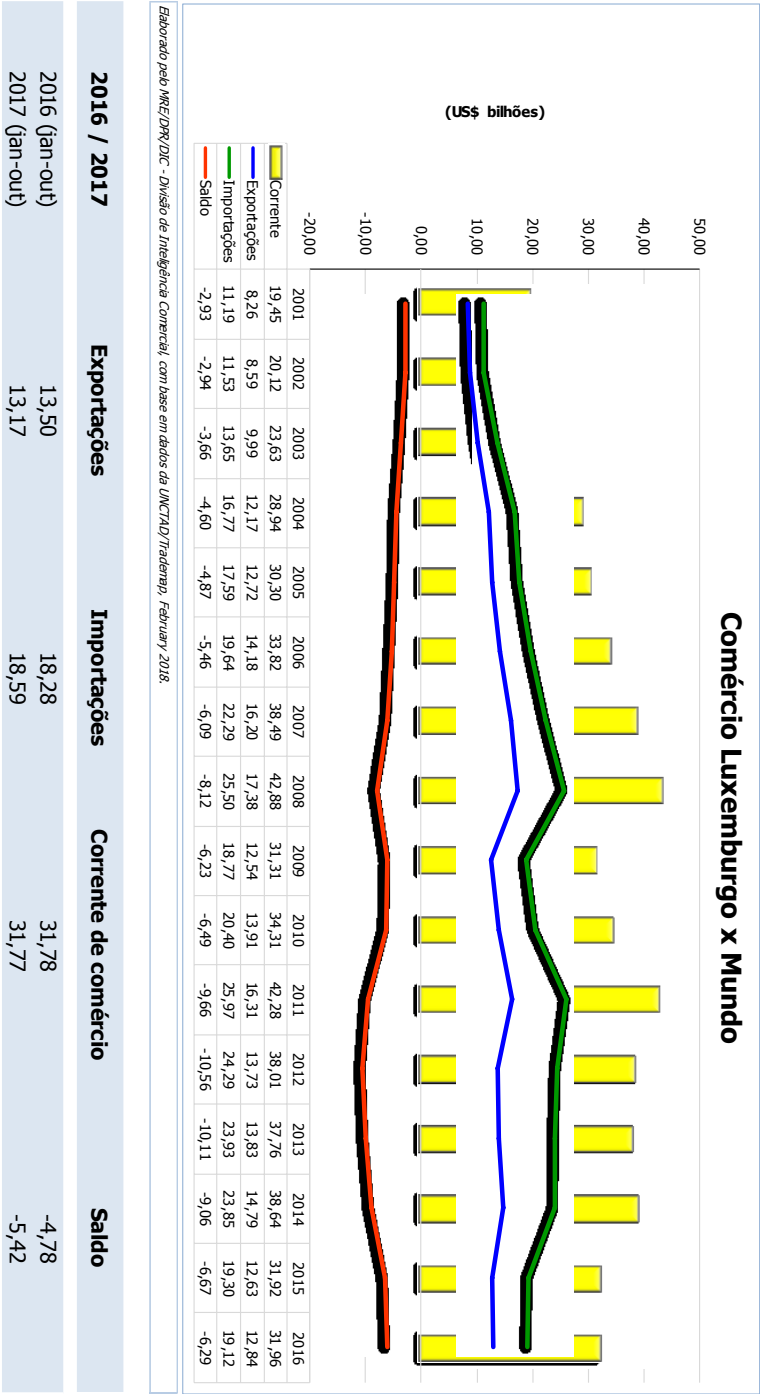
Composição das importações brasileiras originárias de Luxemburgo (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus de borracha	0,96	1,1%	2,93	2,3%	5,23	12,8%
Estacas-pranchas de ferro ou aço; perfis obtidos por soldadura	5,96	6,7%	7,33	5,8%	4,46	10,9%
Telas para pneus, fabricadas com fios de alta tenacidade de nylon	0,21	0,2%	0,39	0,3%	4,34	10,6%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	2,14	2,4%	4,06	3,2%	3,08	7,5%
Caixas de fundição	5,26	5,9%	3,55	2,8%	2,98	7,3%
Poliésteres, resinas epóxicas	1,85	2,1%	1,51	1,2%	2,65	6,5%
Falsos tecidos	2,68	3,0%	1,64	1,3%	2,30	5,6%
Plaquetas, varetas, pontas e objetos semelhantes para ferramentas	1,92	2,2%	1,12	0,9%	1,46	3,6%
Torneiras e válvulas	1,45	1,6%	1,72	1,4%	1,38	3,4%
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	0,76	0,9%	0,81	0,6%	1,32	3,2%
Subtotal	23,19	26,1%	25,06	19,9%	29,20	71,4%
Outros	65,57	73,9%	100,95	80,1%	11,69	28,6%
Total	88,77	100,0%	126,01	100,0%	40,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

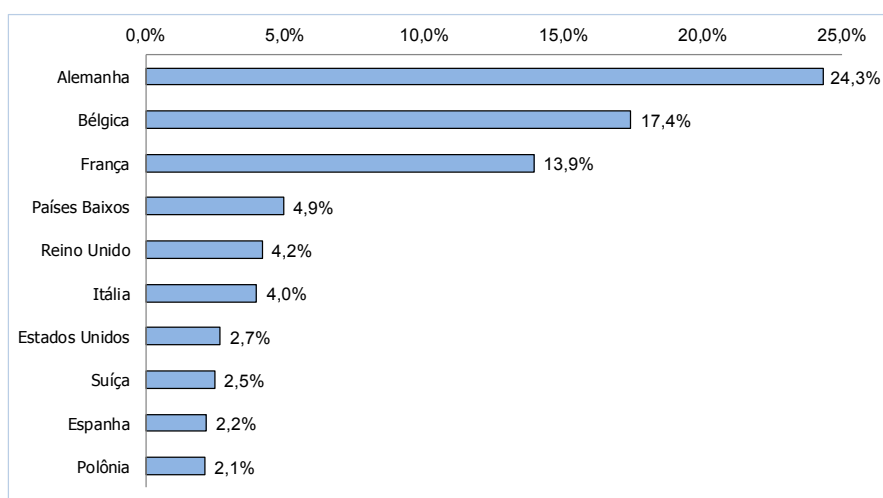




Principais destinos das exportações de Luxemburgo
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Alemanha	3,21	24,3%
Bélgica	2,29	17,4%
França	1,83	13,9%
Países Baixos	0,65	4,9%
Reino Unido	0,55	4,2%
Itália	0,52	4,0%
Estados Unidos	0,35	2,7%
Suíça	0,32	2,5%
Espanha	0,29	2,2%
Polônia	0,28	2,1%
...		
Brasil (26º lugar)	0,04	0,3%
Subtotal	10,34	78,5%
Outros países	2,84	21,5%
Total	13,17	100,0%

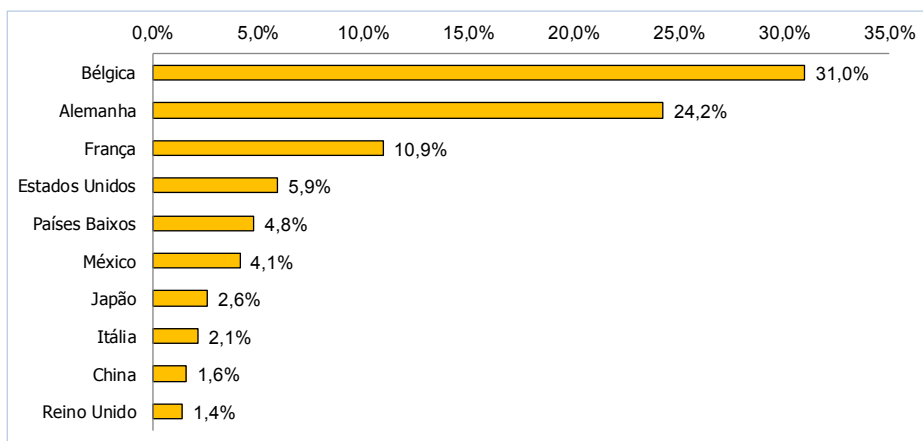
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações de Luxemburgo
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Bélgica	5,76	31,0%
Alemanha	4,51	24,2%
França	2,03	10,9%
Estados Unidos	1,10	5,9%
Países Baixos	0,89	4,8%
México	0,77	4,1%
Japão	0,48	2,6%
Itália	0,40	2,1%
China	0,30	1,6%
Reino Unido	0,26	1,4%
...		
Brasil (27º lugar)	0,02	0,1%
Subtotal	16,52	88,8%
Outros países	2,08	11,2%
Total	18,59	100,0%

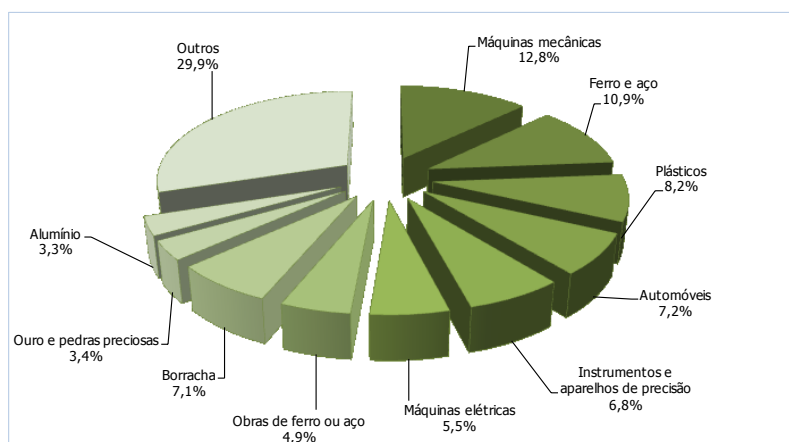
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações de Luxemburgo (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1,69	12,8%
Ferro e aço	1,43	10,9%
Plásticos	1,08	8,2%
Automóveis	0,95	7,2%
Instrumentos e aparelhos de precisão	0,90	6,8%
Máquinas elétricas	0,72	5,5%
Obras de ferro ou aço	0,65	4,9%
Borracha	0,94	7,1%
Ouro e pedras preciosas	0,44	3,4%
Alumínio	0,43	3,3%
Subtotal	9,23	70,1%
Outros	3,94	29,9%
Total	13,17	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

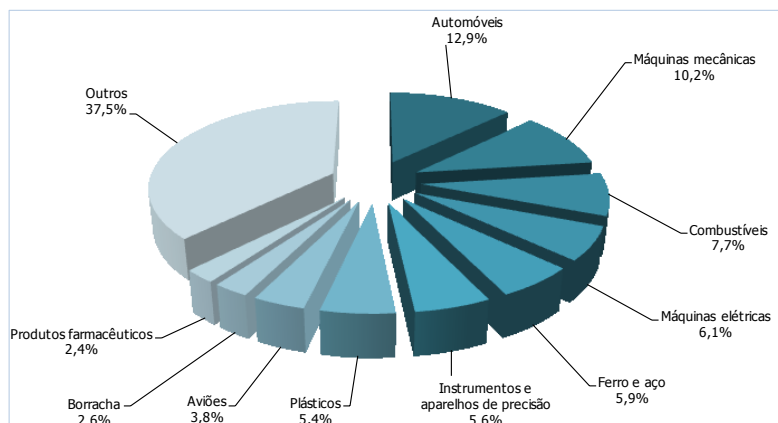


Composição das importações de Luxemburgo (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Automóveis	2,39	12,9%
Máquinas mecânicas	1,89	10,2%
Combustíveis	1,43	7,7%
Máquinas elétricas	1,14	6,1%
Ferro e aço	1,09	5,9%
Instrumentos e aparelhos de precisão	1,04	5,6%
Plásticos	1,00	5,4%
Aviões	0,71	3,8%
Borracha	0,49	2,6%
Produtos farmacêuticos	0,45	2,4%
Subtotal	11,63	62,5%
Outros	6,97	37,5%
Total	18,59	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Luxemburgo

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,18%	3,88%	3,63%	3,26%	3,12%
PIB nominal (US\$ bilhões)	59,98	63,52	68,58	72,37	76,18
PIB nominal "per capita" (US\$)	104.095	107.708	113.627	117.161	120.512
PIB PPP (US\$ bilhões)	60,93	64,39	68,03	71,75	75,54
PIB PPP "per capita" (US\$)	105.741	109.192	112.714	116.152	119.499
População (mil habitantes)	576	590	604	618	632
Desemprego (%)	6,39%	5,88%	5,49%	5,29%	5,15%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,57%	-1,25%	3,73%	0,77%	2,94%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	4,71%	4,67%	4,93%	5,22%	5,27%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,90	0,88	0,85	0,86	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

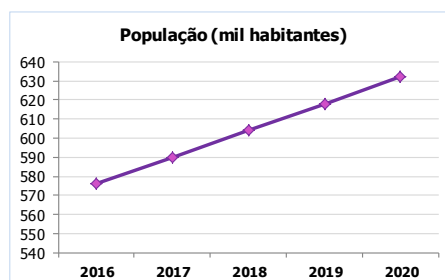
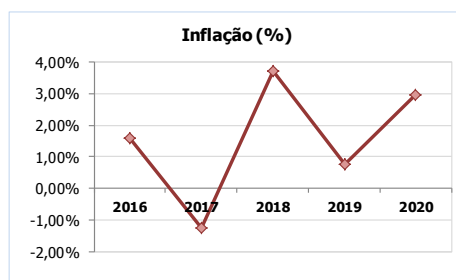
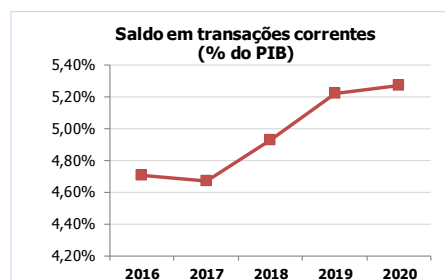
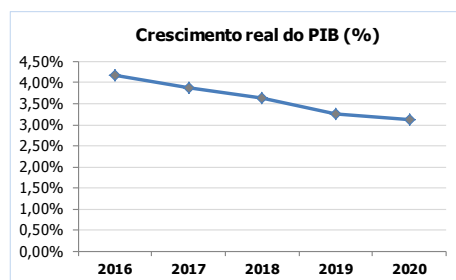
Agricultura	0,2%
Indústria	11,9%
Serviços	87,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



2ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 47, DE 2018

(nº 296/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 296

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Os méritos do Senhor Evandro de Sampaio Didonet que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de maio de 2018.

EM nº 00103/2018 MRE

Brasília, 17 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**

CPF.: 295.482.410-72

ID.: 7743 MRE

1958 Filho de Antonio José Didonet e Maria José Antunes de Sampaio Didonet, nasce em 28 de dezembro, em Santa Maria/RS

Dados Acadêmicos:

1985 CAD - IRBr
 1986 Mestrado em Administração de Empresas pela Webster University/EUA, campus de Viena
 1998 CAE - IRBr, A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do MERCOSUL

Cargos:

1979 CPCD - IRBr
 1980 Terceiro-secretário
 1982 Segundo-secretário
 1988 Primeiro-secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 1999 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2008 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980-84 Divisão de Europa-II, Assessor
 1984-86 Embaixada em Viena, Segundo-Secretário
 1987-89 Embaixada em Pequim, Segundo e Primeiro-Secretário
 1989-92 Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário
 1992 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento
 1992-95 Departamento de Integração Latino-Americana, assessor
 1993 Secretaria-Geral, Assessor
 1995-98 Embaixada em Roma, Conselheiro
 1998-01 Secretaria-Geral, Assessor
 2001-03 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.
 2003-07 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.
 2007-12 Departamento de Negociações Internacionais, Diretor
 2012-16 Embaixada / Missão Permanente junto a Organismos Internacionais em Viena, Embaixador e Representante Permanente
 2016 Missão Permanente junto à OMC e Organismos Econômicos Internacionais em Genebra, Representante Permanente

Chefias de Delegação:

2000 I Reunião de Presidentes da América do Sul, Brasília, coordenador do tema de infra-estrutura
 2006 I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Forum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), Coordenador
 2007 VI Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Assunção, Chefe de Delegação
 2007 VII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Chefe de Delegação
 2007 I Reunião Trilateral MERCOSUL-SACU-Índia, Pretória, Chefe de Delegação
 2007 XI Reunião de Negociação de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Pretória, Chefe de Delegação
 2007 VI Reunião de Consultas MERCOSUL-Coréia, Montevidéu, Chefe de Delegação

2007	VIII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Genebra, Chefe de Delegação
2007	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Montevideu, Chefe de Delegação
2008	IX Reunião de Negociação (final) de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
2008	I Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Cairo, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Altos Funcionários MERCOSUL-ASEAN, Brasília, Chefe de Delegação
2009	I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia, Montevideu, Chefe de Delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	XVII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Canadá, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Egito, San Juan, Argentina, Chefe de Delegação
2010	III Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Palestina, Ramalá, Chefe de Delegação
2010	XVIII Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Brasília, Chefe de Delegação
2010	XIX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Brasília, Chefe de Delegação
2011	XX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
2011	XXI Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Assunção, Chefe de Delegação
2011	XXIII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-EU, Montevideu, Chefe de Delegação
2012	40a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação.
2012	I Assembléia das Partes da Academia Internacional Anticorrupção, Viena, Chefe de Delegação
2013	56a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
2014	23a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
2014	VII Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional, Viena, Chefe de Delegação
2014	II Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento sem Saída para o Mar (LLDCs), Viena, Chefe de Delegação
2014	42a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação
2015	58a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
2015	XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Doha, Chefe de Delegação
2015	24a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
2016	43a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação
2016	59a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, março de 2016, chefe de delegação.
2016	Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas, Nova York, abril de 2016, membro da delegação.
2016	25a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, maio de 2016, chefe de delegação.

Condecorações:

1986	Ordem do Mérito, Áustria, Oficial
1996	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1997	Ordem do Mérito, Itália, Comendador

1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2001	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
2004	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

Publicações:

1993	O Mercosul e o Comércio Hemisférico, in Boletim de Integração Latino-Americana, nº 9, DIN/MRE
1993	Abertura Comercial e o MERCOSUL, in Economia em Perspectiva, Conselho Regional de Economia SP, nº 102, em coautoria com Sérgio de Abreu e Lima Florêncio.
1995	A Abertura Comercial Brasileira, in Boletim de Diplomacia Econômica, nº 19, fevereiro de 1995, SGIE/MRE (co-autoria com Rubens Ricupero)
2011	ASEAN-MERCOSUR Cooperation: The Way Forward, in Brazil & Thailand, Ministry of Foreign Affairs of Thailand, 2011.

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Setentrional

SUIÇA



Maio – 2018
Informação Ostensiva

DADOS BÁSICOS SOBRE A SUÍÇA	
NOME OFICIAL:	Confederação Suíça
GENTÍLICO	Suíço
CAPITAL:	Berna
ÁREA:	41.285 km ²
POPULAÇÃO (2016 ¹):	8,4 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, 63,7%; francês, 20,4%; italiano, 6,5% e romanche, 0,7%.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos, 41,8%; protestantes, 35,3%, nenhuma, 11,1%; muçulmanos, 4,3%
SISTEMA POLÍTICO:	Parlamentarismo com Órgão executivo colegiado (Conselho Federal)
LEGISLATIVO	Bicameral: Conselho Nacional ("Conseil National") e Conselho dos Estados ("Conseil des États").
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente do Conselho Federal, Alain Berset
CHANCELER	Conselheiro Federal Ignazio Cassis (desde nov. 2017)
PIB nominal (2016 FMI)	US\$ 668,85 bilhões
PIB PPP (2016 World Bank)	US\$ 534,90 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2016)	US\$ 79,62 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (2016)	US\$ 63,67 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,3% (2017), 1,5% (2016); 0,8 % (2015)
IDH (2016)	0,939 (2ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	83,1
ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,2% (State Secretariat for Economic Affairs)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Andrea Semadeni
BRASILEIROS NO PAÍS	79.000 (est.)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUÍÇA (US\$ milhões) (MDIC)										
Brasil → Suíça	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018-Abr
Intercâmbio	1.410	1.260	1.746	3.522	3.159	4.481	5.302	4.278	2.766	977
Exportações	412	326	534	1.331	1.107	1.646	2.361	1.921	792	319
Importações	998	934	1.212	2.191	2.052	2.835	2.941	2.357	1.974	658

¹ "Bevölkerungsbestand am Ende des 2. Quartals 2016" - Recent monthly and quarterly figures: provisional data] (XLS) (official statistics). Neuchâtel, Switzerland: Swiss Federal Statistical Office (FSO), Swiss Confederation. 6 October 2016.

Saldo	-586	-608	-678	-860	-945	-1.189	-580	-436	-1.182	-339
--------------	------	------	------	------	------	--------	------	------	--------	------

PERFIL BIOGRÁFICO



Alain Berset
Presidente da Confederação Suíça

Nascido em Friburgo em 9 de abril de 1972. Estudou Ciência Política e Economia na Universidade de Neuchâtel, onde se formou em 1996. Obteve doutorado em 2005. É casado e pai de três filhos. Em 2003, foi eleito para o Conselho de Estado do cantão de Friburgo, do qual foi presidente entre 2008 e 2009. De 2005 até sua eleição para o Conselho Federal, foi vice-presidente do grupo Social-Democrata (SP). Foi membro da Comissão de Finanças, de Assuntos Econômicos e Fiscais, e de Assuntos Jurídicos. Presidiu o Escritório do Conselho, o Comitê de Instituições Políticas e a Delegação à Assembleia Parlamentar da Francofonia. Foi eleito membro do Conselho Federal em dezembro de 2011. Em janeiro de 2012, foi designado chefe do Departamento Federal de Assuntos Internos. Desde 1º de janeiro de 2018, é Presidente da Confederação Suíça, chefe do Conselho Federal.

APRESENTAÇÃO

A Suíça, oficialmente Confederação Suíça, é uma república federal na Europa, composta por 26 cantões e a cidade de Berna, onde se localiza a sede das autoridades federais. O país está situado na Europa Ocidental-Central e faz fronteira com a Itália ao sul, França a oeste, Alemanha ao norte e Áustria e Liechtenstein a leste. É um país sem litoral e é geograficamente dividido entre os Alpes, o Planalto Suíço e a Cordilheira do Jura. Enquanto os Alpes ocupam a maior parte do território, a população suíça, de aproximadamente oito milhões, concentra-se principalmente no Planalto, onde se encontram as principais cidades, entre as quais dois importantes centros econômicos globais: Zurique e Genebra.

A Confederação Suíça foi fundada em 1291 como uma aliança defensiva entre três cantões (Uri, Schwyz e Unterwalden). Nos anos seguintes, outras localidades se juntaram aos três originais. A união destes três cantões foi denominada *Waldstätte* e permaneceu sob a proteção do Sacro Império Romano-Germânico. O país garantiu a independência em relação ao Sacro Império Romano em 1499 e apenas foi formalmente reconhecida na Paz da Vestefália, em 1648.

A Suíça tem história de neutralidade armada desde a Reforma Protestante e não se encontra em estado de guerra internacional desde 1815. É o berço da Cruz Vermelha e abriga inúmeras organizações internacionais, incluindo o segundo maior escritório das Nações Unidas. É membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), mas não faz parte da União Europeia, do Espaço Econômico Europeu ou da Zona Euro. Participa, contudo, do Espaço Schengen e do mercado único europeu, por meio de tratados bilaterais. Como corolário da política de neutralidade, o país só se tornou oficialmente membro das Nações Unidas em 2002.

Abrangendo a intersecção da Europa germânica e românica, a Suíça compreende quatro principais regiões linguísticas e culturais: alemã, francesa, italiana e romanche (língua reto-românica). Embora a maioria da população seja de língua alemã, a identidade nacional suíça está enraizada em um fundo histórico comum, em valores compartilhados, como o federalismo e a democracia direta, e no simbolismo alpino.

A Suíça é um dos países mais desenvolvidos do mundo, com elevada renda nominal e o oitavo maior PIB per capita. A Suíça classifica-se no topo ou perto do topo em várias métricas de desempenho nacional, incluindo transparência do governo, liberdades civis e qualidade de vida.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais atravessam momento positivo. O relacionamento tem se adensado nos últimos anos, com o estabelecimento de diálogos periódicos nos temas de interesse mútuo. No plano político e no plano econômico, Brasil e Suíça mantêm consultas bilaterais de alto nível, com periodicidade anual, realizadas, alternadamente, em Berna e em Brasília. Há, ainda, espaço para ampliar o diálogo, especialmente nas áreas de direitos humanos, combate à corrupção e cooperação técnica.

Além de valores e interesses comuns, a decisão suíça em ter o Brasil – bem como os outros membros do BRICS – como parceiro estratégico contribui para o diálogo entre os dois países. Em agosto de 2008, foi assinado o “Memorando de Entendimento para estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica”, por ocasião da visita ao Brasil da então Ministra dos Negócios Estrangeiros, Micheline Calmy-Rey. O Mecanismo de Consultas Políticas, criado a partir do Memorando, deu origem a encontros anuais regulares, desde junho de 2010, e ao aprofundamento do diálogo político entre altas autoridades das chancelarias dos dois países.

O Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros da Confederação Suíça (DFAE) vislumbra o Brasil como ator global de primeira importância e reafirmou o papel do país como principal parceiro comercial suíço na América Latina e importante parceiro em diversas frentes de cooperação. Nesse sentido, tem-se destacado a cooperação bilateral em áreas como ciência e tecnologia, educação, saúde, energia e meio ambiente; e existe a perspectiva de cooperação futura em setores como a nanotecnologia e tecnologias da informação e das comunicações.

No contexto dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, recebemos visitas do então presidente da Confederação, Johann Schneider-Ammann (encontrou-se com o senhor ministro das Relações Exteriores), e dos ministros responsáveis pelas pastas de esportes (Guy Parmelin) e temas sociais (Alain Berset). Em novembro passado, o então secretário de Estado para Assuntos Financeiros Internacionais, Jörg Gasser, encontrou-se, em Brasília, com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

No contexto das negociações Mercosul-ETFA, o chefe do Departamento Federal de Economia, da Formação e da Pesquisa, Schneider-Ammann, liderou missão governamental-empresarial a Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, no final de abril e no início de maio de 2018. A viagem constitui esforço do governo e de setores privados da Confederação Suíça em prol das negociações do acordo de livre

comércio entre o bloco sul-americano e os quatro países da Associação Europeia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

Os governos brasileiro e suíço assinaram, em 3 de maio de 2018, acordo para evitar a dupla tributação, com vistas a ampliar os fluxos de investimentos bilaterais. O acordo foi assinado pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e ainda precisa de aprovação do Congresso Nacional para entrar em vigor.

Brasil e Suíça são parceiros estratégicos desde 2008.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Suíça é estimada em cerca de 79 mil pessoas, incluindo 15.335 eleitores aptos. Há Consulados-Gerais do Brasil em Genebra e em Zurique.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos suíços. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição suíça de 1848 estabeleceu um governo colegiado. O Conselho Federal (Poder Executivo) é integrado por sete Conselheiros Federais (Ministros), cada um responsável por um Departamento Federal (ministério): (1) Negócios Estrangeiros, (2) Interior, (3) Meio Ambiente, Transporte, Energia e Comunicações, (4) Defesa, Segurança e Esporte, (5) Justiça e Polícia, (6) Finanças) e (7) Economia.

O Poder Legislativo é formado por um parlamento bicameral: Conselho dos Estados (senadores) e Conselho Nacional (deputados). As duas casas formam a Assembleia Federal.

Os Conselheiros Federais são eleitos pela Assembleia Federal para um período de quatro anos. O presidente e o vice-presidente do Conselho Federal são eleitos, também pela Assembleia, entre os sete Conselheiros Federais. Exercem mandato por um ano, em regime de rotação. Sendo, basicamente, apenas um *primus inter pares*, o presidente dirige as sessões do Conselho Federal e exerce certas funções de representação. O presidente pode, no entanto, cumprir papel mais influente ou decisivo na condução dos assuntos de governo do que aquele que se esperaria, considerando-se unicamente suas atribuições constitucionais. O atual presidente é Alain Berset, do Partido Social-Democrata (SP).

Das reuniões do Conselho Federal participa também o chanceler Federal, conhecido como “oitavo” integrante do órgão, mas sem o mesmo status político dos ministros. Trata-se de uma função equivalente a chefe de gabinete ou “chefe de estado-maior” do Conselho Federal. Tem funções administrativas (coordenação, organização de reuniões, publicação de atos etc). O chanceler Federal é eleito também pela Assembleia.

O Conselho dos Estados é composto de 46 membros (Conselheiros de Estados), eleitos pelo voto majoritário de cada cantão ou semicantão (dois por cantão e um por semicantão). O Conselho Nacional é composto de duzentos membros (Conselheiros Nacionais), eleitos pelo voto proporcional de cada cantão ou semicantão, sendo o número de representantes em cada cantão proporcional à sua população. Os Conselheiros de Estado e os Conselheiros Nacionais são eleitos por quatro anos. As últimas eleições ocorreram em outubro de 2011 e foram vencidas pelo Partido do Povo Suíço, com 26,6% dos votos. Em segundo lugar, ficou o Partido Social-Democrata, com 18,7% e, em terceiro, os Liberais, com 15,1%.

Os parlamentares exercem seu mandato paralelamente à manutenção da sua profissão, segundo um sistema igualmente aplicado aos efetivos das Forças Armadas (exceção feita aos Comandantes de grandes unidades). Ou seja, não há nem parlamento permanente nem Forças Armadas profissionais.

O Poder Judiciário é exercido pelo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Seguros e pela Corte Administrativa Federal. Na cúpula do Poder Judiciário está o Tribunal Federal, sediado em Lausanne, composto de 30 juízes e 15 suplentes eleitos pela Assembleia Federal, com mandato de seis anos. O Tribunal Federal tem por atribuição precípua a administração da justiça em matéria federal e decide *inter alia* os diferendos de direito civil entre a Confederação e os cantões, entre a Confederação e particulares e entre os cantões; os diferendos de direito público entre os cantões; os conflitos de competência entre as autoridades federais e cantonais; as reclamações sobre a violação de direitos constitucionais; e, finalmente, causas em que o objeto do litígio atinja grau de importância reconhecido pela legislação federal. O Tribunal Federal dos Seguros, sediado em Lucerna, composto de 11 juízes eleitos pela Assembleia Federal, também com mandato de seis anos, é uma divisão especial do Tribunal Federal e decide em última instância as causas referentes a seguros sociais públicos, aposentadorias, pensões e tudo mais que diz respeito ao sistema previdenciário.

A política interna das últimas décadas repousa na busca de um consenso nacional, por meio de um compromisso longamente amadurecido: cada lei é resultado

de um processo de consulta aos cantões e a todos os principais interessados. Isso não impede, porém, que grande número de leis, de importância relativa em muitos casos, passem pelo crivo de um referendo. A Suíça mantém a tradição de democracia direta. Para qualquer alteração na Constituição, um referendo é obrigatório; para qualquer alteração de leis, um referendo é opcional. Ademais, os cidadãos suíços podem apresentar iniciativas populares constitucionais para introduzir emendas à Constituição Federal.

No período recente, o Partido Popular Suíço (SVP), tradicionalmente o sócio minoritário do governo de coalizão de quatro partidos mais que dobrou sua participação votante - de 11%, em 1987, para 22,5%, em 1999, subindo para 28,9% em 2007, superando assim os demais três parceiros de coalizão. Essa mudança nas ações com direito a voto colocou pressão sobre os termos do acordo de disputa de poder dos quatro partidos da coalizão. De 1959 até 2004, o gabinete de sete lugares compreendia dois democratas livres, dois democratas cristãos, dois sociais democratas e um do SVP. Em 2004, entretanto, o SVP ocupou uma das cadeiras dos democratas cristãos. Em 2008, o Partido Democrata Conservador separou-se do SVP, levando consigo os dois assentos do Conselho Federal. No entanto, o SVP eventualmente retomou os dois lugares, em 2009 e 2015, respectivamente. As próximas eleições federais estão previstas para ser realizadas em 2019.

POLÍTICA EXTERNA

A estabilidade regional na Europa é um dos principais interesses da política externa suíça. Nesse sentido, a Confederação tem-se empenhado na busca da superação da crise de segurança europeia entre a Rússia e o Ocidente e na promoção da cooperação em segurança na região da OSCE.

Ressalta-se, ademais, entre as prioridades da ação externa suíça em 2017, os esforços para "normalizar" as relações com a UE. O Conselho Federal continuou comprometido com o objetivo de procurar solução que garanta, ao mesmo tempo, acesso ao mercado único europeu e segurança jurídica e seja igualmente sustentável na política interna e externa.

A vertente global da política externa da Suíça está se tornando um complemento cada vez mais importante à sua tradicional e essencial política europeia. A Ásia emergiu como um ponto focal, e as relações com a China e a Índia foram consolidadas em 2017, ano em que contaram com visitas de autoridades estaduais e presidenciais.

Membro das Nações Unidas desde 2002, a Suíça é favorável à reforma de sua estrutura, particularmente do Conselho de Segurança (CSNU). Para a Suíça, a reforma dos métodos de trabalho e a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas devem, idealmente, caminhar juntas, sem o que a reforma estará “incompleta”. Opõe-se à extensão do direito de veto aos novos membros permanentes de um eventual Conselho de Segurança ampliado e insiste em que a reforma do CSNU deve pautar-se por “critérios objetivos”, tais como o tamanho da população dos países candidatos e sua contribuição financeira ao sistema das Nações Unidas.

Além disso, o aporte suíço à prevenção de conflitos manteve papel proeminente. A Suíça participa de iniciativas globais de paz e segurança, em Moçambique e na Colômbia, assim como nas conversações de paz na Síria e em Chipre, realizadas em território suíço. A nomeação do embaixador Thomas Greminger como Secretário Geral da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em julho de 2017, ilustra a característica do país como “construtor de pontes” em um mundo crescentemente polarizado.

Por fim, o foco da cooperação para o desenvolvimento está assegurado no programa de Cooperação Internacional da Suíça 2017–2020, que pretende contribuir para a redução de causas do deslocamento forçado e da migração.

A Suíça desfruta de longa tradição como centro internacional de acolhida. Desde o século XVI, refugiados religiosos e perseguidos políticos encontravam em Genebra porto seguro. Aliada a essa tradição, o caráter de “território neutro” tornou o país a escolha natural para organizações intergovernamentais dedicadas às mais variadas finalidades. Genebra foi sede da antiga Liga das Nações e abriga hoje a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do GATT. Atualmente, o país hospeda 24 organizações internacionais de caráter intergovernamental, das quais 21 se situam em Genebra. Oito dessas organizações são parte do sistema das Nações Unidas, entre as quais a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Mundial de Migrações e a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), assim como órgãos da ONU, como o Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissário para Refugiados. Em Berna, encontram-se sediadas a União Postal Universal e a Organização Intergovernamental para Transportes Ferroviários (OTIF). Várias outras organizações não estatais, associações e ONGs têm igualmente sede no país, entre as quais se destacam a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Suíça encontra-se no topo superior da lista de maiores economias do mundo, com um Produto Interno Bruto que a coloca na 19ª posição. A colocação é ainda mais significativa, ao se considerar seu território reduzido (pouco menor que o Estado do Rio de Janeiro) e sua população relativamente pouco numerosa (8,4 milhões de habitantes).

Desde janeiro de 2015, o Banco Central helvético vem mantendo em -0,75%, ao ano, a taxa remuneratória dos depósitos à vista em sua carteira, com uma margem de flutuação, para empréstimos interbancários (Libor), fixada entre -1,25% e -0,25%, nos próximos três meses. Naquela oportunidade, a decisão de implementar taxas de juros negativas teve por objetivo reduzir o elevado fluxo de euros que vinha ingressando no país desde a eclosão da crise monetária da Grécia. Durante o ano de 2016, a Suíça registrou deflação de -0,4%.

Na economia suíça, o setor de bens e serviços é altamente eficiente e detém vantagens comparativas substanciais em termos globais. De maneira pragmática, a Suíça tem multiplicado ações em sua política econômico-comercial externa, com vistas a estimular a interação em comércio exterior nesses setores. Nesse sentido, o governo tem buscado, no plano bilateral, negociar e assinar acordos de livre comércio – como o assinado em 2013 com a China – que privilegiem a flexibilização do intercâmbio comercial nesses segmentos e o que atualmente negocia com o Mercosul. No plano multilateral, e especialmente na OMC, a Suíça tem pautado suas ações pelo interesse prioritário nos temas diretamente relacionados à implantação de mecanismos que privilegiam a liberalização do comércio internacional de bens de alto valor agregado e de serviços.

O mercado agrícola suíço, no entanto, obedece a outra lógica. O PIB desse setor corresponde a apenas 0,7% do PIB suíço, e o mercado produtor é pouco competitivo em razão dos altos custos locais dos fatores de produção. A Suíça encontra-se dentre os países com menor grau de abertura do mercado agrícola.

A melhoria nas economias do Euro no período recente contribui para cenário benigno para a economia suíça em 2017. Em 2016, o crescimento havia desacelerado, e o ano terminara com contração de 0,1% no quarto trimestre. O ano de 2017 registrou a economia suíça progressivamente ganhando força. No terceiro trimestre, a taxa de crescimento em relação ao trimestre anterior atingiu o maior ritmo desde o quarto trimestre de 2014.

As contribuições para o bom resultado foram variadas, provenientes de consumo, gastos com investimentos e exportações líquidas. O país tirou, ademais, proveito de uma moeda que se desvalorizou em quase 6% desde o início de 2017, bem como das condições mais favoráveis da economia mundial, particularmente da área do Euro, que é o destino de 50% de suas exportações. Atrás das exportações, o

investimento fixo deverá ser o segundo componente de crescimento mais rápido do PIB, graças à promissora rentabilidade das empresas, que permite o autofinanciamento das despesas de capital e os investimentos na melhoria da competitividade.

Em 2017, a Suíça deixou a deflação para trás, com um aumento do índice de preços ao consumidor de -0,4% em 2016 para 0,5% no ano anterior. Para tanto, contribuíram o aumento dos preços do petróleo, o enfraquecimento do franco suíço e níveis mais elevados de utilização da capacidade da economia. A inflação deve continuar lenta trajetória de crescimento, sem preocupar, em 2018 e 2019, para 0,6% e 0,9%, respectivamente.

Em suma, estima-se que o PIB real deverá aumentar 1,8% em 2018 e continuar a crescer a um ritmo saudável em 2019, embora ligeiramente menor, uma vez que se espera que a economia mundial e, em particular, as economias do Euro, permaneçam em trajetória de crescimento sustentável. A política do Banco Nacional da Suíça (BNS) permanecerá dependente do ritmo de normalização da política seguida pelo Banco Central Europeu (BCE), que poderá encerrar seu programa de compra de ativos em setembro do corrente ano. As perspectivas econômicas de 2018 para a Suíça são, portanto, promissoras. O crescimento do PIB real deverá ser maior do que em 2017, elevando-se para cerca de 1,8% em 2018, antes de desacelerar ligeiramente em 2019.

Comércio Exterior da Suíça

Em 2017, o comércio exterior helvético voltou a acelerar em relação ao ano anterior. As exportações aumentaram 4,7% para alcançar um novo recorde. As importações cresceram 6,9%, registrando a maior taxa de crescimento desde 2010. Além da melhora da situação econômica mundial, o enfraquecimento do franco suíço e a tendência dos preços tiveram um papel decisivo em ambos os sentidos de comércio. Com superávit de CHF 34,8 bilhões, a balança comercial encerrou o ano 6% (ou CHF 2,1 bilhões) ligeiramente menor do que no ano anterior. As exportações alcançaram CHF 220,4 bilhões. No mesmo período, as importações somaram CHF 185,6 bilhões. O superávit comercial em 2017 somou CHF 34,8 bilhões. Os principais parceiros comerciais da Suíça, em 2017, foram Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, China e Reino Unido.

No que tange à política econômico-comercial externa, com exceção da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a Suíça mantém-se à margem de processos integrativos de cunho regional. Sob esse prisma, não obstante ter na União Europeia seu principal parceiro (com especial destaque para a interação com a Alemanha, Itália e França), tem uma opção preferencial em sua política econômico-comercial externa.

Comércio exterior bilateral

O Brasil é o principal parceiro comercial da Suíça na América Latina, sendo o 19º maior parceiro comercial do país europeu. A Suíça, por sua vez, tornou-se o 25º parceiro econômico mais importante do Brasil em 2013, um ganho de oito posições em relação ao ano anterior, com aumento significativo das exportações brasileiras para o mercado suíço e redução importante no déficit brasileiro com o país. Em 2017, entretanto, as exportações brasileiras para o mercado suíço apresentaram queda substancial e passaram a corresponder ao 42º mercado. No campo das importações, a Confederação Suíça manteve a colocação de 18ª origem das compras globais brasileiras.

A Suíça demonstra, ainda, de modo ativo e pragmático, interesse e confiança nas perspectivas de desenvolvimento econômico brasileiro: por intermédio de seus consulados no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde mantém unidades da Câmara de Comércio Suíço-Brasileira (SwissCam) e do "Switzerland Global Enterprise (S-GE)", promove continuamente a divulgação de oportunidades de negócios e investimentos.

O mesmo espírito de cooperação em domínios práticos se verifica no fato de que o Brasil é um dos quatro países do mundo onde a Confederação mantém unidades da "Swissnex", agência de promoção de iniciativas em matéria de ciência, tecnologia, inovação e arte (os outros três países são os Estados Unidos, Índia e China). Ainda nessa área, o Centro Suíço de Eletrônica e Microtécnica, baseado na cidade de Neuchâtel, conta com uma unidade de desenvolvimento de pesquisas em Belo Horizonte (CSEM Brasil).

Investimentos

Há presença de importantes empresas brasileiras na Suíça (Vale, Suzano, Safra Sarrasin), e de grandes empresas suíças no Brasil (Nestlé, Roche, Novartis). A longevidade de suas empresas no país demonstra o comprometimento da Suíça com o mercado brasileiro. Sobre a presença brasileira na Suíça, saliente-se que empresas nacionais de grande porte estabeleceram sucursais no território suíço, motivadas, entre outras razões, por vantagens fiscais comparativas, proporcionadas pelo país como um todo e por alguns cantões em particular.

Cerca de 350 empresas suíças mantêm operações no Brasil. Algumas delas estão presentes no país há mais de 100 anos, como é o caso da Nestlé. O perfil dos investimentos suíços no Brasil ainda apresenta alta concentração na produção de bens de baixo valor agregado. Embora a Suíça seja um dos maiores centros de inovação tecnológica do mundo, a maior parte dos investimentos helvéticos no Brasil é dirigida para a produção de bens de consumo imediato; como Nestlé (alimentos), Holcim (cimento), Syngenta Proteção de Cultivos (defensivos agrícolas), ou de

medicamentos acabados, sem transferência de tecnologia; como Novartis (fármaco-químico), Clariant (químico), Roche (fármaco-químico). São substancialmente menos expressivos os investimentos suíços dirigidos à produção de bens de alto valor tecnológico, representados pela ABB (energia e automação), Sulzer Brasil (centrífugas) e Atlas Schindler (elevadores e escadas rolantes).

O setor econômico suíço mantém forte interesse em novos investimentos no Brasil e em estabelecer parcerias e em atrair inversões brasileiras para a Suíça. Esse interesse é corroborado por importante estrutura de apoio suíça no Brasil, a exemplo do escritório paulista da "Switzerland Global Enterprise" e da "Swissnex-Brasil" (posto avançado de ciência e tecnologia que visa interligar a Suíça com *hubs* inovadores), sediada no Rio de Janeiro, bem como a presença, em Belo Horizonte, de uma das duas únicas sucursais internacionais do Centro Suíço de Eletrônica e Microtécnica (CSEM). A presença dessas instituições indica confiança no potencial inovador da sociedade brasileira.

Estima-se haver interesse dos investidores suíços nas concessões brasileiras inseridas no Projeto Crescer. O empresariado helvético já conquistou, por meio da operadora do aeroporto de Zurique, Zurich Airport AG, a concessão do aeroporto de Confins, em Minas Gerais, no qual tem participação de 24% no consórcio operador, e, em março último, a concessão do aeroporto de Florianópolis.

Dados de investimentos

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimentos diretos suíços no Brasil somou, em 2014, US\$ 14,8 bilhões. As estatísticas brasileiras posicionam a Suíça como a 11º maior investidora estrangeira no Brasil, e a 8º maior entre países europeus. O estoque de investimentos diretos suíços no Brasil concentra-se nos setores de "Indústrias de Transformação" (US\$ 5,9 bilhões), de "Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados" (US\$ 4,7 bilhões) e de "Construção" (US\$ 1,2 bilhão).

Segundo os dados suíços, o Brasil representa o mais importante destino de investimentos diretos do país europeu na América Latina e Caribe, tendo recebido, em 2015, US\$ 1,1 bilhão em investimentos diretos (49% dos investimentos totais da Suíça na região). No Brasil, as empresas suíças empregam mais de 131 mil trabalhadores.

Os ingressos de investimentos brasileiros na Suíça, em 2016, somaram US\$ 134 milhões, sendo o país europeu o 13º principal destino dos fluxos de inversões

brasileiras naquele ano. Em 2015, segundo o BCB, o estoque de investimentos brasileiros na Suíça era de US\$ 311 milhões, concentrando-se principalmente na modalidade empréstimos intercompanhia.

Tabela 2: Investimentos Diretos Suíça-Brasil (em US\$ milhões)

	Estoque²			Fluxo					
	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (jan-mar)
Origem: Suíça	14.333 (12°)	14.875 (11°)	n.d.	4.333	2.333 (6°)	2.333 (6°)	1.126 (11°)	965 (12°)	329 (9°)
Origem: Brasil	343 (27°)	338 (28°)	311 (29°)	167	349 (11°)	349 (11°)	157 (10°)	134 (13°)	24 (10°)

Dados do Banco Central do Brasil

* n.d. – Os últimos dados de estoque de IED no Brasil publicados pelo BCB são os de 2014.

² **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1648 - Países europeus reconhecem a independência helvética e sua neutralidade
- 1798 - Exércitos da Revolução Francesa conquistam a Suíça
- 1798 - Proclamação da República Helvética em 12 de abril
- 1815 - Congresso de Viena restabelece a independência do país
- 1848 - Suíça adota uma Constituição Federal, que sofre extensas emendas em 1874 e 1999
- 1914 - I Guerra Mundial. Neutralidade suíça
- 1933 - “*Spiritual Defense*”. Defesa da independência e da democracia contra os nazistas
- 1939 - II Guerra Mundial. Neutralidade suíça
- 1945 - Início do período de prosperidade: estabilidade política e progresso econômico
- 1971 - Introdução do direito de voto às mulheres
- 1982 - Plebiscito rejeita o fim do sigilo bancário
- 1992 - O ingresso no Espaço Econômico Europeu (EEE) é rejeitado em referendo popular
- 1999 - Atual Constituição Federal
- 2002 - Suíça torna-se membro integrante das Nações Unidas
- 2005 - Referendo aprova facilidades de livre-circulação de mão-de-obra a cidadãos da UE
- 2014 - Proposta do partido UDC, a qual prevê a imposição de quotas de imigração mais restritas, é aprovada em referendo popular, em fevereiro
- 2014 - Simonetta Sommaruga é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2015.
- 2015 - Joahann Schneider-Ammann é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2016.
- 2015 - Realizadas eleições para a câmara baixa e para o senado, com vitória do Partido do Povo Suíço.
- 2016 - Doris Leuthard é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2017.
- 2016 - Os eleitores suíços rejeitam, em referendo, proposta de renda mínima para todos os residentes.
- 2017 - O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, realiza visita oficial a Berna.
- 2017 - Alain Berset é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2018.
- 2017 - Ignazio Cassis é nomeado chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (cargo equivalente ao de Ministro de Estado, no Brasil)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1818 – D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.
- 1819 – Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.
- 1820 – Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na “vila de Nova Friburgo”.
- 1826 – Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).
- 1855 – Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.
- 1856 – Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).
- 1880 – Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.
- 1890 – Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d’Andrada.
- 1907 – Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.
- 1920 – Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.
- 1958 – Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.
- 1959 – Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.
- 1994 – Visita ao Brasil do Conselheiro Federal Jean Pascal Delamuraz, Chefe do Departamento Federal de Economia
- 1997 – Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti.
- 1998 – Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2006 – Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).
- 2007 – Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.
- 2007 – Visita a Berna do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

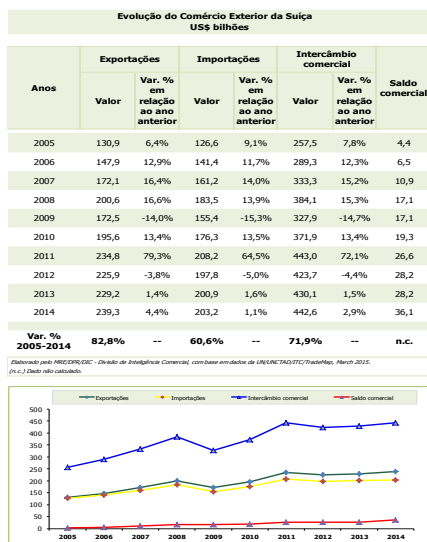
- 2008 – Visita ao Brasil da Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey.
- 2009 – Visita oficial do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a Berna (setembro).
- 2009 – Visita oficial à Suíça do Ministro da Justiça, Tarso Genro (novembro).
- 2010 – 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Berna (junho).
- 2010 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Didier Burkhalter, Chefe do Departamento Federal do Interior (agosto).
- 2011 – Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, com a Presidente da Confederação suíça, Micheline Calmy-Rey, em Davos (janeiro).
- 2011 – 2ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Brasília (junho).
- 2011 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann, Chefe do Departamento Federal de Economia (outubro).
- 2012 – 3ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Yves Rossier, em Friburgo (novembro).
- 2013 – Visita da Conselheira Federal Doris Leuthard (novembro).
- 2013 – 4ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
- 2014 – Visita do Conselheiro Federal Schneider Ammann.
- 2015 – 5ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
- 2015 – Assinatura do Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e das Notas para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns
- 2016 – 6ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
- 2016 – O Presidente da Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann realiza viagem ao Brasil.
- 2016 – O Embaixador José Borges dos Santos Junior apresenta Cartas Credenciais ao Presidente do Conselho Federal Suíço, Johann N. Schneider-Ammann
- 2017 – 7ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
- 2017 – O Embaixador Andrea Semadeni apresenta Cartas Credenciais ao Presidente da República, Michel Temer.
- 2018 – O Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann realiza visita ao Brasil acompanhado de expressiva delegação de empresários suíços,
- 2018 – Assinatura do Acordo para Evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e a Suíça.

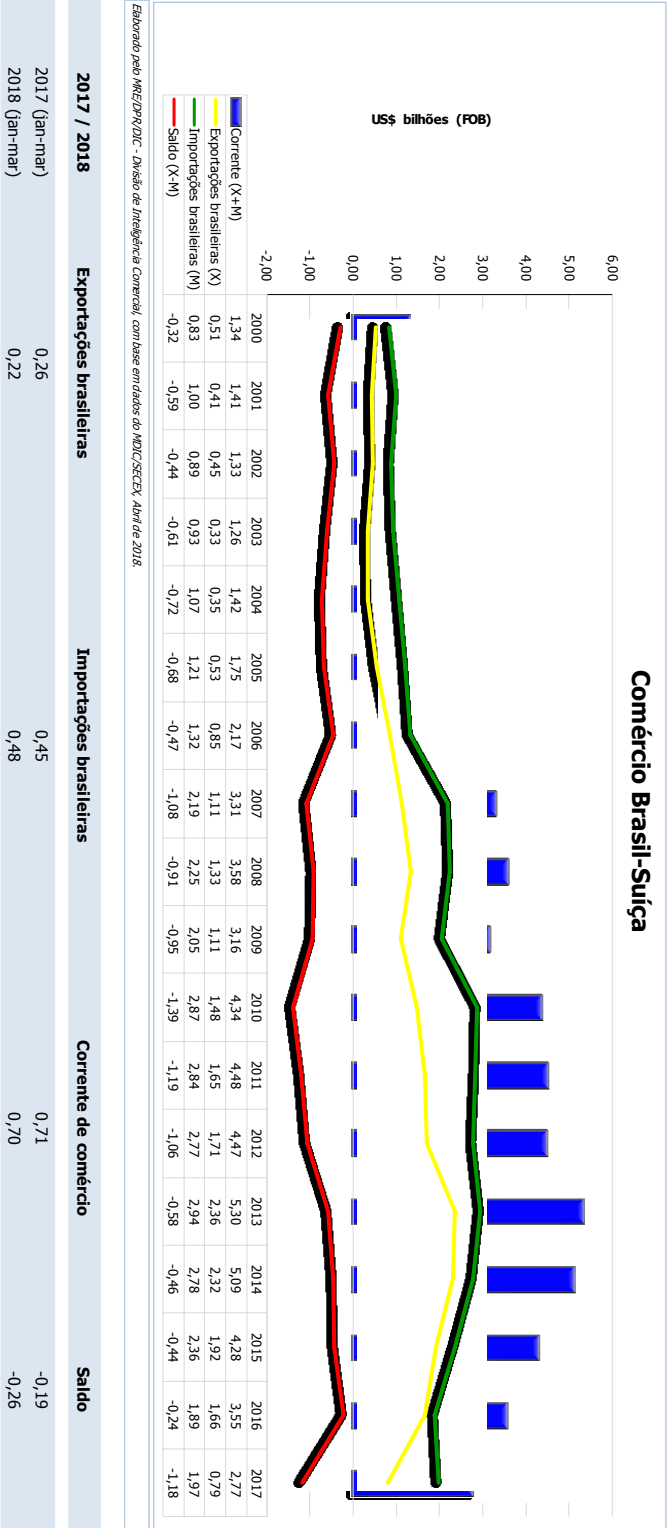
ACORDOS BILATERAIS

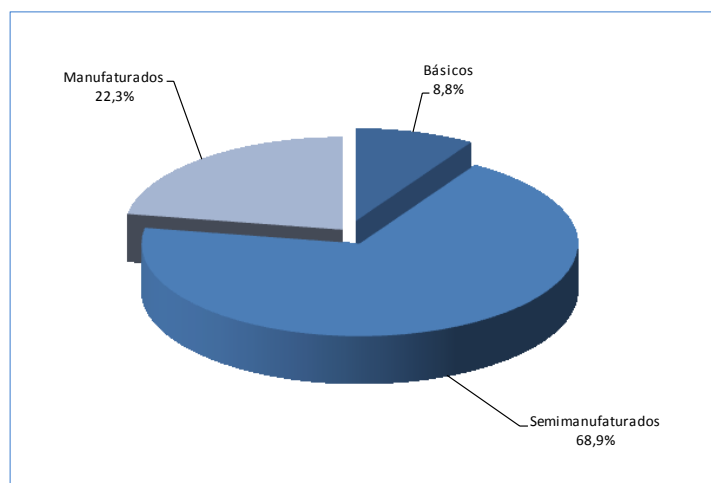
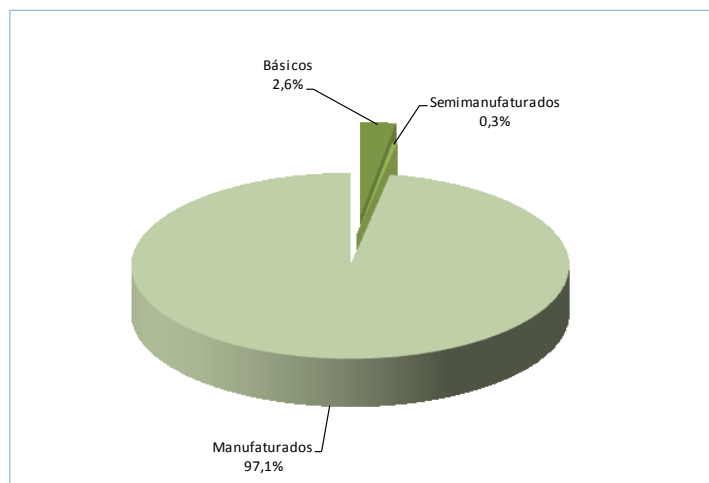
Título	Data de celebração	Vigência
Tratado para a Solução Judicial das Controvérsias	23/06/1924	Em vigor
Tratado de Extradicação	23/07/1932	Em vigor
Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima	22/06/1956	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	26/04/1968	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	16/05/1968	Em vigor
Acordo para a Dispensa da Legalização Consular	14/10/1970	Em vigor
Convênio sobre Radioamadorismo	30/06/1971	Em vigor
Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968	18/04/1972	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR)	19/06/1972	Em vigor
Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967	01/12/1972	Em vigor
Ajuste Modificativo de Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	23/01/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 26/04/1968, que Regulamenta o Projeto de Cooperação entre a (CARITAS) e Fundação Bahiana	26/05/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26/04/1968, sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto Ingenbohl e o Senai-BA.	05/08/1975	Em vigor
Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo a do Acordo	27/07/1978	Em vigor

sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968		
Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968	12/02/1981	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968, para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro	27/04/1984	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal	12/05/2004	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes	15/06/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço relativo ao Intercâmbio de Treinandos	13/10/2011	Tramitação CC
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares	08/07/2013	Tramitação MRE
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	03/04/2014	Tramitação MRE
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais Regulares em Matéria de Direitos Humanos	09/06/2017	Em vigor
Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	03/05/2018	Tramitação MRE
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais.	03/05/2018	Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS





**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

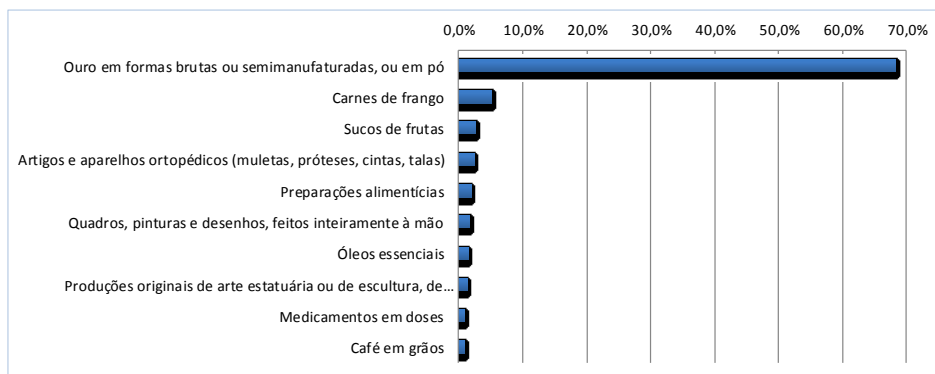
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Suíça (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	618	32,2%	595	35,9%	541	68,3%
Carnes de frango	41	2,1%	33	2,0%	40	5,0%
Sucos de frutas	14	0,7%	23	1,4%	20	2,6%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	16	0,8%	13	12,1%	19	2,4%
Preparações alimentícias	13	0,7%	12	0,7%	15	1,9%
Quadros, pinturas e desenhos, feitos inteiramente à mão	5	0,3%	10	0,6%	13	1,6%
Óleos essenciais	3	0,2%	5	0,3%	12	1,5%
Produções originais de arte estatutuária ou de escultura, de quaisquer matérias	2	0,1%	7	0,4%	10	1,3%
Medicamentos em doses	6	0,3%	5	0,3%	8	1,0%
Café em grãos	5	0,2%	5	0,3%	8	1,0%
Subtotal	724	37,7%	710	42,9%	686	86,6%
Outros	1.198	62,3%	947	57,1%	106	13,4%
Total	1.922	100,0%	1.657	100,0%	792	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

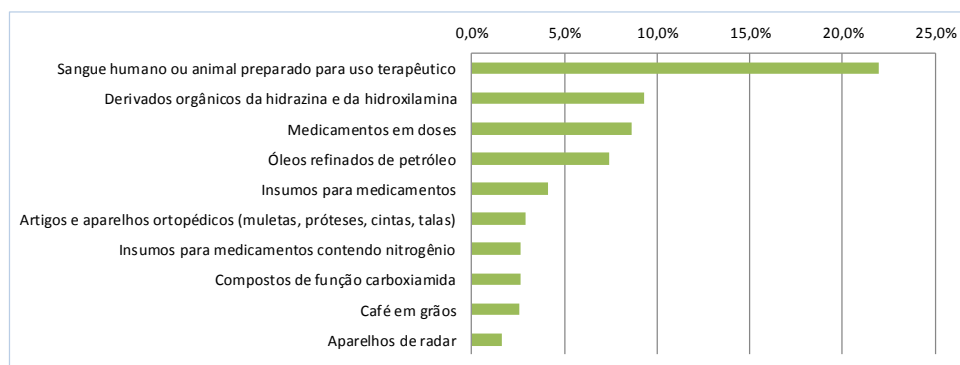


Composição das importações brasileiras originárias a Suíça (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	406	17,2%	347	18,3%	434	22,0%
Derivados orgânicos da hidrazina e da hidroxilamina	246	10,5%	266	14,1%	183	9,3%
Medicamentos em doses	219	9,3%	169	8,9%	171	8,6%
Óleos refinados de petróleo	20	0,8%	175	9,2%	147	7,4%
Insumos para medicamentos	88	3,8%	58	3,1%	82	4,1%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	78	3,3%	61	3,2%	57	2,9%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	69	2,9%	77	4,1%	52	2,6%
Compostos de função carboxiamida	71	3,0%	48	2,5%	52	2,6%
Café em grãos	36	1,5%	35	1,8%	51	2,6%
Aparelhos de radar	14	0,6%	7	0,4%	31	1,6%
Subtotal	1.247	52,9%	1.244	65,7%	1.259	63,8%
Outros	1.110	47,1%	649	34,3%	716	36,2%
Total	2.358	100,0%	1.893	100,0%	1.975	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

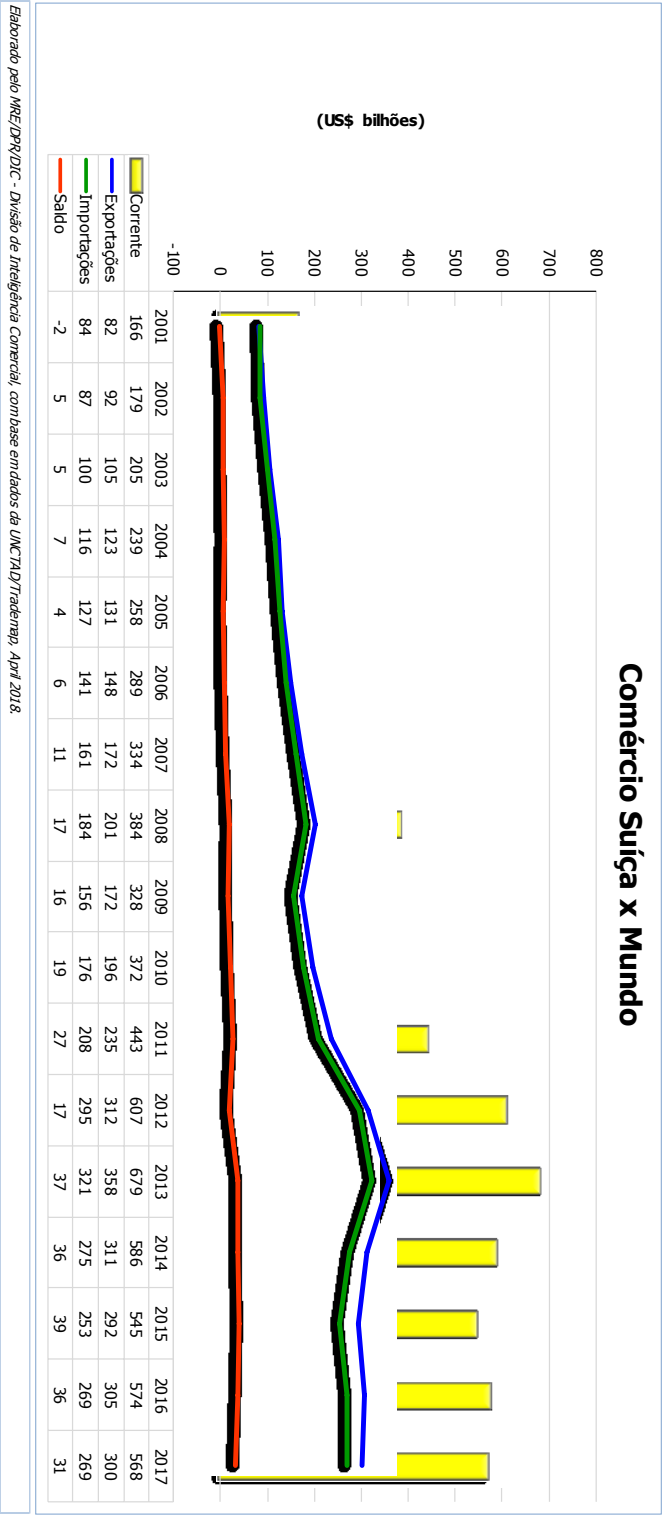


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	201,9	78,4%	154,4	69,9%	Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó 69,9%
Carnes de aves	10,3	4,0%	9,2	4,2%	Carnes de aves 4,2%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	4,6	1,8%	6,2	2,8%	Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas) 2,8%
Óleos essenciais	1,1	0,4%	5,7	2,6%	Óleos essenciais 2,6%
Preparações alimentícias	3,4	1,3%	5,6	2,5%	Preparações alimentícias 2,5%
Café em grãos	2,9	1,1%	3,9	1,8%	Café em grãos 1,8%
Produtos laminados planos	0,3	0,1%	3,4	1,5%	Produtos laminados planos 1,5%
Semimanufaturados de ferro ou aço	0,0	0,0%	2,7	1,2%	Semimanufaturados de ferro ou aço 1,2%
Arroz	2,2	0,9%	2,1	0,9%	Arroz 0,9%
Quadros, pinturas e desenhos feitos à mão	0,3	0,1%	1,9	0,9%	Quadros, pinturas e desenhos feitos à mão 0,9%
Subtotal	227,0	88,2%	195,2	88,3%	
Outros	30,4	11,8%	25,9	11,7%	
Total	257,4	100,0%	221,0	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	145,5	32,5%	116,8	24,3%	Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico 24,3%
Óleos refinados de petróleo	28,4	6,3%	60,3	12,6%	Óleos refinados de petróleo 12,6%
Medicamentos em doses	31,8	7,1%	48,0	10,0%	Medicamentos em doses 10,0%
Derivados orgânicos da hidrazina e da hidroxilamina	29,3	6,5%	24,7	5,1%	Derivados orgânicos da hidrazina e da hidroxilamina 5,1%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	12,7	2,8%	15,8	3,3%	Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas) 3,3%
Café em grãos	15,9	3,6%	10,3	2,1%	Café em grãos 2,1%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	5,3	1,2%	10,2	2,1%	Insumos para medicamentos contendo nitrogênio 2,1%
Provitaminas e vitaminas, naturais ou sintéticas	5,6	1,2%	10,2	2,1%	Provitaminas e vitaminas, naturais ou sintéticas 2,1%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	4,2	0,9%	7,1	1,5%	Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária 1,5%
Compostos de função carboxiamida	1,2	0,3%	6,6	1,4%	Compostos de função carboxiamida 1,4%
Subtotal	279,9	62,5%	309,9	64,6%	
Outros produtos	167,9	37,5%	169,7	35,4%	
Total	447,8	100,0%	479,6	100,0%	

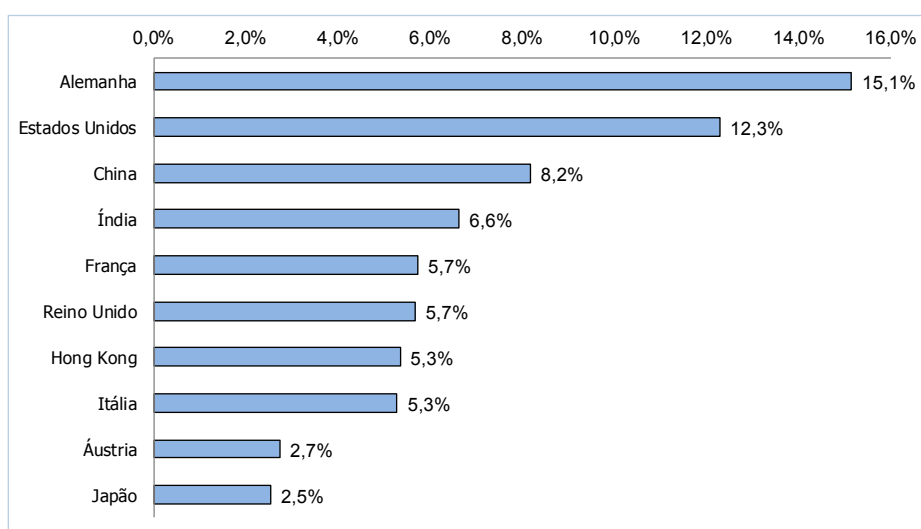
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Suíça
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	45,38	15,1%
Estados Unidos	36,80	12,3%
China	24,48	8,2%
Índia	19,84	6,6%
França	17,15	5,7%
Reino Unido	16,99	5,7%
Hong Kong	16,00	5,3%
Itália	15,82	5,3%
Áustria	8,17	2,7%
Japão	7,58	2,5%
...		
Brasil (22º lugar)	2,27	0,8%
Subtotal	210,46	70,2%
Outros países	89,14	29,8%
Total	299,60	100,0%

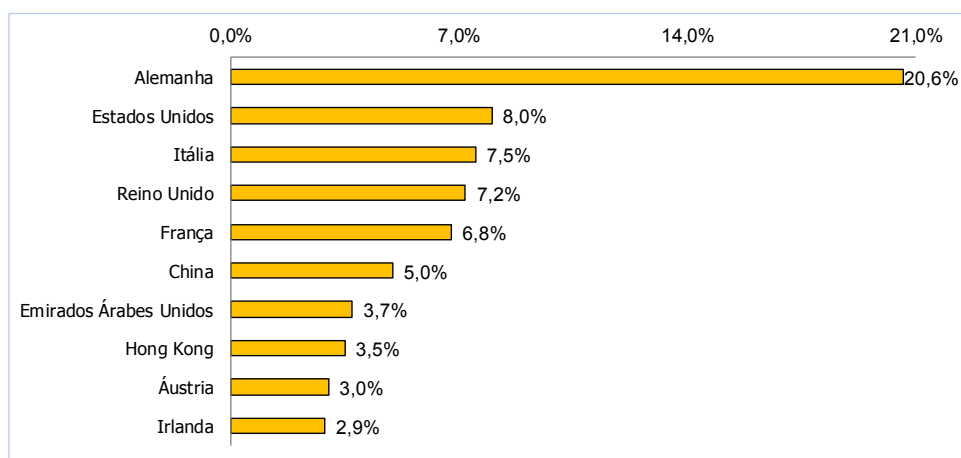
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Suíça
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	55,41	20,6%
Estados Unidos	21,47	8,0%
Itália	20,15	7,5%
Reino Unido	19,34	7,2%
França	18,13	6,8%
China	13,31	5,0%
Emirados Árabes Unidos	10,01	3,7%
Hong Kong	9,37	3,5%
Áustria	8,02	3,0%
Irlanda	7,74	2,9%
...		
Brasil (36º lugar)	1,16	0,4%
Subtotal	184,10	68,6%
Outros países	84,42	31,4%
Total	268,51	100,0%

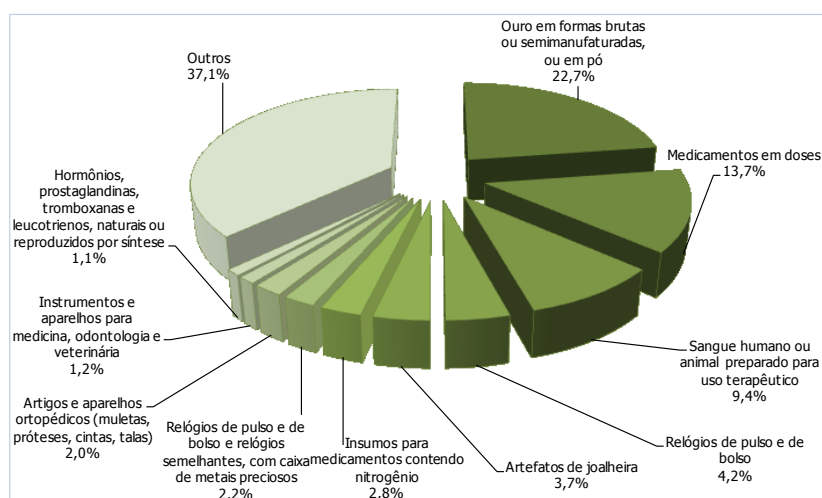
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Suíça (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	67,94	22,7%
Medicamentos em doses	41,00	13,7%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	28,07	9,4%
Relógios de pulso e de bolso	12,68	4,2%
Artefatos de joalheira	11,20	3,7%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	8,29	2,8%
Relógios de pulso e de bolso e relógios semelhantes, com caixa de metais preciosos	6,46	2,2%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	6,03	2,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	3,64	1,2%
Hormônios, prostaglandinas, tromboxanas e leucotrienos, naturais ou reproduzidos por síntese	3,17	1,1%
Subtotal	188,47	62,9%
Outros	111,12	37,1%
Total	299,60	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

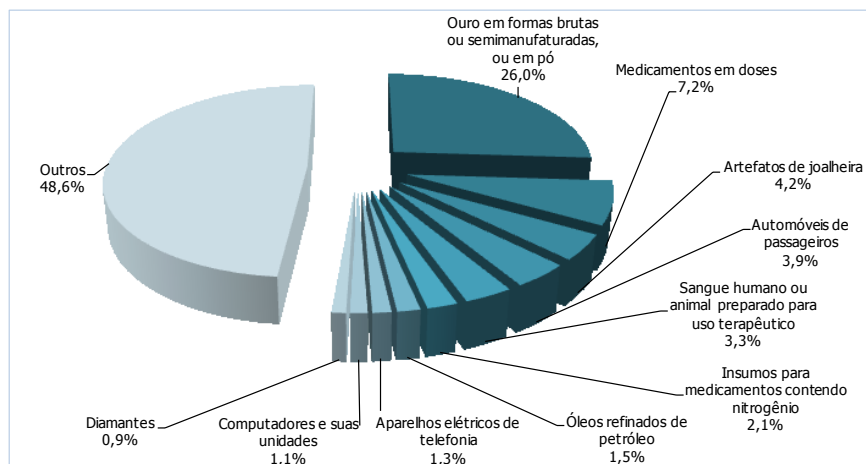


Composição das importações da Suíça (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	69,80	26,0%
Medicamentos em doses	19,31	7,2%
Artefatos de joalheira	11,17	4,2%
Automóveis de passageiros	10,47	3,9%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	8,81	3,3%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	5,51	2,1%
Óleos refinados de petróleo	4,14	1,5%
Aparelhos elétricos de telefonia	3,37	1,3%
Computadores e suas unidades	3,02	1,1%
Diamantes	2,50	0,9%
Subtotal	138,09	51,4%
Outros	130,43	48,6%
Total	268,51	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Suíça

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,39%	1,07%	2,35%	2,01%	1,88%
PIB nominal (US\$ bilhões)	668,75	678,58	741,69	779,33	815,78
PIB nominal "per capita" (US\$)	80.311	80.591	86.835	90.160	93.269
PIB PPP (US\$ bilhões)	502,66	517,17	541,35	564,22	586,09
PIB PPP "per capita" (US\$)	60.365	61.422	63.380	65.274	67.008
População (milhões habitantes)	8,33	8,42	8,54	8,64	8,75
Desemprego (%)	3,32%	3,19%	2,98%	2,96%	2,86%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,02%	0,62%	0,82%	0,90%	0,95%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	9,44%	9,32%	9,66%	9,37%	9,35%
Câmbio (CHF / US\$) ⁽²⁾	0,99	0,98	0,98	0,97	0,95

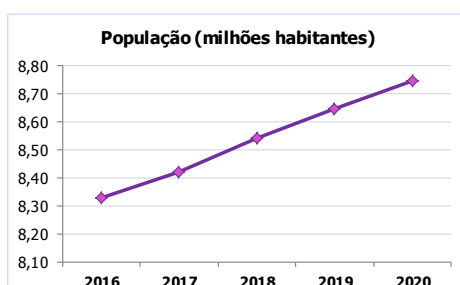
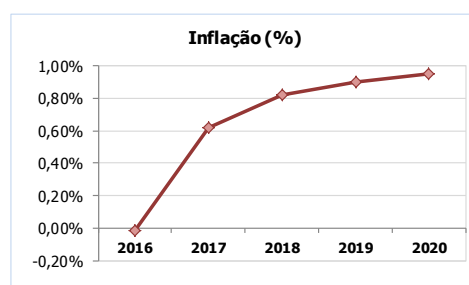
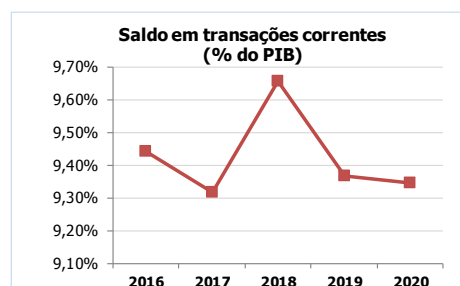
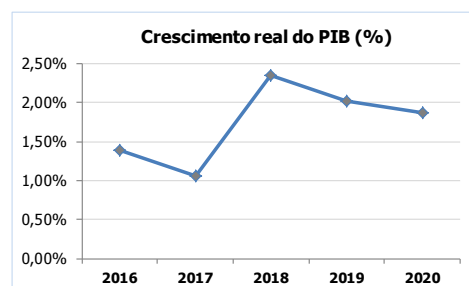
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	0,7%
Indústria	25,6%
Serviços	73,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**LIECHTENSTEIN****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE LIECHTENSTEIN

NOME OFICIAL:	Principado de Liechtenstein
GENTÍLICO	liechtensteiniano
CAPITAL:	Vaduz
ÁREA:	160 km²
POPULAÇÃO:	37,666 (2016)
LÍNGUA OFICIAL:	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica Romana (76,2%), Protestante (7%), nenhuma (10,6%), outras (6,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monárquico parlamentarista
LEGISLATIVO:	Unicameral ("Landtag")
CHEFE DE ESTADO:	Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Adrian Hasler (desde março de 2013)
CHANCELER:	Aurelia Frick (desde março de 2013)
PIB nominal (2016)	\$6.289 bilhões
PIB PPP (2016)	\$4.978 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2016)	\$169.972
PIB PPP <i>per capita</i> (2016)	\$134,540
VARIAÇÃO DO PIB (2016 est.)	1.8%
IDH (2014)	0,908 (13ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,89
ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	1,9% (2017 est.)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há Embaixada em Brasília. Liechtenstein é representado no Brasil pela Embaixada da Suíça.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Comunidade brasileira estimada em 1.000 indivíduos.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LIECHTENSTEIN (US\$ mil) (MDIC)

Brasil → Liechtenstein	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	5.497	8.270	7.817	47.835	10.165	12.836	13.093	32.735	10.019
Exportações	4.795	1.957	649	41.186	247	237	1.037	23.455	86
Importações	5.017	6.313	7.168	6.018	9.918	12.599	12.055	9.279	9.933
Saldo	-4.537	-4.355	-6.518	35.79	-9.670	-12.362	-11.010	14.176	-9.847

Informação elaborada em 10/05/2018, por Secretário Danilo Zimbres. Revisada por Conselheiro Leandro Zenni Estevão, em 14/5/2018.

APRESENTAÇÃO

Em 1719, Carlos VI, Sacro Imperador Romano Germânico, decretou a unificação das comunidades de Schellenberg e Vaduz, elevando-as à condição de Principado.

Em 1806, após a dissolução do Sacro Império, o Principado ratificou a Confederação do Reno, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto por russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou a independência em 1815, no Congresso de Viena, quando passou a fazer parte da Confederação Germânica, que foi dissolvida em 1866.

Em 1852, Liechtenstein adotou união econômica com o Império Austro-Húngaro. Após a Primeira Guerra Mundial, o Principado aproximou-se da Suíça, com quem estabeleceu uma união aduaneira e monetária, entre 1921 e 1924.

O Principado de Liechtenstein é membro das Nações Unidas, da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e do Conselho da Europa. Embora não seja membro da União Europeia, o país participa do Espaço Schengen e do Espaço Econômico Europeu (EEE).

Com 160 quilômetros quadrados, o pequeno país alpino faz fronteira com a Suíça a oeste (o Reno separa os dois países) e a Áustria a leste e norte. Sua população é estimada em aproximadamente 37 mil pessoas, residentes em duas regiões (o Baixo País e o Alto País, "Oberland" e "Unterland"), divididas em 11 comunas. Do total de habitantes, 65% são liechtensteinianos e o restante, imigrantes. A capital é Vaduz, que concentra o mercado financeiro e as instituições federais. A principal cidade, entretanto, é Schaan, com cerca de 6 mil habitantes e 8 mil postos de trabalho em 700 empresas.

O Principado de Liechtenstein goza do mais elevado PIB per capita no mundo em paridade de poder de compra. O PIB nominal per capita do país, de US\$ 169.972 (2016), é inferior apenas ao do Principado de Mônaco.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Príncipe Hans-Adam II
Príncipe regente

Nascido em 1945, filho primogênito do príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da princesa Gina, é casado com a condessa Marie Kinsky de Wicznitz e Tettau e tem quatro filhos. Coursou o ensino médio em Viena e em Zuoz (Suíça). Após sua graduação, trabalhou como *trainee* no Banco de Londres. Formou-se, em 1969, na Universidade de St. Gallen. Em 1970, recebeu o mandato de reorganizar a administração dos ativos da Princely House. Em 1984, foi indicado representante permanente de seu pai, o príncipe Franz Josef II, e passou a administrar os negócios do Estado. Em 13 de novembro de 1989, com a morte do pai, assumiu a regência. Sob sua liderança, Liechtenstein ingressou nas Nações Unidas (ONU), em 1990, e na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995. Fala alemão, inglês e francês.



Adrian Hasler
Primeiro-ministro

Adrian Hasler nasceu em 1964, em Vaduz, capital do Principado, e formou-se em Economia e Negócios na Universidade de St. Gallen, na Suíça, em 1991. Foi eleito para o Parlamento pelo Partido Progressista dos Cidadãos (FBP), em 2001. Em 2004, abdicou do cargo de parlamentar para tornar-se chefe da Polícia Nacional. Em março de 2013, após as eleições legislativas, assumiu o cargo de primeiro-ministro, acumulando também as funções de ministro para Assuntos Gerais de Governo e das Finanças.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Liechtenstein mantêm relações diplomáticas fluidas. Em razão da exiguidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² — área inferior à do Plano Piloto de Brasília), o intercâmbio comercial com o Brasil apresenta níveis modestos. Há potencial, contudo, para maior adensamento das relações bilaterais.

O diálogo político ocorre por meio das Embaixadas do Brasil em Berna e da Suíça em Brasília, representante dos interesses do Principado no território nacional.

A proximidade de posições entre os dois países também se tem refletido em outros foros, como demonstram as bem-sucedidas gestões brasileiras pelo voto de Liechtenstein em favor da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da Organização Mundial do Comércio, em 2013. Em 2018, o Principado apoiou a candidatura do embaixador Silvío José Albuquerque e Silva à posição de membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CERD), para o mandato 2018-2021.

A associação Casa Brasil (www.casabrasil-liechtenstein.com), fundada em 2012, tem desenvolvido atividades regulares no Principado. São oferecidas aulas semanais em língua portuguesa a crianças de várias faixas etárias, com conteúdo abrangendo arte, folclore, música e história do Brasil. Em 2017, a "IV Juni Fest", principal festa da comunidade brasileira em Liechtenstein, idealizada pela associação Casa Brasil, compreendeu exposição de artes plásticas (pintura, fotografia e escultura), salão de literatura com sessão dedicada à literatura infantil, atrações musicais e exibição de filmes. Em 2018, a "V Juni Fest" está programada para ocorrer em 16-17 de junho.

Assuntos consulares

Estima-se em 1.000 indivíduos o número de integrantes da comunidade brasileira radicada no Principado e cerca de 60 lares com a presença de pelo menos um brasileiro. Trata-se de comunidade coesa e ativa que fundou, em 2012, a

associação. O Consulado-Geral do Brasil em Zurique é responsável por atender as demandas consulares originárias do território de Liechtenstein.

POLÍTICA INTERNA

Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo, enquanto o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de vice-primeiro-ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo Parlamento e confirmado pelo príncipe regente. Os dois principais partidos políticos são o Partido Progressista dos Cidadãos (FBP) e a União Patriótica (VU).

O príncipe regente é o chefe de Estado e inaugura a sessão anual do Parlamento no início do ano, na cerimônia da Fala do Trono. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do "Landtag" (Assembleia Nacional), é importante evento político do Principado, no qual se revelam as grandes linhas que nortearão o Governo.

Por recomendação do Parlamento, o príncipe regente pode indicar e destituir o Governo, nomear juízes para a Corte de Justiça, para a Corte de Apelação e para a Suprema Corte, nomear presidentes e vice-presidentes da Corte Constitucional e da Corte Administrativa e vetar leis. Todo ato internacional que passa pela aprovação do Parlamento deve ser, igualmente, submetido a referendo popular.

Em 2003, foi adotada nova Constituição do país, que concedeu maiores poderes ao príncipe, após aprovação popular (64% para o "sim"). Em agosto de 2004, Hans-Adam II de Liechtenstein formalmente delegou poderes ao filho, Alois de Liechtenstein. Hans Adam II, contudo, mantém a prerrogativa de representar o principado junto a países estrangeiros e assinar tratados internacionais. Designa os integrantes do Governo e das várias instâncias do Poder Judiciário, a partir de listas submetidas pelo Parlamento.

As eleições ocorridas em março de 2013 foram vencidas pelo Partido Progressista dos Cidadãos, o qual conta atualmente com 10 cadeiras. O partido detém o cargo de primeiro-ministro e o de ministro dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura. O "Landtag" é presidido atualmente por Albert Frick (mandato 2013-2021).

Na eleição parlamentar de fevereiro de 2017, o partido populista de direita Independentes (DU) foi o grande vencedor. Fundada há apenas quatro anos, a legenda expandiu a parcela dos votos para 18,4% no pleito, conquistando 5 dos 25 assentos do Parlamento. Ao concorrer pela primeira vez, em 2013, o partido havia recebido 15,3% dos votos. Durante a campanha, o partido rejeitou a política migratória do governo Angela Merkel e manifestou-se contra o financiamento público, com 15 milhões de francos anuais, à Universidade de Liechtenstein, onde, segundo o partido, 90% dos funcionários e alunos são estrangeiros. No pleito, o Partido Independentes apostou na crítica aos dois principais partidos de governo – Partido dos Cidadãos Progressistas (FBP) e União Patriótica (VU) – acusando-os de "dividirem Liechtenstein entre si".

O conservador FBP, do primeiro-ministro Adrian Hasler, perdeu quase cinco pontos percentuais, recebendo 35,2% dos votos. A legenda perdeu um assento, passando a ocupar nove, ao invés de dez assentos no Parlamento. O apoio à União Patriótica, parceira de coalizão do FBP, permaneceu praticamente inalterado, com 33,7% dos votos e oito assentos. O ambientalista de esquerda Lista Livre, contrário à monarquia, também subiu 1,5 ponto percentual, para 12,6%, mantendo seus três assentos.

Em evento intitulado "Ambassador Information Day 2017", organizado pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros, Justiça e Cultura do Principado, foram apresentadas ao corpo diplomático estrangeiro as prioridades políticas do governo local para o período que se inicia em 2018. Mereceu destaque, no programa de governo, esforço de modernização da administração pública, promovendo Liechtenstein como local atrativo para o estabelecimento de empresas. Na área de tecnologia aplicada a finanças ("FinTech"), cabe mencionar, ademais, o programa "Impulse Liechtenstein", implementado desde 2016. Por meio da iniciativa, o governo designou uma equipe denominada "Regulatory Laboratory", incumbida de acompanhar desenvolvedores de novas tecnologias financeiras. Esse grupo técnico oferece interlocução direta com o governo, orientando "start-ups" e prestadores de serviços financeiros em geral. Outro programa de se notar é o "eGovernment", pelo qual se permite acesso contínuo a serviços oferecidos pela administração pública.

Liechtenstein tem buscado oferecer, ainda, vantagens para a instalação de empresas no Principado. Uma dessas vantagens é a adoção do sistema dual de educação, que permitiria um direcionamento do ensino às necessidades práticas econômicas do país. A Estratégia para a Educação 2025 do Principado prevê, por fim, alterações no currículo local para melhor compatibilizá-lo com o sistema educacional

suíço e permite estreitar a cooperação com os países vizinhos em matéria de educação. O Principado tenciona, assim, diversificar sua economia e atrair novos investimentos, com base nas novas vantagens comparativas e em sua localização estratégica do país.

POLÍTICA EXTERNA

Liechtenstein tem buscado maior projeção internacional nas últimas décadas. Em 1978, aderiu ao Conselho da Europa; em 1990, ingressou na Organização das Nações Unidas; em 1993, entrou para a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e, em 1995, para a Associação Econômica Europeia, ademais de tornar-se membro, naquele ano, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Ministério de Assuntos Estrangeiros, Educação e Cultura é atualmente chefiado por Aurelia Frick, do Partido Progressista dos Cidadãos. Sob sua orientação, Liechtenstein tem defendido, no âmbito das Nações Unidas, propostas em prol do multilateralismo e de um sistema internacional baseado em regras, em que se destacam a reforma do sistema de governança global, a defesa dos direitos humanos e o combate à discriminação religiosa, racial ou sexual.

Em relação à Europa, a política externa atual de Liechtenstein se apoia no fortalecimento da Europa, que deverá continuar a ser a principal prioridade da ação externa do país, nos próximos quatro anos. Em relação ao Leste Europeu, o príncipe Hans-Adam II, por ocasião da crise ucraniana, defendeu o recurso a sanções contra a Rússia.

No que diz respeito à atuação do país nas Nações Unidas, merece destaque a proposta de mecanismo de responsabilização criminal por violações cometidas na Síria, iniciativa apresentada no âmbito da Assembleia Geral em dezembro passado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Durante séculos, Liechtenstein foi país relativamente isolado, dependente de seu pequeno setor agrícola e de alguma produção têxtil para sustentar sua economia. Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, o país redefiniu-se de um estado quase exclusivamente agrícola para uma sociedade industrial moderna e orientada para a exportação. Apesar de seu pequeno tamanho e falta de recursos naturais, tornou-se uma economia próspera, altamente industrializada, com um setor vital de serviços financeiros e um dos mais elevados níveis de renda per capita do

mundo. O Principado goza do segundo PIB per capita mundial mais elevado, em termos nominais. Seu PIB nominal per capita, de US\$ 169.972, é inferior apenas ao do Principado de Mônaco, e sua taxa atual de desemprego é de 1,9 %.

Apesar de ser conhecido principalmente como um centro financeiro, o setor de maior contribuição para a economia de Liechtenstein é o manufatureiro. A indústria responde por 41% do PIB nacional, enquanto o setor de serviços financeiros, por 25%. Nos últimos 70 anos, muitas empresas de Liechtenstein cresceram e se tornaram líderes em seus respectivos campos. Isto foi conseguido através de muito pouco apoio do governo, uma vez que nenhum outro setor econômico que não a agricultura recebe subsídios do governo do país.

Após alguns anos de crise, a economia de Liechtenstein encontra-se em fase de recuperação econômica. As exportações do Principado cresceram em 2017. As taxas de desocupação também recuaram, e o número de pessoas empregadas, sobretudo nos setores de comércio e indústria, cresceu 3.6%, em 2017.

Segundo o "Amt für Statistik", equivalente local do IBGE, o índice de confiança dos atores econômicos do principado vem mantendo-se em patamar elevado. O "Amt für Statistik" apresenta, na sua análise de conjuntura do primeiro trimestre de 2018, prognóstico de crescimento para o ano em curso de 2018.

Liechtenstein optou por regime de baixa tributação para atrair empresas e capitais e fomentar a prosperidade local. Essas regras, contudo, foram flexibilizadas nos últimos anos, especialmente a partir de 2009. O país firmou um Acordo de Intercâmbio de Informações Fiscais com os EUA e concluiu 12 acordos bilaterais de Intercâmbio de Informações Fiscais, inclusive a Convenção Multilateral da OCDE sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais. Em reconhecimento a tais esforços, a OCDE retirou o país de sua lista de “paraísos fiscais que não cooperam” ("List of Unco-operative Tax Havens"). Em 2010, Liechtenstein assinou 25 Acordos de Intercâmbio de Informações Fiscais ou Acordos para Eliminar a Dupla Tributação. Em 2011, Liechtenstein aderiu ao Espaço Schengen. Em 2015, Liechtenstein e a UE acordaram reprimir a fraude e a evasão fiscal e, em 2018, começarão a trocar informações fiscais sobre as contas bancárias de seus residentes.

Comércio Exterior de Liechtenstein

As exportações de Liechtenstein concentram-se em produtos industrializados de médio e pequeno valor agregado: maquinário de pequeno porte; conectores de áudio e de vídeo, peças de motores de automóveis, produtos odontológicos; hardware; alimentos processados; equipamento eletrônico e produtos oftalmológicos. As importações, em sua maior parte, concentram-se em produtos de

menor valor agregado: produtos agrícolas; matérias-primas; têxteis; alimentos; combustíveis e veículos.

Liechtenstein integra, junto à Suíça, Islândia e Noruega, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), com a qual o Mercosul negocia atualmente acordo comercial.

Comércio exterior bilateral

O fluxo de comércio com o Brasil é modesto. Em 2017, houve redução das exportações brasileiras, de US\$ 320 mil para US\$ 86 mil. As vendas do Principado, por outro lado, cresceram, passando de US\$ 9,5 milhões a US\$ 9,9 milhões, no período. O fato de o percentual de embarques no sentido Brasil-Liechtenstein representar menos de 1% do comércio em direção inversa se explica pela extrema limitação da pauta de produtos nacionais, que se concentrou na exportação de ardósia natural (99,3% das vendas, ou US\$ 85,7 mil) e de barras de direção para veículos (0,7%, ou US\$ 600). O Principado, por outro lado, vende próteses dentárias e materiais para odontologia (US\$ 7 milhões, ou 70% do total de suas exportações para o Brasil) e acessórios para tratores e veículos (US\$ 1,4 milhão, ou 14,3% das vendas).

Investimentos Brasil- Liechtenstein

Dados do BACEN registram investimentos bilaterais entre Brasil e Liechtenstein. Os recursos transferidos, no entanto, não se traduzem na efetiva instalação de empresas, e considera-se, de maneira geral, que sejam imediatamente transferidos para outros destinos, em operação conhecida como “triangulação de investimentos”.

Indicativo dessa situação foi a revisão do valor de estoque de investimentos diretos de Liechtenstein no Brasil de US\$ 400 milhões para US\$ 165 milhões (-59%), após modificação metodológica no registro de estoque de IED no Brasil. A alteração estabeleceu o registro por "investidor final", que considera a origem da empresa investidora, no lugar do país origem imediata do capital. Com essa mudança, houve queda no estoque de IED oriundo de tradicionais centros de intermediação financeira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1719 – Elevação a Principado de Liechtenstein.

1806 – Independência do Principado, que passa a integrar a Confederação do Reno.

1815 – Integra a Confederação Germânica.

1862 – Independência da Confederação Germânica.

- 1868 – Abolição das forças militares nacionais.
- 1921 – Acordo aduaneiro com a Suíça.
- 1924 – Adoção do franco suíço como moeda nacional.
- 1970 – A vitória eleitoral da União Patriótica (VU) põe fim a 42 anos de domínio do Partido dos Cidadãos Progressistas de Liechtenstein (FBPL).
- 1978 – Adesão ao Conselho da Europa.
- 1989 – O príncipe regente Hans-Adam II assume o trono.
- 1990 – Adesão às Nações Unidas.
- 1991 – Adesão ao Acordo de Livre Comércio Europeu.
- 1995 – Adesão à OMC.
- 2003 – A atual Constituição entra em vigor.
- 2004 – Hans-Adam II aponta seu filho mais velho, o príncipe herdeiro Alois de Liechtenstein, como seu representante permanente, para prepará-lo para suceder-lhe ao trono.
- 2017 – FBP obteve o maior número de assentos nas eleições parlamentares.

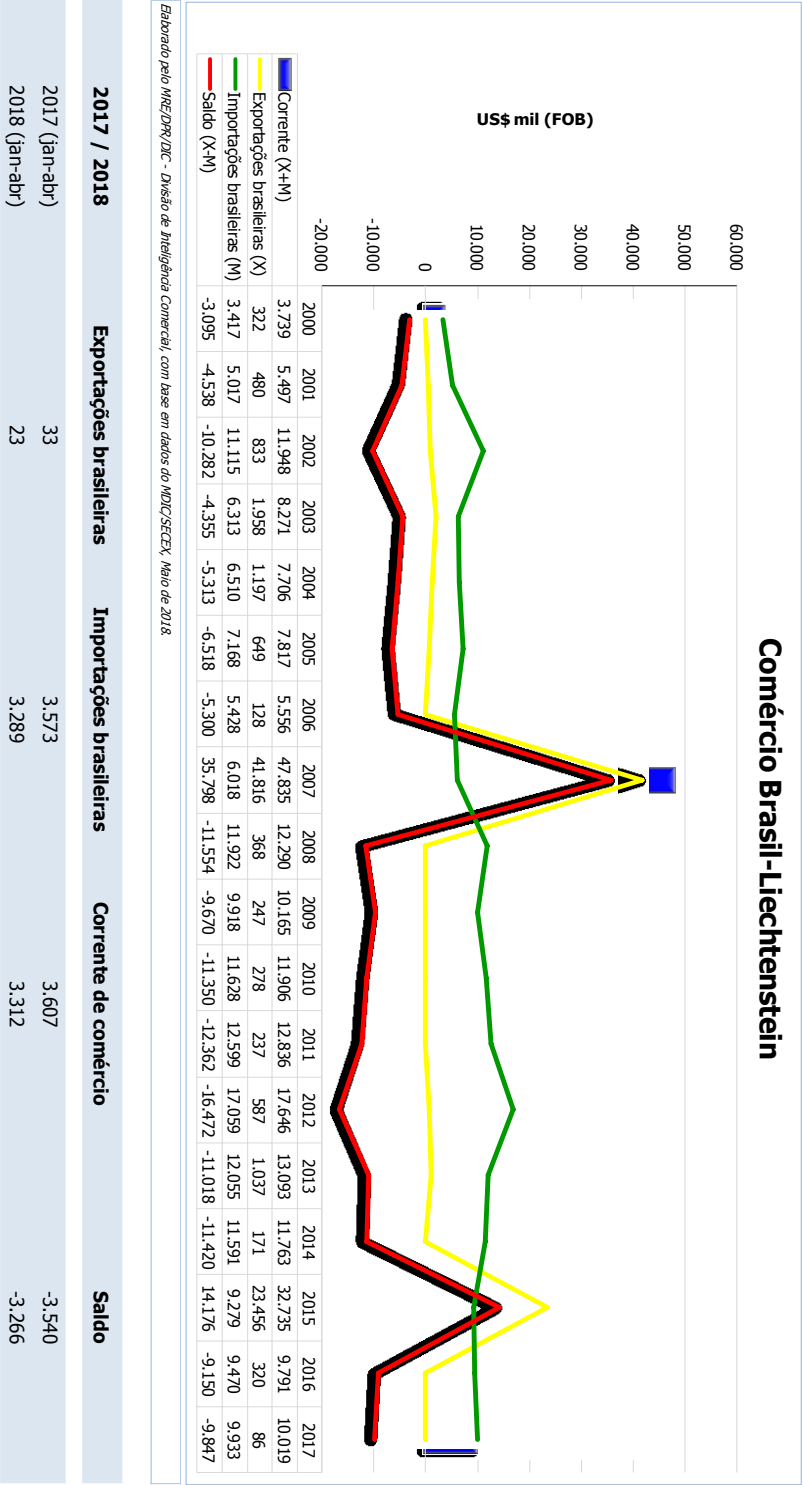
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948 – Brasil e Liechtenstein alcançam entendimento sobre dispensa de visto para turistas.
2000 – Mercosul e EFTA (Associação Europeia de Livre-Comércio, integrada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça) lançam mecanismo de diálogo econômico entre os dois blocos.
2012 – Fundação da Casa Brasil em Vaduz.
2016 – Adoção do documento de base para as negociações de livre comércio Mercosul-EFTA.
2017 – Início das negociações Mercosul-EFTA.

ACORDOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais em vigor com Liechtenstein que tenham sido tramitados pelo Congresso Nacional, apenas o entendimento sobre dispensa de visto para turistas, acordado em 1948, e ainda em vigor.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

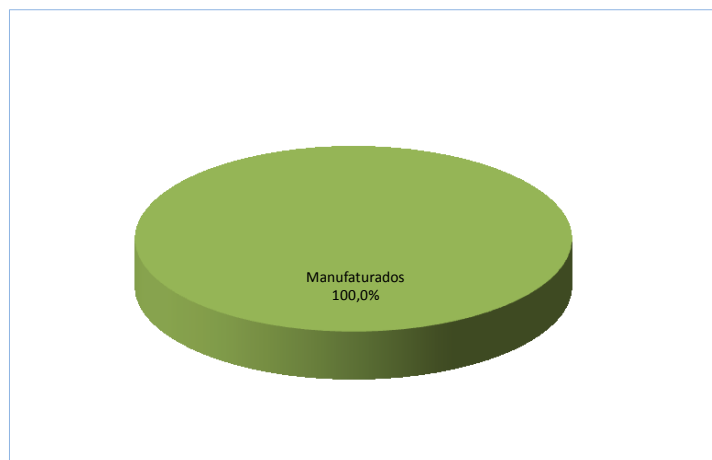


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



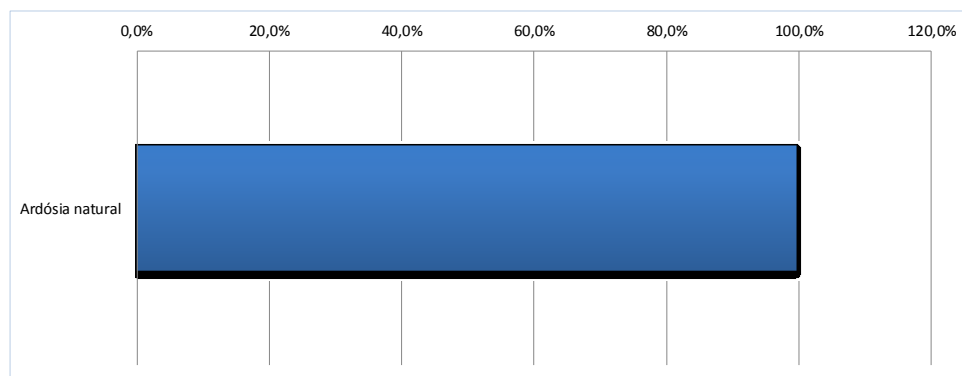
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Liechtenstein (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Ardósia natural	42	0,2%	14	4,4%	86	99,6%
Instrumentos e aparelhos para medida ou controle	21	0,1%	119	37,2%	0	0,0%
Outros móveis	0	0,0%	90	28,1%	0	0,0%
Virabrequins, manivelas e rodas de fricção	12	0,1%	41	12,8%	0	0,0%
Granito	80	0,3%	19	5,9%	0	0,0%
Aviões	23.013	98,1%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	23.168	98,8%	283	88,4%	86	99,6%
Outros	288	1,2%	37	11,6%	0	0,4%
Total	23.456	100,0%	320	100,0%	86	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

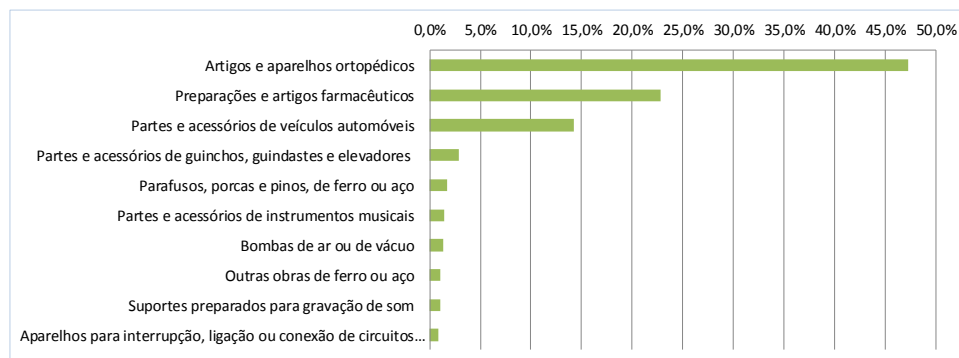


Composição das importações brasileiras originárias de Liechtenstein (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Artigos e aparelhos ortopédicos	2.939	31,7%	4.622	48,8%	4.699	47,3%
Preparações e artigos farmacêuticos	1.772	19,1%	2.150	22,7%	2.263	22,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	2.170	23,4%	686	7,2%	1.417	14,3%
Partes e acessórios de guinchos, guindastes e elevadores	124	1,3%	94	1,0%	286	2,9%
Parafusos, porcas e pinos, de ferro ou aço	24	0,3%	19	0,2%	172	1,7%
Partes e acessórios de instrumentos musicais	284	3,1%	130	1,4%	142	1,4%
Bombas de ar ou de vácuo	116	1,3%	109	1,2%	136	1,4%
Outras obras de ferro ou aço	263	2,8%	160	1,7%	106	1,1%
Suportes preparados para gravação de som	112	1,2%	53	0,6%	100	1,0%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	163	1,8%	61	0,6%	89	0,9%
Subtotal	7.967	85,9%	8.084	85,4%	9.410	94,7%
Outros	1.312	14,1%	1.386	14,6%	523	5,3%
Total	9.279	100,0%	9.470	100,0%	9.933	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ardósia natural	33	100,0%	16	68,4%	
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico	0	0,0%	2	8,3%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	1	3,5%	
Subtotal	33	100,0%	18	80,1%	
Outros	0	0,0%	5	19,9%	
Total	33	100,0%	23	100,0%	
Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Preparações e artigos farmacêuticos	668	18,7%	1.125	34,2%	
Artigos e aparelhos ortopédicos	2.136	59,8%	1.017	30,9%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	237	6,6%	723	22,0%	
Parafusos, porcas e pinos, de ferro ou aço	48	1,3%	130	4,0%	
Partes e acessórios de guinchos, guindastes e elevadores	60	1,7%	64	1,9%	
Instrumentos e aparelhos de medida ou controle	8	0,2%	51	1,6%	
Partes e acessórios de instrumentos musicais	59	1,7%	47	1,4%	
Outros obras de ferro ou aço	29	0,8%	38	1,2%	
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	15	0,4%	29	0,9%	
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização	11	0,3%	8	0,2%	
Subtotal	3.271	91,5%	3.232	98,3%	
Outros produtos	302	8,5%	57	1,7%	
Total	3.573	100,0%	3.289	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Aviso nº 256 - C. Civil.

Em 29 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

EMBAIXADA DO BRASIL EM BERNA, SUÍÇA
(CUMULATIVIDADE CO O PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN)
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR

I - RELAÇÕES POLÍTICAS

Brasil e Suíça mantêm denso relacionamento político, que se traduz, sobretudo, numa série de diálogos sobre os principais temas da agenda bilateral e internacional. Também no âmbito multilateral, Brasília e Berna advogam, de modo geral, os mesmos princípios e têm convergido, em várias oportunidades, na troca de apoio mútuo nas Nações Unidas, inclusive no que diz respeito às candidaturas de nacionais dos dois países às direções e conselhos de organismos internacionais. Ressalto, nesse contexto, o pleno apoio da Confederação à acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), manifestado em mais de uma ocasião desde o anúncio público do pleito brasileiro.

2. O ponto alto das discussões bilaterais ocorre nas reuniões anuais do Mecanismo de Consultas Políticas, realizadas alternadamente em cada capital. Trata-se de oportunidade ímpar para os dois países discorrerem sobre ampla pauta de interesses comuns não apenas no âmbito propriamente político, mas também econômico, comercial, científico-tecnológico, jurídico e cultural. Propicia, ademais, oportunidade para uma franca troca de opiniões sobre temas correntes da agenda internacional e sobre a agenda multilateral, permitindo a eventual aproximação das posições assumidas por Brasília e Berna nos foros internacionais.

3. Em 2016, a embaixada participou do processo organizador da sexta edição do aludido mecanismo, realizada em 23 de março, em Brasília, e co-presidida, pelo lado brasileiro, pelo então Secretário-Geral do MRE, embaixador Sérgio Danese, e, pelo suíço, por Yves Rossier, então Secretário de

Estado do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DFAE). O sétimo encontro foi organizado em Berna, em 9 de junho de 2017, sob a co-presidência da Secretária de Estado Pascale Baeriswyl e do embaixador Marcos Galvão, SG-MRE. Por sua vez, a VIII Reunião de Consultas Políticas ocorreu em Brasília, em 18 de maio do corrente.

4. Auspiciosos desenvolvimentos recentes desses processos de diálogo político foram a negociação de instrumentos voltados para a promoção dos direitos humanos e para a luta contra a corrupção. Dessa forma, durante a aludida reunião de 9 de junho de 2017, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais Regulares em Matéria de Direitos Humanos, bem como foi adotada a Declaração Conjunta sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção. Ao amparo desta última, realizou-se em Viena, em 8 de novembro de 2017, à margem da VII Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a primeira reunião de consultas bilaterais sobre o tema, com a participação de autoridades da AGU, da CGU e da Comissão de Ética da Presidência da República. A I Reunião do Diálogo bilateral sobre Direitos Humanos, por sua vez, ocorreu em 28 de maio deste ano, em Brasília.

5. Cabe ressaltar, no âmbito da iniciativa "Business and Human Rights", introduzida pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2011, a ocorrência de questionamentos em foros internacionais acerca da eventual postura predatória de algumas empresas multinacionais suíças, particularmente em suas operações em países em desenvolvimento. A Confederação tem buscado responder a tais críticas por intermédio de um plano de ação nacional e pela difusão entre associações empresariais dos "Princípios Orientadores das Nações Unidas para Empresas e Direitos Humanos", cuja adesão, contudo, se dá em bases voluntárias. Recorde-se, a esse propósito, a existência, no Brasil, de processos de natureza trabalhista e ambiental contra as filiais de algumas das mais conhecidas companhias helvéticas presentes no país, a exemplo da Nestlé (águas minerais e alimentos), Philip Morris International (cigarros) e da Syngenta (agrotóxicos).

6. No que diz respeito às relações políticas com o Principado de Liechtenstein, assinalo a inexistência, até o presente, de mecanismos bilaterais de consultas, dada a ausência de diferendos de monta entre Brasília e Vaduz nesse

domínio. Aquele Principado tende a atuar de modo discreto na maior parte dos temas da agenda internacional, com exceção de duas áreas em que se sente diretamente envolvido, a saber, quando tem seu nome incluído em listas de países com legislações bancárias que favorecem a evasão e a elisão fiscais, e quando é instado a acolher maior número de imigrantes e refugiados.

7. O principal meio de interlocução direta da diplomacia liechtensteiniana com as embaixadas estrangeiras é o chamado "Ambassador's Day", realizado anualmente na capital do Principado, e durante o qual o Primeiro Ministro, Adrian Hasler, assim como a ministra dos Assuntos Estrangeiros, Aurélia Frick, pronunciam discursos em que abordam o que consideram serem os principais desafios correntes do país, bem como as eventuais iniciativas internacionais de que seu governo é promotor nos foros multilaterais. No ano de 2016, por exemplo, foi feita alusão à proposta de "Código de conduta" a ser adotado pelos membros permanentes do CSNU pelo qual se comprometeriam a não utilizar o poder de veto em resoluções relativas a casos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Recordo, a esse respeito, que muito embora o Brasil tenha reconhecido o mérito da proposta, optou por não aderir àquela iniciativa, naquele momento, em razão de discordâncias sobre alguns elementos de linguagem utilizados no aludido documento. Em 2017, por sua vez, em contexto marcado pelo "Brexit" e pela eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, foi destacada a prioridade conferida pelo Principado às relações com a União Europeia e à análise das ameaças que pesavam sobre o espaço comunitário pelo avanço de tendências protecionistas e isolacionistas.

II - RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

8. A exemplo do que ocorre na área política, Brasília e Berna reúnem-se de modo regular, alternadamente em cada capital, na Comissão Conjunta de Relações Econômico-Comerciais. O mais recente encontro desse tipo foi realizado em Berna, em 10 de março de 2018, co-presidido pelo embaixador Santiago Irazabal Mourão, Subsecretário-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais do MRE, e pela embaixadora Livia Leu, Delegada do Conselho Federal para Acordos Comerciais e chefe da Divisão

de Relações Econômicas Bilaterais do Secretariado de Estado para a Economia (SECO).

9. As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Suíça são limitadas pela grande disparidade relativa entre os dois países em ampla gama de indicadores sociais, demográficos e de renda. Com uma população de cerca de 8,4 milhões de habitantes, distribuídos sobre reduzido território de pouco mais do que 41 mil km², o pequeno país alpino é regularmente classificado em primeiro lugar em tabelas de classificação de competitividade global, liberdade econômica e inovação tecnológica. Estimativas para o PIB de 2017, segundo o FMI, superavam USD 680 bilhões (ou USD 516 bilhões, no conceito de "paridade do poder de compra"). A renda "per capita", nesse contexto, teria alcançado USD 80.837,00 (USD 61.359,00 PPP).

10. A economia helvética é relativamente aberta às trocas comerciais, com cerca de um terço do PIB obtido pela exportação de bens e serviços. Em 2017, com crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior, as exportações globais do país alcançaram montante de cerca de USD 231,8 bilhões, com destaque para as vendas destinadas aos seus cinco maiores parceiros, em ordem decrescente: Alemanha; Estados Unidos; França; Itália e China. As importações, por sua vez, se elevaram em 6,9%, com volume de USD 195,2 bilhões, oriundas, igualmente em ordem decrescente, de Alemanha; Itália; França; China e Estados Unidos. O fluxo de comércio global é favorável à Suíça, com superávit de USD 36,6 bilhões, mas deve-se ressaltar que, dos cinco países acima citados, apenas com os Estados Unidos há resultado positivo; o saldo comercial da Suíça com Alemanha, Itália, China e França - nessa ordem - é deficitário.

11. Os resultados do comércio bilateral, por sua vez, são amplamente favoráveis ao país alpino: em 2017, as exportações suíças para o Brasil alcançaram USD 2,3 bilhões - valor 16,7% superior ao registrado em 2016, mas ainda assim equivalente a apenas 1% do total das vendas da Confederação para o exterior. As exportações do Brasil para a Suíça, por outro lado, montaram a meros USD 601 milhões, 0,3% do total das importações do país alpino. Evidencia-se, no superávit de mais de USD 1,7 bilhão, a importância relativa do mercado brasileiro para as companhias exportadoras suíças e para o resultado final positivo de sua balança de comércio. Segundo dados da alfândega helvética, o Brasil respondeu pelo décimo-

primeiro maior superávit isolado da Suíça, em 2017, atrás, em ordem decrescente, de Estados Unidos; Reino Unido; Hong Kong; Japão; Bélgica; Coreia do Sul; Cingapura; Austrália; Canadá e Rússia.

12. Nos âmbitos regional e hemisférico, o volume elevado das exportações suíças para o Brasil explica o fato de o país manter a posição de primeiro parceiro comercial da Confederação na América Latina, com um fluxo bilateral que soma USD 2,9 bilhões. Na região, a segunda e terceira posições, respectivamente, são ocupadas pelo México (USD 2,4 bilhões) e, bem mais atrás, a Argentina (USD 888 milhões). Chama atenção, contudo, o fato de que os superávits correspondentes da Suíça com esses dois países foram significativamente menores do que aquele auferido no comércio com o Brasil (USD 424 milhões e USD 729 milhões, respectivamente). Cabe ressaltar, ademais, que, enquanto as importações suíças oriundas do Brasil sofreram queda de 6,3% no último ano, as exportações do México e da Argentina para a Confederação subiram, no mesmo período, 32% e 49,6%, respectivamente.

13. Com relação ao Principado de Liechtenstein, verifica-se assimetria ainda maior na pauta comercial, com expressiva redução das exportações brasileiras, que caíram 73% em doze meses, de um volume de US\$ 320 mil, em 2016, para meros US\$ 86 mil, em 2017. As vendas do Principado, por outro lado, cresceram 4,89%, passando de US\$ 9,5 milhões a US\$ 9,9 milhões, no mesmo período. O fato de o percentual de embarques no sentido Brasil-Liechtenstein representar menos de 1% do comércio em direção inversa se explica pela extrema limitação da pauta de produtos nacionais, que se concentrou na exportação de ardósia natural (99,3% das vendas, ou US\$ 85,7 mil) e de barras de direção para veículos (0,7%, ou US\$ 600). O minúsculo Principado, por outro lado, obtém elevado valor agregado nas vendas de próteses dentárias e materiais para odontologia (US\$ 7 milhões, ou 70% do total de suas exportações para o Brasil) e na de acessórios para tratores e veículos (US\$ 1,4 milhão, ou 14,3% de suas vendas). Também é significativa a receita auferida com os embarques de partes de elevadores; roscas de ferro e aço; componentes para instrumentos musicais eletroeletrônicos; e bombas de vácuo.

14. Encontram-se em andamento negociações com vistas à assinatura de um acordo comercial entre o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco econômico regional do qual fazem parte Suíça e Liechtenstein. A eventual conclusão do aludido pacto de liberalização das trocas comerciais poderá representar interessante impulso para alterações de monta tanto no volume de comércio, quanto na pauta de exportações brasileiras para esses países.

III - COOPERAÇÃO EM MATÉRIA FISCAL E TRIBUTÁRIA

15. Em novembro de 2015, Brasil e Suíça assinaram, em Brasília, Acordo de Troca de Informações Tributárias (TIEA), com vistas a aprimorar o combate à evasão fiscal e à lavagem de dinheiro. O instrumento, já ratificado pela Suíça, aguarda aprovação do Congresso brasileiro, onde tramita desde agosto de 2016.

16. Em 18 de novembro de 2016 o Secretário de Estado para Assuntos Financeiros Internacionais da Suíça, Jörg Gasser, e o Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, firmaram, em Brasília, declaração conjunta bilateral estabelecendo a troca automática de informações em matéria fiscal. Cabe sublinhar, todavia, que o referido documento, firmado ao amparo da Convenção da OCDE sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária, prevê que a coleta de dados bancários somente ocorreria em 2018, para transmissão ao Brasil em 2019, enquanto que aquele diploma multilateral estabelecia como prazo máximo para o início da coleta o ano de 2017, e, para o intercâmbio, o de 2018.

17. Cabe registrar, nesse âmbito, que Brasil e Suíça mantêm diálogo financeiro regular, coordenado, pelo lado brasileiro, pelo Ministério da Fazenda, e cujo último encontro ocorreu em Brasília, em 3 de abril de 2018. Nesse âmbito, igualmente, assinalo a assinatura, no último dia 4/5, em Brasília, da Convenção entre o Brasil e a Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais.

18. Com relação ao Liechtenstein assinalo que o principal tópico de discussão, nessa área, reside na decisão da Receita Federal de incluir o Principado em listagem de Países com Tributação Favorecida (Instrução Normativa RFB 1037/2010).

A representante diplomática de Vaduz em Berna realizou gestões com vistas à exclusão do Principado daquele rol, que reúne estados e territórios que, na avaliação da autoridade fiscal brasileira, adotam legislação interna relativa a sigilo bancário que pode favorecer a ocultação de ativos.

IV - COOPERAÇÃO JUDICIAL E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

19. A embaixada não possui Serviço Consular. As atividades dessa natureza são cumpridas pelos Consulados-Gerais instalados em Genebra e em Zurique. Compete, no entanto, ao posto tramitar pedidos de cooperação judiciária junto ao Escritório Federal de Justiça, órgão do Departamento (Ministério) Federal de Justiça e da Polícia, bem como junto às autoridades do Principado de Liechtenstein, por meio da embaixada daquele país em Berna. Embora apresente considerável volume, esse serviço se desdobra satisfatoriamente, uma vez que as autoridades locais e as do Principado são ágeis no atendimento dos pedidos, a maior parte dos quais envolve ações de alimentos ou de homologação de divórcio.

20. Nos últimos anos, os Ministérios Públicos brasileiro e suíço estabeleceram canais diretos de comunicação, cabendo à Embaixada, quando solicitada, transmitir por via oficial as notas e os documentos trocados entre as duas instâncias. Cabe assinalar, nesse âmbito, que os processos referentes ao caso Petrobrás/Odebrecht foram objeto de destaque no Relatório de Gestão Anual do Ministério Público da Confederação, em 2017.

21. Com relação a Liechtenstein, o posto tem cumprido com atenção e presteza todas as demandas de transmissão de cartas rogatórias.

V - AÇÕES DE DIVULGAÇÃO CULTURAL

22. Apesar das importantes restrições orçamentárias que dificultam maior aporte financeiro da embaixada para a promoção cultural, são organizados na Suíça, frequentemente, eventos patrocinados por empresas e fundações privadas que contam com artistas brasileiros. Ressalto, nesse âmbito, a participação de músicos brasileiros em festivais de música erudita e de jazz; diversas exposições de pinturas e esculturas em galerias e museus locais; e a exibição de

filmes e curta-metragens nacionais em salas comerciais ou em mostras de cinema.

23. Sempre que possível, o posto tem buscado colaborar com as iniciativas de divulgação da cultura brasileira promovidas localmente. Como exemplo, cito o continuado apoio oferecido à Fundação Brasileia, de Basileia, e à Associação Fribourg-Nova Friburgo, de Friburgo. Em Liechtenstein, a embaixada participa regularmente de eventos organizados pela associação "Casa Brasil", que promove atividades pedagógicas sobre artes plásticas, música, folclore e história brasileira voltadas principalmente para público infantil.

24. No que tange, em particular, à Fundação Brasileia, cabe sublinhar o importante trabalho de divulgação da arte brasileira desde o seu estabelecimento, em 2003. A entidade tem longo histórico de cooperação com este posto na realização de exposições de artes plásticas e fotografias, além de conferências, workshops e apresentações com música, comida e filmes brasileiros. Recentemente, com o apoio da Secretaria de Estado, foi possível patrocinar a impressão de catálogos para a exposição da artista brasileira Cybèle Varela, inaugurada em janeiro de 2018. O diretor da referida Fundação, Daniel Faust, viajou ao Brasil em setembro de 2016, no contexto de sua participação no Programa Formadores de Opinião, e recebeu o Prêmio Itamaraty de Diplomacia Cultural, em maio de 2017.

25. Registro, por fim, a participação do posto na realização do Festival de Cinema Latino-Americano, que acontece em Berna, todos os anos, desde 2012. O festival, organizado em coordenação com as demais embaixadas latino-americanas, tem entrada livre e funciona como mostra não competitiva do cinema da região. A cada ano, o evento vem crescendo e ampliando seu público.